



**ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TIJUCAS - SC**

TIJUCAS, SC, 2020



**PREFEITO MUNICIPAL
ELÓI MARIANO ROCHA**

**SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO
DEISE JULIANA SILVEIRA**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TIJUCAS - SC**

TIJUCAS, SC, 2020



Equipe Administrativa

Prefeito

Elói Mariano Rocha

Vice-Prefeito

Adalto Gomes

Secretária de Educação

Deise Juliana Silveira

Equipe da Secretaria Municipal de Educação

Adriana de Souza Duarte

Andreza de Andrade

Carla Bianca Zancanaro Azevedo

Caroline Barreto

Diego José Massuda

Elisiário José Hoffmann

Fabricia Matias

Fátima da Rosa

Graziely Watter Possamai

Ivania Lemos Freitas

Luciana Laus Dos Anjos Willecke

Mirozete Lourenço dos Santos

Natieli Palma

Patricia Eufrásio

Patricia Laus de Brito

Rejane Amélia Vieira

Rosimere Cristina Furtado

Sandra Raquel Adão

Sergio Murilo Cordeiro

Tatiane de Souza

Vanessa Carvalho da Silva

Zenilda da Silva Santos Vargas

Assessoria e Organização

Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI

CARTA DO PREFEITO

O Projeto Político Pedagógico é um documento que norteia a educação do município de Tijucas, garantindo um padrão de qualidade no sistema de ensino do município. Este documento é fruto do legítimo esforço coletivo, o qual tem como meta a aprendizagem e o compromisso de equidade na educação de toda a sociedade.

O ritmo das mudanças, das inovações e a velocidade das informações do mundo contemporâneo exigem da equipe educacional um olhar atento a estas transformações, em especial um olhar para os estudantes, a qual tem demandas atuais, é preciso prepará-los e motivá-los para seus estudos, e que façam seu melhor no momento que estejam na escola. É preciso que o estudante tenha o sentimento de pertencimento na escola que frequenta, e que seja possível intensificar este sentimento continuamente, assim teremos melhor desempenho na educação.

Manter uma mesma linguagem na educação se faz necessária, este documento pretende nortear os Projetos Políticos Pedagógicos das Unidades Escolares a fim de pensarmos à realidade educacional de nossas escolas e estudantes.

Finalizo desejando que à Educação seja uma luta contínua e que possa ser abraçada por toda a comunidade escolar.

Elói Mariano Rocha
Prefeito Municipal

CARTA DA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Estar a frente da Secretaria Municipal de Educação de Tijuca traz a responsabilidade de se pensar uma educação que envolva toda a comunidade tijucano e tijuquense. Vivemos constantes transformações na educação em nosso País, que precisam ser acompanhadas e implementadas em nosso contexto educacional.

Pensando nisso construímos coletivamente o Projeto Político Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, para que seja norteador de nossa educação e base para as nossas escolas municipais.

Este documento tem como princípio pensar acerca da renovação e reconstrução de uma educação que envolva atores sociais e respeite a trajetória educacional do município e seus documentos norteadores. É um documento que traz possibilidades de inclusão no que refere às premissas de respeito à heterogeneidade de trajetórias educacionais configurando-se no cenário atual de educação. Nosso olhar volta-se para a formação humana e integral dos sujeitos inseridos em diferentes etapas da Educação Básica.

“Eu quero desaprender para aprender de novo. Raspar as tintas com que me pintaram. Desencaixotar emoções, recuperar sentidos”

(Rubem Alves).

Deise Juliana Silveira

Secretária Municipal de Educação

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Quadro de matrículas por etapa na Educação Básica	14
Tabela 2 Média Geral do Município IDEB 2019	14
Tabela 3 Habilitação dos professores da Rede Municipal de Tijuca	15
Tabela 4 Unidades Escolares no Município de Tijuca.....	27
Tabela 5 Distribuição de Merendeiras e Agentes de Serviços Gerais por Unidades Escolares.....	31
Tabela 6 - Planejamento professores Educação Infantil.....	51
Tabela 7 PLANEJAMENTO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL - 2020	56
Tabela 8 Rede de Escolas	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 demonstrativo das Unidades Escolares de Educação Infantil	41
Quadro 2 Área de Linguagens	95
Quadro 3 Área de Matemática.....	97
Quadro 4 Área de Ciências da Natureza.....	99
Quadro 5 Ciências Humanas	101
Quadro 6 Área de Ensino Religioso	103

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Direitos de aprendizagem.....	48
Figura 2 Paradigmas vivenciados pelas Pessoas com Deficiência na sociedade.	109
Figura 3 Representação dos objetivos do serviço do atendimento educacional especializado.....	126
Figura 4 Organização do Serviço do Atendimento Educacional Especializado	127
Figura 5 Competências da Unidade Escolar – Educação Inclusiva.....	129
Figura 6 Aspectos a serem avaliados pelo serviço do AEE na Sala de Recurso Multifuncional – SEM, sala de aula e família.	134
Figura 7 Estratégias do desenho universal para aprendizagem alinhadas às redes	138

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 Fluxograma Secretaria Municipal de Tijuca.....	20
Imagem 2 - Gráfico evolutivo de matrículas na Educação Infantil.....	44
Imagem 3 Novas nomenclaturas e classificação do Autismo conforme atualização do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais- DSM V e Classificação Internacional de Doenças - CID 11.	112
Imagem 4 Procedimentos para a realização de desligamento no serviço do Atendimento Educacional Especializado	128

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1 MUNICÍPIO DE TIJUCAS.....	12
1.1 ANÁLISE DO CONTEXTO MUNICIPAL DE TIJUCAS	12
1.2 BREVE ANÁLISE E CONTEXTO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO	13
1.2.1 – Plano de Atendimento período de Pandemia.....	16
2 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	18
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	34
3.1 TEORIA SÓCIO-HISTÓRICA.....	34
3.2 PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA	35
3.3 DIDÁTICA DA PEDAGOGIA HISTÓRICO CRÍTICA	35
4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO.....	36
4.1 EDUCAÇÃO INFANTIL E DIRETRIZES ESTRUTURANTES.....	37
4.2 REDE DE ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	40
4.3 MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	43
4.4 CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	45
4.5 AVALIAÇÃO	78
4.6 HORA ATIVIDADE.....	79
4.7 PROJETO OFICINA DO BRINCAR	80
4.8 EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	83
4.9 COLÔNIA DE FÉRIAS	83
5 ENSINO FUNDAMENTAL	84
5.1 DIRETRIZES ESTRUTURANTES.....	84
5.1.1 Rede de atendimento do Ensino Fundamental	85
5.1.2 Matrículas	89
5.2 ANOS INICIAIS	89
5.3 ANOS FINAIS	92
5.4 ÁRES DO CONHECIMENTO	95
5.4.1 Área de Linguagens.....	95
5.4.2 Área da Matemática	96
5.4.3 Área de Ciências da Natureza	98
5.4.4 Área de Ciências Humanas.....	100
5.4.5 Área Ensino Religioso	102
5.5 PLANEJAMENTO.....	103
5.6 AS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS	104

5.7 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	106
5.8 AVALIAÇÃO	106
5.9 CONSELHO DE CLASSE/PARADA PEDAGÓGICA	107
6 EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	108
6.1 MARCOS HISTÓRICOS E NORMATIVOS.....	108
6.2 ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE MUNICIPAL DE TIJUCAS	117
6.2.1 Coordenação de Educação Especial	118
6.2.1.3 Atribuições do Professor de Atendimento Educacional Especializado e do Professor Especial	119
6.2.1.4 Atribuições do Professor Auxiliar.....	120
6.2.1.5 Atribuições do Auxiliar de Vida Escolar (AVE).....	122
6.2.1.6 Atribuições do Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais	123
6.3 SERVIÇO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO- AEE	123
6.3.1 Sala de Recurso Multifuncional.....	130
6.3.2 Público Alvo do Atendimento Educacional Especializado	132
6.3.3 Conteúdos do Atendimento Educacional Especializado	133
6.3.4 Avaliação no Serviço do Atendimento Educacional Especializado	134
6.3.5 O papel do Professor da Sala de Aula Comum Junto aos Processos com o Aluno Público Alvo da Educação Especial.	135
6.3.6 Avaliação no Ensino Regular numa Perspectiva Inclusiva	139
6.3.7 Centro Educacional Municipal de Atendimento Especializado de Tijucas CEMAETI	140
7 PROJETOS DIVERSIFICADOS	142
7.1 VARAL LITERÁRIO	142
7.2 PROJETO HORTA NA CRECHE:.....	144
7.3 FEIRA DO LIVRO.....	144
7.4 FESTA JULINA	145
7.5 FESTIVAL DE NOVOS TALENTOS.....	145
7.6 SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA.....	145
7.7 PROJETO SAÚDE NA ESCOLA	145
7.9 HORTA ESCOLAR NAS ESCOLAS	146
7.10 JOVENS EMPREENDEDORES PRIMEIROS PASSOS- JEPP	146
AGRADECIMENTOS	147
REFERÊNCIAS.....	148

APRESENTAÇÃO

Este documento consolida ideias a partir do debate sobre a construção e efetivação do Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Ensino de Tijuca, incorporando as contribuições produzidas pelos profissionais através da reflexão teórico-prática, realizadas sistematicamente, por meios de discussões, formação, projetos, que envolveram gestores, multiplicadores, professores e comunidade em geral.

O objetivo deste documento é orientar todas as ações pedagógicas, de maneira teórica e metodológica, dos profissionais da educação, considerando a legislação vigente e as normativas curriculares, caracterizando-se no principal documento que orienta e define as normas relativas à estrutura e organização da Rede Municipal de Ensino de Tijuca.

O Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Ensino de Tijuca pauta-se na Lei de Diretrizes e Bases - LDB – Lei Nº 9394/96, Lei do Sistema Municipal Nº Lei Complementar nº45/2016, Resoluções do Conselho Municipal de Educação, Plano Nacional 13.005/25/06/2014 e Plano Municipal de Educação 2.599/2015, bem como nas demais legislações vigentes e orientações estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

1 MUNICÍPIO DE TIJUCAS

1.1 ANÁLISE DO CONTEXTO MUNICIPAL DE TIJUCAS

No século 16, quando chegaram os primeiros europeus ao atual litoral catarinense, este estava ocupado pela nação tupi-guarani dos carijós. Em 1530, o navegador veneziano Sebastião Caboto, a serviço da Espanha, descobriu a foz do rio Tijucas. Em 04 de maio de 1848, foi criada a freguesia de São Sebastião da Foz do Tijucas Grande, bem como a paróquia com a mesma denominação. Tijucas (na época, São Sebastião da Foz do Rio Tijucas) recebeu status de município pela Lei provincial n.º 464 de 4 de abril de 1859. Na década de 1870, começou a imigração italiana na região.

Tijucas está localizada às margens da rodovia BR-101, numa bela planície do litoral catarinense. É o principal acesso para a rodovia SC-401, caminho para as cidades de Canelinha, São João Batista e Nova Trento. Sua localização privilegiada faz, da cidade, uma grande vitrine durante as temporadas de verão. Ao Norte, em uma faixa de 30 quilômetros, encontra-se Balneário Camboriú, e, ao sul, numa faixa de 50 quilômetros, está Florianópolis. A proximidade é maior ainda no caso de outras famosas cidades turísticas, como Itapema, Porto Belo e Bombinhas.

O município de Tijucas é dividido em 09 bairros que formam a chamada Zona Urbana da cidade, e em 7 localidades que formam a Zona Rural da cidade, totalizando, assim, 16 comunidades diferentes dentro da cidade. A zona urbana da cidade de Tijucas é formada pelos bairros: Areias; Centro; Joaia; Pernambuco; Praça; Santa Luzia; Sul do Rio; Universitário; XV de novembro. As comunidades que formam a zona rural de Tijucas são: Campo Novo; Itinga; Morretes; Oliveira; Terra Nova; Timbé, todas estas com boa produção agropecuária. Também há o bairro rural de Nova Descoberta, o maior em população (cerca de 2.000 habitantes) e área fora da área urbana municipal, caracterizado por várias olarias e extração de minérios para a construção civil, além da pecuária, mostrando uma boa força econômica. Hoje cerca de 17% da população mora em áreas rurais.

O índice IDHM de desenvolvimento social está abaixo da média catarinense, embora o crescimento econômico da última década tenha melhorado a renda municipal, projetando-se em perspectiva de avanço no índice de desenvolvimento social. A taxa de vulnerabilidade social é de cerca de 30%, número ainda alto, constituído por mães solteiras sem o ensino fundamental completo, analfabetos, idosos sem previdência social, desabrigados por problemas sociais.

Tijucas, hoje, conta com 25 escolas e centros educacionais municipais, sendo três de 1º ao 9º ano; doze de 1º ao 5º ano; duas de ensino pré-escolar, que contam com crianças de 4 e 5 anos; nove creches para crianças de 4 meses a 4 anos de idade. Além disto, o município conta com mais quatro escolas estaduais, ofertando toda a Educação Básica; cinco escolas particulares e, o Senai, instituição voltada à formação técnica do cidadão. Na área do ensino superior, os jovens contam com a Universidade do Vale do Itajaí - Univali oferecendo cursos presenciais e à distância; o Senai, com cursos tecnólogos e, ainda, outras instituições ofertando cursos à distância, tanto na área da graduação como de pós-graduação.

1.2 BREVE ANÁLISE E CONTEXTO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO

O município de Tijucas possui Instituições Educativas que atendem a Educação Infantil (Creche e Pré Escola) e Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) na área Urbana e Rural. E considerando as especificidades, oferece as modalidade de Educação Especial.

Na Educação Infantil, o atendimento começa a ser ofertado no berçário, para crianças de 4 (quatro meses) a 2 (dois) anos de idade, no maternal de 2 (dois) a 3 (três) anos e no Pré-escolar, crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos.

No Ensino Fundamental, são atendidos estudantes de 1º ao 9º ano, até 16 anos de idade. A Rede Municipal de Ensino garante a inclusão de estudantes com deficiência em todos os níveis e modalidades de ensino, em classes comuns, e no contra turno, na Sala de AEE no Atendimento.

Tabela 1 Quadro de matrículas por etapa na Educação Básica

Etapas e Modalidades	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
Educação Infantil – zero a 3 anos e 11 meses	831	945	1.129	1.134
Educação Infantil – 4 a 5 anos e 11 meses	865	976	1.052	1.146
Ensino Fundamental – Séries Iniciais 1º ao 5º ano	1.855	1.836	1.953	2.086
Ensino Fundamental – Séries Finais - 6º ao 9º ano	1.030	1.074	1.011	1.090
Total de estudantes	4.581	4.831	5.145	5.456

Fonte: INEP – consulta Matrícula (2020).

De acordo com o quadro de matrículas, são atendidos no ano de 2020 5.465 estudantes na Rede Municipal de Educação de Tijucas, no último ano do Censo, distribuídos em Instituições Educativas, entre Escolas Básicas Urbanas e Rurais, Centros de Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos – NAES em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina.

Para conferir a qualidade de cada Instituição Educativa e Redes de Ensino, o Ministério da Educação - MEC, criou em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Este indicador, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais - INEP procura mostrar a qualidade da educação, considerando, especificamente, dois aspectos: o fluxo, isto é, a progressão ao longo dos anos; e o desenvolvimento dos estudantes, ou seja, aprendizado.

Em Tijucas, o IDEB da rede pública está dentro da média pretendida para os anos, mas é preciso garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.

Tabela 2 Média Geral do Município IDEB 2019

Município	IDEB Observado		Metas Projetadas		
	2017	2019	2017	2019	2021
Tijucas	5.9	5.9	5.9	6.2	6.4

Fonte: Dados INEP (2020)

A média geral do Município se faz através do cálculo total da Rede Municipal de Ensino e da Rede Estadual de Ensino, gerando a nota final. O Município de Tijucas em suas unidades escolares, apresentou media satisfatória.

Um dos fatores importantes, que dá à educação a qualidade demonstrada, diz respeito à formação e qualificação profissional dos educadores, a qual conta com professores, com habilitações específicas, conforme tabela abaixo;

Tabela 3 Habilitação dos professores da Rede Municipal de Tijucas

HABILITAÇÃO DOS EDUCADORES	2020
Professores com Mestrado	02
Professores com Especialização	207
Professores Graduados (Licenciatura)	146
Professores com Magistério	94
Total de profissionais	

Fonte: Setor Recursos Humanos - SME – (2020)

Para o desenvolvimento de uma educação de qualidade se faz necessário a capacitação dos professores que atuam diretamente com os estudantes no processo de aprendizagem.

A Secretaria de Educação realiza um trabalho constante na oferta de formação continuada para os professores da rede municipal, respeitando cada etapa da Educação Básica, buscando parcerias com instituições de qualidade na oferta de cursos, capacitações, seminários, palestras, entre outros.

Com a oferta de formação continuada os professores precisam de um momento para planejar e colocar em prática o que é conhecido. Para um bom desempenho dos estudantes na sala de aula, e o bom andamento das aulas, se faz necessário um momento para planejar. Os professores do ensino fundamental e educação infantil dispõem de 1/3 de hora atividade na semana para planejar suas aulas, cumprindo esta carga horária na instituição de ensino.

A Educação Especial é organizada em Classes do Ensino Regular e a sala de Atendimento Educacional Especializado- AEE com acompanhamentos realizados por equipe Pedagógica, Fonoaudióloga da Secretaria de Educação e Equipe de Saúde (parceria com a Secretaria Municipal de Saúde).

A educação continua vivendo momentos de adaptações em especial no ano de 2020, quando o Brasil e o Mundo foram assolados pela Pandemia, causada pelo vírus Covid-19. Acreditava-se que seriam momentos passageiros e breves, contudo foi preciso rapidamente pensar estratégia para continuidade do ano letivo, preservando a saúde de professores, estudantes, gestores e toda a comunidade.

A educação brasileira tem passado por várias reformas educacionais. Acredita-se que estas tendem acompanhar o desenvolvimento social, cultural, econômico, político. No município de Tijuca, independentemente da posição que os cidadãos ocupam na sociedade, a educação é prioridade e ofertada com qualidade.

1.2.1 – Plano de Atendimento período de Pandemia

A SME de Tijuca, diante dos fatos e da não definição do retorno das atividades presenciais, junto a Administração Municipal, buscou estratégias para continuidade do ano letivo e que atendesse os estudantes.

A busca de alternativas para planejar e encontrar meios para que nossos alunos tenham o mínimo de aprendizagem, prospectando elementos para utilização de diferentes ferramentas, envolvendo tecnologias, entre as quais a digital, rádio e mesmo materiais impressos. Com a total mudança na rotina da Secretaria de Educação e de todos os Sistemas Municipais, se têm por missão engajar a Comunidade Escolar, as equipes administrativas e pedagógicas no âmbito dessa nova realidade que nos desafia. A Educação Pública Municipal preza por uma Educação de qualidade para todos, e trabalha incessantemente na criação de ferramentas capazes de atender todos os alunos da Rede Municipal de Ensino, abarcando todos os níveis, pleiteando atender todas as crianças e adolescentes com um mínimo de qualidade, minimizando as perdas provocadas pelo distanciamento social que, diga-se de passagem, não sabemos quando será suspenso.

As ações de caráter metodológico, no universo da Educação Infantil e no ciclo de Alfabetização, onde, por certo, se encontram os maiores desafios, as atividades incluem as famílias, para que colaborem no desenvolvimento das crianças através de estímulos, interação e ludicidade, numa perspectiva de desenvolvimento e fortalecimento das afetividades socioemocionais, buscando desenvolver objetivos/habilidades descritas no Currículo Catarinense para cada fase/ano escolar e também na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Há, igualmente, o desejo de oferecer às famílias elementos concretos para a consecução dessas estratégias, tais quais jogos, brincadeiras, histórias, e outras atividades que possam enriquecer e qualificar a convivência familiar e ao mesmo tempo trabalhar habilidades e conhecimentos previstos no currículo. Não podemos olvidar que todo esse esforço jamais substituirá a prática até então desenvolvida, pois a garantia de um ensino de qualidade para todos e com equidade, só ocorre com a intervenção e mediação dos

professores (docentes). Sabemos que vídeos, textos, imagens, áudios, tecnologias as mais diversas, nunca substituirão o professor no ato de ensinar habilidades, conceitos e outros saberes. Todavia, é unânime a opinião, de que não podemos ficar tanto tempo afastados de nossas crianças e adolescentes e nem deixar que fiquem tanto tempo sem contato com o conhecimento científico. Assim, todas as condutas que estão sendo e ainda serão perfectibilizadas, têm o condão de tentar abrandar os enormes prejuízos causados ao processo de aprendizagem durante o ano letivo de 2020.

Para acompanhar o Planejamento Emergencial da Secretaria Municipal de Educação – período de distanciamento social por conta da pandemia do novo Coronavírus, está disponível no site da Prefeitura Municipal - <http://tijucas.sc.gov.br/secretarias/paginas/detalhe/planejamento-emergencial-covid-19->

2 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação de Tijucas conta hoje com profissionais especializados, atuando na promoção de uma educação de qualidade para todos. Assim, para atender as especificidades de cada área, organiza-se distribuída por setores administrativos e pedagógicos.

A preocupação com educação, muito além que a própria organização estrutural, centraliza-se no contexto pedagógico e legal. Prova disto é o olhar atento às questões elencadas no Plano Municipal de Educação - PME Lei 2.599 - 2015 (TIJUCAS, 2015) elaborado de forma democrática, como a Proposta Curricular do Município alinhada às discussões da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017) e a Proposta Curricular de Santa Catarina - PCSC (SANTA CATARINA, 2019) são instrumentos elaborados com a participação dos profissionais da educação e balizam todo o caminhar pedagógico. Estes documentos definem as concepções de sociedade e de educação, que oferecem bases firmes às ações pedagógicas, podem-se encontrar a estrutura curricular da Rede Municipal de Tijucas, bem como, o processo de transição das diferentes etapas da Educação Básica: educação infantil para os anos iniciais do ensino fundamental e dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental.

A Secretaria Municipal de Educação, também procura estreitar as relações entre a Rede Municipal, Estadual e as instituições privadas, desenvolvendo atividades culturais estimulando a participação de todos. Reconhece assim, a relevância desta parceria e compreende que todos trabalham para um bem comum: educação de excelência.

A Secretaria Municipal de Educação de Tijucas apresenta por;

MISSÃO

Promover ações institucionais que assegurem, no município de Tijucas, o desenvolvimento de uma educação integral e humanizada, por meio de uma gestão pública democrática e inclusiva.

VISÃO

Consolidar-se como uma secretaria comprometida com as políticas educacionais, visando a qualidade e excelência da educação pública, do município de Tijucas.

OBJETIVOS

- ⇒ Promover educação que contribua para o exercício pleno da cidadania.
- ⇒ Garantir o acesso, a permanência e o sucesso das crianças e adolescentes na Rede de Ensino.
- ⇒ Assegurar o pluralismo de ideias, a liberdade de expressão e os direitos das crianças e dos adolescentes.
- ⇒ Estabelecer relações democráticas e participativas no/com Sistema de Ensino.
- ⇒ Zelar pelo cumprimento da Legislação Educacional.
- ⇒ Comprometer-se com o desenvolvimento integral e humanizado das crianças e adolescentes.
- ⇒ Definir diretrizes que orientem o planejamento, as práticas e a avaliação educacional da Rede Municipal.
- ⇒ Fomentar práticas educativas de qualidade e inclusivas.
- ⇒ Valorizar o profissional da educação, por meio da organização da carreira e formação contínua.

2.1 ORGANIZAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

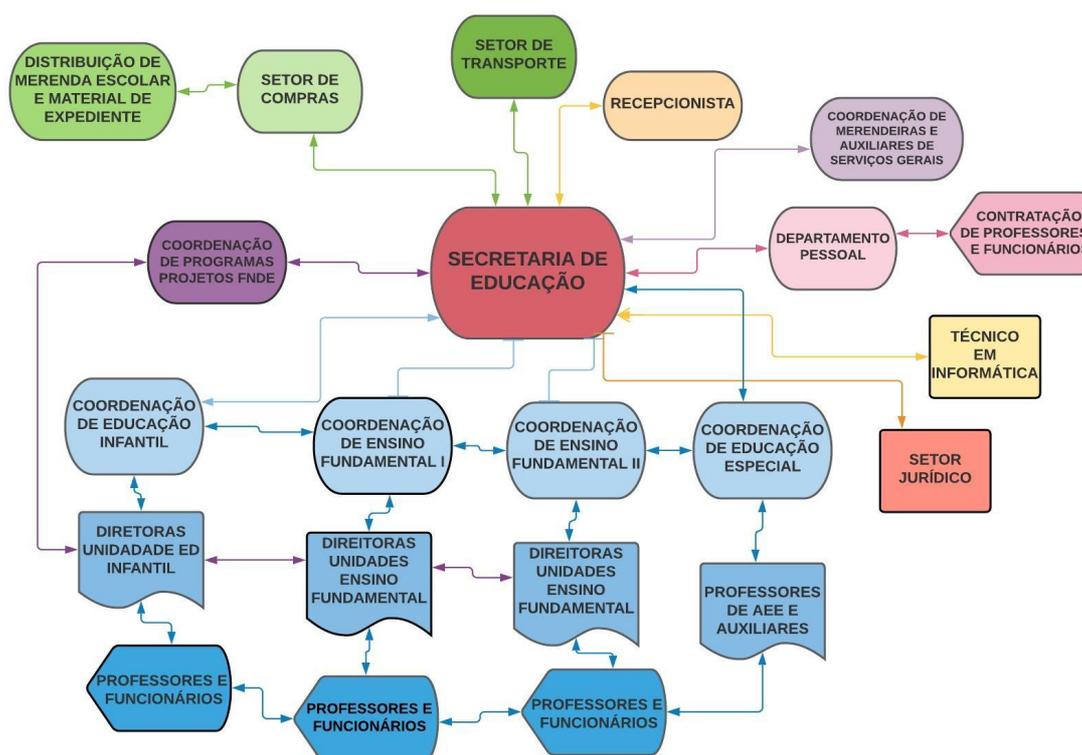
A Secretaria Municipal de Educação de Tijuca é amparada pela Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar nº45/2016 que organiza o Sistema Municipal de Educação.

É um órgão gestor, trabalhando de maneira articulada com os demais órgãos administrativos.

Sabe das responsabilidades, especialmente pedagógicas que lhe competem, além das administrativas burocráticas, que têm como foco principal, a garantia do direito à educação para a comunidade de Tijuca, especialmente, mas não somente àquelas matriculadas na rede municipal de ensino.

Para melhor compreensão da estrutura de pessoal da SME, apresenta-se o fluxograma;

Imagem 1 Fluxograma Secretaria Municipal de Tijucas



Fonte: elaboração Tibola (2020)

As atividades da SME são coordenadas pela Secretária Municipal de Educação, e conta com vários departamentos que servem de apoio à atividades da Educação do Município.

COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL- CRECHE

O departamento de educação infantil – Creche de 0 a 3 anos e 11 meses tem como atribuições a gestão das entidades que atendem crianças na faixa etária compreendida, quanto a contratação de professores e estagiárias, coordenação de formação continuada, paradas pedagógicas, controle do número de vagas nas entidades; articulação do ano letivo.

COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL- PRÉ ESCOLAR

O departamento de educação infantil – Pré Escolar de 4 a 5 anos e 11 meses, tem como atribuições a gestão das entidades que atendem crianças na faixa etária compreendida, quanto a contratação de professores e estagiárias, coordenação de

formação continuada, paradas pedagógicas, controle do número de vagas nas entidades; articulação do ano letivo.

COORDENAÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL I

O departamento de ensino fundamental compreende do 1º ao 5º anos e tem como atribuições a gestão das entidades que atendem crianças na faixa etária compreendida, quanto a contratação de professores e estagiárias, coordenação de formação continuada, paradas pedagógicas, controle do número de vagas nas entidades; articulação do ano letivo.

COORDENAÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL II

O departamento de ensino fundamental compreende do 6º ao 9º anos e tem como atribuições a gestão das entidades que atendem crianças na faixa etária compreendida, quanto a contratação de professores e estagiárias, coordenação de formação continuada, paradas pedagógicas, controle do número de vagas nas entidades; articulação do ano letivo.

COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

O departamento de educação especial compreende o seu atendimento desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental. Tem como atribuições a contratação de professores da área de educação especial e a organização do serviço de educação especial na rede. Articulação da formação continuada para os profissionais que atuam na educação especial.

GESTORAS

Coordenar a parte administrativa, burocrática da entidade e a coordenação pedagógica. As unidades que possuem gestoras e coordenadoras estas atendem a parte pedagógica.

Conforme Plano de Carreira do Magistério Municipal de Tijuca - LEI COMPLEMENTAR Nº 41/2015, é atribuição dos Profissionais do Magistério:

DIREÇÃO DE ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL

1. Elaborar as diretrizes gerais de ação da escola na parte pedagógica em consonância com as diretrizes da Administração Municipal;
2. Participar das diretrizes gerais de ação da Secretaria Municipal de Educação na parte administrativa de documentos e de pessoal em consonância com as diretrizes da Administração Municipal;
3. Fundamentar pedagógica e filosoficamente as ações que emanarão das ações determinadas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico em nível de Educação Municipal;
4. Subsidiar o desenvolvimento de ações diretas na escola, no nível de suporte pedagógico, tais como:
 - a) Calendário Escolar;
 - b) Conselho de Classe;
 - c) Dias de Estudos;
 - d) Hora Atividade;
 - e) Atendimento Educacional Especializado;
 - f) Ampliação da jornada escolar;
 - g) Atividades Complementares;
 - h) Estratégias e motivação nas atividades de sala de aula;
 - i) Horário de Aulas;
 - j) Utilização do Livro Didático e de outros materiais pedagógicos disponibilizados aos estudantes;
 - k) Organização e uso da Biblioteca ou Sala de Estudos;
 - l) Organização e uso dos laboratórios escolares;
 - m) Projeto Político Pedagógico;
 - n) Planejamento Financeiro da Escola;
 - o) Planejamento dos Professores;
 - p) Recuperação de Estudos;
 - q) Regimento Escolar;
 - r) Registro de Informações;
 - s) Replanejamento, dentre outras;
5. Garantir e promover dias de estudo para os professores de todas as áreas de Ensino;
6. Garantir a execução dos planejamentos dentro das diretrizes emanadas das ações pedagógicas em nível de Secretaria Municipal de Educação;
7. Garantir que os professores e demais funcionários cumpram as determinações da escola;
8. Acompanhar o serviço da Secretaria de escola;
9. Receber pais e estudantes sempre que acontecer algum problema na escola;
10. Cumprir as determinações do cargo de confiança que lhe foi concedido;
11. Trabalhar em consonância com a Associação de Pais e Professores;
12. Trabalhar em consonância com o Conselho Escolar;
13. Fiscalizar e responsabilizar-se pela merenda escolar, no que se refere ao recebimento, conferência, estoque, cardápio, preparo de alimentos, informações gerais para o serviço de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação de Tijucas.
14. Supervisionar o funcionamento geral da escola;
15. Responsabilizar-se por todas as ações tomadas pelos envolvidos com a escola;

O cargo de Auxiliar de Direção tem a incumbência de realizar todas as atribuições da direção de escola em parceria com o diretor ou na ausência deste, assumir integralmente todas as atribuições.

PROFESSORES – ATRIBUIÇÕES

1. Ministras aulas e orientar a aprendizagem dos estudantes;
2. Atualizar-se em sua área de conhecimento/atuação participando de cursos de aperfeiçoamento e/ou capacitação, além dos cursos dos programas de formação continuada;
3. Contribuir constantemente para o aprimoramento da qualidade do ensino;
4. Elaborar e cumprir o planejamento anual e de aula, bem como, o planejamento quinzenal/semanal, conforme orientações da Escola ou Secretaria Municipal de Educação de acordo com a orientação do Sistema Municipal de Ensino;
5. Fornecer dados através de preenchimento de diários de classe, planejamento e outros documentos apresentados ao professor;
6. Avaliar o desempenho dos estudantes de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
7. Constatar necessidades biopsicossociais e cognitivas e encaminhar os estudantes aos setores específicos de atendimento;

8. Cooperar com os serviços de gestão e orientação pedagógica e educacional;
9. Cooperar com os serviços de Supervisão Escolar e Orientação Educacional no que for estabelecido para o Projeto Político Pedagógico da escola;
10. Cumprir as horas-atividade de acordo com o que a Unidade Escolar estabelecer;
11. Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;
12. Estabelecer formas alternativas de recuperação de estudos para os estudantes que apresentarem menor rendimento;
13. Executar o trabalho docente em consonância com a proposta pedagógica da rede de ensino de Tijuca;
14. Executar outras atividades compatíveis com o cargo, determinado pela direção da escola ou do órgão superior competente;
15. Informar os pais as datas de reuniões na escola, quando solicitado pela direção ou quando o próprio professor sentir necessidade;
16. Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) turma(s);
17. Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;
18. Participar da elaboração do regimento escolar e do projeto político pedagógico da escola;
19. Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;
20. Participar, como convocado (a) de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas, reuniões de estudos;
21. Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino;
22. Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;
23. Zelar pela aprendizagem do estudante;
24. Zelar pela disciplina e pelo material docente;
25. Atualizar-se em sua área de conhecimento/atuação;
26. Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;
27. Cumprir com as demais atribuições inerentes ao seu cargo.

ORIENTADOR EDUCACIONAL

1. Desenvolver ações no contexto educativo que colaborem para a promoção do desenvolvimento humano, social e intelectual dos educandos;
2. Atuar em todas as etapas/modalidades da Educação Básica para atender as necessidades dos estudantes, acompanhando e avaliando os processos educacionais, viabilizando o trabalho coletivo, criando e organizando mecanismos de participação em programas e projetos educacionais, facilitando o processo comunicativo entre a comunidade escolar e as associações a ela vinculadas;
3. Incumbir-se do aconselhamento vocacional dos estudantes, em cooperação com os professores, a família e a comunidade;
4. Promover a participação dos pais e estudantes no Projeto Político Pedagógico;
5. Estabelecer estratégias em parceria com o Supervisor Escolar para garantir a participação de pais e estudantes no Conselho de Classe;
6. Identificar e prestar apoio aos estudantes em necessidades pessoais e em dificuldades comportamentais; em parceria com as famílias.
7. Auxiliar aos estudantes em suas necessidades de saúde e de relacionamento pessoal e institucional.
8. Auxiliar aos estudantes em suas dificuldades de aprendizagem;
9. Participar do processo de escolha de representantes de turmas (estudante, professor) com vistas ao redimensionamento dos processos de ensino e de aprendizagem;
10. Avaliar juntamente com os professores, o resultado de atividades pedagógicas, analisando o desempenho escolar e propondo novas oportunidades de aprendizagem aos estudantes que apresentam dificuldades, objetivando a superação das mesmas.
11. Planejar e coordenar em conjunto com a Direção e o Supervisor Escolar, as atividades escolares no que concerne a calendário escolar, composição de turmas, distribuição de carga horária, lista de materiais, escolha de livros didáticos, recreio pedagógico, dentre outros.
12. Planejar e coordenar as atividades referentes à matrícula, transferência, adaptação de estudos, equivalência, classificação, reclassificação e conclusão de estudos do estudante.

13. Planejar e coordenar, junto ao Supervisor Escolar, as reuniões pedagógicas, de Conselho de Classe e com a comunidade escolar, objetivando a melhoria constante dos processos de ensino e de aprendizagem.
14. Mediar conflitos disciplinares entre professores e estudantes de acordo com as normas de convivência da escola e da legislação em vigor, levando ao conhecimento da Direção quando necessário, para os encaminhamentos cabíveis.
15. Acompanhar o rendimento e a frequência dos estudantes promovendo orientações ao mesmo e ao seu representante legal, encaminhando aos órgãos competentes, os casos que se fizerem necessários.
16. Acompanhar e registrar as decisões referentes ao atendimento feito ao estudante, quanto ao seu rendimento escolar, como analisar, discutir e avaliar constantemente os processos de ensino e de aprendizagem, redefinindo em conjunto com o professor.
17. Coordenar atividades de recuperação de estudos e de aprendizagem, realizando reuniões individuais com os professores e com o Conselho de Classe, com o intuito de discutir soluções e sugerir mudanças no processo pedagógico.
18. Assegurar a regularidade da vida escolar do estudante.
19. Colaborar para assegurar a autenticidade, guarda, preservação e o sigilo de todos os documentos que tramitam no estabelecimento de ensino.
20. Participar dos cursos de formação, simpósios, congressos, seminários e outros a fim de buscar enriquecimento pessoal e desenvolvimento profissional.
21. Articular, facilitar, mediar e motivar, juntamente com o Supervisor Escolar, o processo de autodesenvolvimento da equipe docente, através das ações que promovam evolução positiva no desempenho pedagógico, nas relações de trabalho e nas atitudes frente as suas funções.
22. Levantar dados acerca da contextualização histórica da escola, das famílias envolvidas, buscando informações sobre as necessidades educacionais e sociais, caracterizando o perfil dos estudantes, com o objetivo de fornecer subsídios para reflexão das mudanças sociais, políticas, tecnológicas e culturais da sua unidade escolar.
23. Buscar apoio junto a profissionais especializados possibilitando ao corpo docente atuar com pessoas com deficiência, visando o atendimento com qualidade.
24. Propor a Direção à infraestrutura necessária para a escola, a fim de atender estudantes com deficiência temporária ou permanente.
25. Sugerir à Direção a compra ou recuperação de materiais, equipamentos e recursos pedagógicos necessários à prática pedagógica eficaz.
26. Promover ações, em articulação com a Direção, que estimulem a utilização dos espaços físicos da escola, como salas de aula, de informática, laboratório, sala de leitura, biblioteca e outros.
27. Elaborar e manter atualizados os registros e informações estatísticas, analisando, interpretando e divulgando os índices de desempenho da escola como aprovação, reprovação, frequência e evasão, a fim de estabelecer novas metas para alcançar a eficiência institucional.
28. Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;
29. Buscar atualização constante;
30. Cumprir com as demais atribuições inerentes ao seu cargo.

SUPERVISOR ESCOLAR

1. Garantir que a escola cumpra a sua função social de construção do conhecimento;
2. Diagnosticar junto à comunidade escolar (direção, professores, pais, estudantes, APP) as suas reais necessidades e recursos disponíveis e identificar a situação pedagógica da escola;
3. Coordenar as atividades que envolvem a formação e a ação do Conselho Escolar;
4. Promover e garantir a articulação entre escola, família e comunidade;
5. Articular e coordenar a elaboração do Projeto Pedagógico, com foco na proposta pedagógica que defina as linhas norteadoras do currículo escolar, os princípios metodológicos, os procedimentos didáticos, as concepções de conhecimento e de avaliação, entre outros.
6. Providenciar, junto à administração superior, recursos financeiros, materiais, físicos e humanos necessários à viabilização do Projeto Político Pedagógico na escola;
7. Coordenar, juntamente com o diretor e secretário de escola, o Conselho de Classe em seu planejamento, execução, avaliação e desdobramentos;
8. Coordenar a elaboração e acompanhar a execução do planejamento curricular;
9. Desenvolver estratégias para assegurar o cumprimento da função precípua da escola pública quanto a garantia do acesso, da permanência e êxito no percurso escolar do estudante;
10. Coordenar, no âmbito da escola, as atividades de desenvolvimento profissional;
11. Promover a avaliação permanente do currículo visando o replanejamento;

12. Buscar formas para o acesso e a permanência do estudante na escola;
13. Promover o aperfeiçoamento permanente de professores através de reuniões pedagógicas, encontros de estudos visando à construção das competências do docente;
14. Orientar o trabalho do professor para a elaboração de um currículo escolar contextualizado, que garanta a adoção de conhecimentos atualizados, relevantes e adequados à legislação vigente;
15. Prover estratégias para a recuperação dos estudantes de menor rendimento;
16. Promover a revisão/construção de estratégias pedagógicas que visam superar a rotulação e discriminação de alguns grupos de estudantes;
17. Participar da elaboração do Regimento Escolar;
18. Mediar conflitos disciplinares entre professores e estudantes de acordo com as normas de convivência da escola e da legislação em vigor, levando ao conhecimento da Direção quando necessário, para os encaminhamentos cabíveis;
19. Promover a análise crítica dos textos didáticos e a elaboração de materiais didáticos mais adequados aos estudantes e coerentes com as concepções do homem e da sociedade que direcionam a ação pedagógica;
20. Influir para que todos os funcionários da escola se comprometam com o atendimento às reais necessidades dos estudantes;
21. Planejar e coordenar em conjunto com a Direção, as atividades escolares no que concerne a calendário escolar, composição de turmas, distribuição de carga horária, lista de materiais, escolha de livros didáticos, recreio pedagógico, dentre outros;
22. Estimular e promover iniciativas de participação e democratização das relações na escola;
23. Ministrando curso, palestra ou aula de aperfeiçoamento e atualização do corpo docente, realizando-as em serviço, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos profissionais;
24. Estimular e orientar o professor na realização de auto avaliação e avaliações bilaterais com seus estudantes;
25. Assegurar o cumprimento dos dias letivos e das cargas horárias estabelecidas;
26. Participar dos cursos de formação, simpósios, congressos, seminários e outros a fim de buscar enriquecimento pessoal e desenvolvimento profissional.
27. Articular, facilitar, mediar e motivar o processo de autodesenvolvimento da equipe docente, através das ações que promovam evolução positiva no desempenho pedagógico, nas relações de trabalho e nas atitudes frente as suas funções.
28. Promover ações, em articulação com a Direção, que estimulem a utilização dos espaços físicos da escola, como salas de aula, de informática, laboratório, sala de leitura, biblioteca e outros.
29. Elaborar e manter atualizados os registros e informações estatísticas, analisando, interpretando e divulgando os índices de desempenho da escola como aprovação, reprovação, frequência e evasão, a fim de estabelecer novas metas para alcançar a eficiência institucional.
30. Estimular o aperfeiçoamento e a atualização do corpo docente, incentivando a participação em cursos de formação, grupos de estudo, reuniões, palestras, simpósios, seminários e fórum, a fim de contribuir para o crescimento pessoal e profissional.
31. Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.
32. Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;
33. Buscar atualização constante;
34. Cumprir com as demais atribuições inerentes ao seu cargo.

COORDENADOR PEDAGÓGICO

1. Garantir que a escola cumpra a sua função social de construção do conhecimento;
2. Diagnosticar junto à comunidade escolar (direção, professores, pais, estudantes, APP) as suas reais necessidades e recursos disponíveis e identificar a situação pedagógica da escola;
3. Coordenar as atividades que envolvem a formação e a ação do Conselho Escolar;
4. Promover e garantir a articulação entre escola, família e comunidade;
5. Informar os pais ou responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos estudantes, bem como sobre a execução do Projeto Político Pedagógico da escola;
6. Coordenar a elaboração do Projeto Político Pedagógico acompanhando sua execução e oferecendo subsídios atualizados para os docentes;
7. Providenciar, junto à administração superior, recursos financeiros, materiais, físicos e humanos necessários à viabilização do Projeto Político Pedagógico na escola;
8. Coordenar, juntamente com o diretor e secretário de escola, o Conselho de Classe em seu

- planejamento, execução, avaliação e desdobramentos;
9. Coordenar a elaboração e acompanhar a execução do planejamento curricular garantindo que a realidade do aluno seja ponto de partida e o redirecionador permanente do currículo;
 10. Coordenar, no âmbito da escola, as atividades de desenvolvimento profissional;
 11. Promover a avaliação permanente do currículo visando o replanejamento;
 12. Buscar formas para o acesso e a permanência do estudante na escola;
 13. Promover o aperfeiçoamento permanente de professores através de reuniões pedagógicas, encontros de estudos visando à construção das competências do docente;
 14. Garantir a unidade teoria-prática, metodologias alternativas para promoção da aprendizagem e recursos didáticos mais adequados a promoção das aprendizagens;
 15. Prover estratégias para a recuperação dos estudantes de menor rendimento;
 16. Promover a revisão/construção de estratégias pedagógicas que visam superar a rotulação e discriminação de alguns grupos de estudantes;
 17. Participar da elaboração do Regimento Escolar;
 18. Trabalhar coletivamente para que a escola não se desvie de sua verdadeira função;
 19. Promover a análise crítica dos textos didáticos e a elaboração de materiais didáticos mais adequados aos estudantes e coerentes com as concepções do homem e da sociedade que direcionam a ação pedagógica;
 20. Influir para que todos os funcionários da escola se comprometam com o atendimento às reais necessidades dos estudantes;
 21. Contribuir para que a organização de turmas e o horário escolar considerem as condições materiais de vida dos estudantes;
 22. Estimular e promover iniciativas de participação e democratização das relações na escola;
 23. Assegurar o cumprimento dos dias letivos e das cargas horárias estabelecidas;
 24. Elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou rede de ensino ou da escola;
 25. Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;
 26. Buscar atualização constante;

DIREÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

1. Elaborar diretrizes gerais de ação no Centro de Educação Infantil, na parte pedagógica em consonância com as diretrizes da Administração Municipal;
2. Participar das diretrizes gerais de ação da Secretaria Municipal de Educação parte administrativa de documentos e de pessoal em consonância com as diretrizes da Administração Municipal;
3. Fundamentar pedagógica e filosoficamente as ações que emanarão das ações determinadas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico em nível de Educação Municipal;
4. Subsidiar o desenvolvimento de ações diretas no Centro de Educação Infantil, em nível de suporte pedagógico, tais como:
 - a) Calendário Escolar;
 - b) Conselho de Classe;
 - c) Dias de Estudos;
 - d) Hora Atividade;
 - e) Atendimento Educacional Especializado;
 - f) Estratégias e motivação nas atividades de sala de aula;
 - g) Estratégias de adaptação das crianças menores aos espaços institucionalizados da Educação Infantil;
 - h) Organização e uso da Biblioteca e/ou Brinquedoteca da Educação Infantil;
 - i) Organização dos pátios e demais áreas externas;
 - j) Planejamento Financeiro da Instituição de Educação Infantil;
 - k) Planejamento dos Professores;
 - l) Projeto Político Pedagógico;
 - m) Regimento Escolar;
 - n) Registro de Informações;
 - o) Replanejamento;
5. Garantir e promover dias de estudo para os professores de todas as áreas de ensino;
6. Garantir a execução dos planejamentos dentro das diretrizes emanadas das ações pedagógicas em nível de Secretaria Municipal de Educação;
7. Garantir que os professores e demais funcionários cumpram com as determinações do Centro de Educação Infantil;

8. Receber pais e estudantes sempre que for necessário;
9. Cumprir as determinações do cargo de confiança que lhe foi concedido;
10. Trabalhar em consonância com a APP e com o Conselho Escolar;
11. Fiscalizar e responsabilizar-se pela merenda escolar, no que se refere ao recebimento, conferência, estoque, cardápio, preparo de alimentos, informações gerais para o serviço de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação de Tijuca.
12. Supervisionar o funcionamento geral do Centro de Educação Infantil;
13. Responsabilizar-se por todas as ações tomadas pelos envolvidos com a Instituição de Educação Infantil;

A direção Adjunta tem a incumbência de realizar todas as atribuições da direção de escola em parceria com o diretor ou na ausência deste, assumir integralmente todas as atribuições.

SECRETARIA DE ESCOLA

1. Coordenar e executar as tarefas da secretaria escolar;
2. Organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo escolar e o registro de assentamentos dos estudantes, de forma a permitir, em qualquer época, a verificação da identidade e regularidade da vida escolar do aluno e a autenticidade dos documentos escolares;
3. Redigir e expedir toda a correspondência oficial da Unidade Escolar;
4. Organizar e manter em dia a coletânea de leis, regulamentos, diretrizes, ordens de serviço, circulares, resoluções e demais documentos;
5. Auxiliar na elaboração de relatórios;
6. Rever todo o expediente a ser submetido a despacho do Diretor;
7. Apresentar ao Diretor, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados;
8. Coordenar e supervisionar as atividades referentes à matrícula, transferência, adaptação e conclusão de curso;
9. Assinar juntamente com o Diretor, os documentos escolares que forem expedidos, inclusive os certificados;
10. Preparar e secretariar reuniões, quando convocado pela direção;
11. Zelar pelo uso adequado e conservação dos bens materiais distribuídos à secretaria;
12. Comunicar à direção toda irregularidade que venha a ocorrer na secretaria;
13. Organizar e preparar a documentação necessária para o encaminhamento de processos diversos;
14. Conhecer a estrutura, compreender e viabilizar o funcionamento das instâncias colegiadas na Unidade Escolar;

As unidades escolares estão distribuídos em atendimentos e localização conforme Tabela 04;

Tabela 4 Unidades Escolares no Município de Tijuca

UNIDADE ESCOLAR	ATENDIMENTO	LOCALIZAÇÃO
EEF Santa Terezinha	1º ao 9º ano	Urbana
EEF José Feller	Pré- Escolar ao 5º ano	Rural
EEF Walter Vicente Gomes	1º ao 9º ano	Urbana
EEF Ondina Mª Dias	1º ao 9º ano	Urbana
EEF Mercedes Júlia Adão	Pré-Escolar ao 5º ano	Urbana
CEI Nair Ferreira	Creche	Urbana
CEI Mauri Afonso da Silva	Creche	Urbana
CEI Prof. Marco Aurélio	Creche	Urbana
CEI Silvia Telles	Creche	Urbana

EEF Marcílio Marcos da Silva	Pré-Escolar ao 4º ano	Urbana
CEI Olegário João Cledes	Creche	Urbana
CEI Eneide Mannerich dos Santos	Creche	Urbana
EEF Madre Sabina	Educação Infantil ao 5º ano	Rural
EEF Campo Novo	1º ao 5º anos	rural
PE Criança Feliz	Pré - Escolar	Urbana
EEF Monsenhor Augusto Zucco	1º ao 5º anos	Rural
CEI Mãe Aurora	Creche	Urbana
CEI Mª Zilda Peixer	Creche	Urbana
PE Cirandinha	Pré-Escolar	rural
CEI Mª Helena Machado	Creche e Pré-escolar	urbana
CEI Manoel dos Anjos	Educação Infantil ao 3º ano	Urbana
EEF João Caetano	Pré-Escolar ao 5º ano	Urbana
NAES	Educação de Jovens e Adultos	Urbana

Fonte: SME (2020)

COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

A coordenação do FNDE tem por função questões de programas e projetos que se relacionam com: financiamento da Educação e de políticas públicas, no âmbito federal, estadual e municipal; Estruturação de obras educacionais; Formação para gestores escolares referente ao dinheiro direto na escola, programas e projetos; Sistemas e programas federais; Conselhos municipais escolares.

DEPARTAMENTO PESSOAL

É responsável por todas as contratações de professores temporários, professores auxiliares, agente de serviços gerais e outros; alteração da carga horária de funcionários; licenças de tratamento de saúde, maternidade, paternidade, por luto, para tratar de interesses particulares, licença prêmio e casamento.

DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA

É responsável por manter a parte tecnológica da Secretaria de Educação das escolas em condições de acesso para o bom desenvolvimento de atividades pedagógicas e burocráticas em especial o Sistema Betha (sistema de matrícula, frequência, planejamento, conteúdo, de uso dos profissionais de educação, bem como das famílias e que interliga as Unidades Escolares com dados dos estudantes da rede municipal).

RECEPCIONISTA

Receber pessoas com cortesia e presteza; processar diariamente correspondência recebida e a ser enviadas; atender ao telefone de acordo com as normas e procedimento inerentes à função; anotar detalhadamente as mensagens, com data, número do telefone e nome da pessoa e/ou da empresa; realizar trabalho de equipe, cooperando com os demais servidores e ajudando-os quando necessário; operar fax e/ou PABX; executar outras atividades correlatas que lhe forem designadas pelo superior imediato.

SETOR DE COMPRAS:

Licitação – Registro de Preços: solicita-se 03 (três) orçamentos, média de preço, validade de 1 (um) ano. *Pregão Presencial:* solicita-se 03 (três) orçamentos, média de preço, com validade só no decorrer do ano realizado o processo. *Compra Direta:* solicita-se 03 (três) orçamentos, verifica-se o orçamento com o valor mais baixo, e o tipo de compra é imediato.

Processo de compras - Após a Licitação feita, gerado a homologação, peço uma AF (autorização de fornecimento) no setor de compras da Prefeitura com o material que preciso;

Entrega e Notas Fiscais – a entrega é realizada em depósito próprio, recebido e conferido pelo responsável. As notas fiscais recebidas e anotadas em protocolo para melhor acompanhamento e segurança.

Fechamento do mês: Todas as notas que chegam ao depósito são anotadas e feito uma relação de gastos somados sempre no último dia do mês. O mesmo é feito direto no setor de compras onde juntamos os totais e vimos o resultado final.

Manutenção das escolas: solicitação realizada através dos gestores que encaminham a demanda para a SME que solicita ao setor responsável, que autoriza a compra necessária para a demanda solicitada.

Fornecedores e setor de compras: Todo pedido de material e todo pedido de mão de obra, como: Serviço de Pedreiro; Pintor; Manutenção de escolas; Limpa fossa; Vidraçaria; Eletricista; Marceneiro e outros. Sai o pedido do setor de compras, o mesmo agenda com os Fornecedores que vão até o local necessitado fazem a avaliação do serviço, onde pode ser feito por hora ou m², dependendo do serviço e da licitação. Setor de compras autorizando, inicia-se o serviço.

SETOR DE TRANSPORTE

Sobre as linhas : Setor de transporte passa para o setor de compras o relatório de linhas a ser utilizada no decorrer do ano, monta-se a licitação, todo o processo acima descrito e se encaminha a licitação. Saindo a licitação setor de compras é responsável apenas pelas notas fiscais, recebimento e certificação, o restante tudo com setor de transporte.

Sobre manutenção dos veículos: O veículo vai até a mecânica que ganhou a licitação, faz um orçamento do concerto, setor de compras leva a prefeitura no departamento financeiro onde é autorizado o valor do concerto, é pedido a AF (autorização de fornecimento) e só assim feito o concerto necessário.

Sobre as Passagens para funcionários. Feito o mesmo processo de licitação, compra, e AF. Responsável pelos transportes entra em contato com a empresa que separa as passagens e vai pegar, faz a distribuição para os funcionários conforme a necessidade de cada um. Setor de compras finaliza, encaminhando a NF ao setor responsável, certificada.

SETOR DISTRIBUIÇÃO MERENDAS

Este setor tem por responsável a Nutricionista, que atende a rede municipal de ensino, que tem por base os parâmetros o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Tem por função a elaboração do cardápio da merenda escolar, estar nas licitações e chamadas públicas que compreendem a agricultura familiar. E exercer todas as funções descritas em seu contrato.

COORDENADORA DE MERENDEIRAS E AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS

Define a quantidade de merendeiras e auxiliares de serviços gerais por unidade escolar, considerando o número de alunos a serem atendidos, a rotina de distribuição da merenda, cardápio e espaço físico da unidade. A contratação é realizada por concurso público ou processo seletivo. Estas estão distribuídas(os) nas rede conforme tabela abaixo, totalizando 66 (sessenta e seis) merendeira e 80 (oitenta) auxiliares de serviços gerais.

Tabela 5 Distribuição de Merendeiras e Agentes de Serviços Gerais por Unidades Escolares.

Unidade escolar	Merendeiras efetivas	Merendeiras contratadas	Auxiliares efetivos	Auxiliares contratados	Total efetivos	Total contratados	Total geral
EEF Santa Terezinha	4	1	1	3	5	4	9
EEF José Feller	1	1	0	0	2	0	2
EEF Walter Vicente Gomes	5	2	2	4	7	6	13
EEF Ondina M ^a Dias	4	4	1	6	5	10	15
EEF Mercedes Júlia Adão	5	0	1	1	6	1	7
CEI Nair Ferreira	1	1	0	2	1	3	4
CEI Mauri Afonso da Silva	1	1	0	2	1	3	4
CEI Prof. Marco Aurélio	2	1	0	2	2	3	5
CEI Sílvia Telles	1	0	0	1	1	1	2
EEF Marcílio Marcos da Silva	1	1	0	0	1	1	2
CEI Olegário João Clêmes	1	1	0	2	1	3	4
CEI Eneide Mannerich dos Santos	1	1	1	2	2	3	5
EEF Madre Sabina	1	1	0	2	1	3	4
EEF Campo Novo	1	0	0	1	1	1	2
PE Criança Feliz	3	0	0	1	3	1	4
EEF Monsenhor Augusto Zucco	1	0	1	0	2	0	2
CEI Mãe Aurora	2	0	0	2	2	2	4
NAES	2	0	1	0	2	1	3

CEI M ^a Zilda Peixer	0	6	1	5	1	11	12
PE Cirandinha	1	0	0	0	1	0	1
CEI M ^a Helena Machado	5	3	1	3	6	6	12
CEI Manoel dos Anjos	4	6	3	7	7	13	20
EEF João Caetano	2	0	2	2	4	2	6
Centro de distribuição	1	0	0	0	1	0	1
Secretaria de Educação	1	0	0	0	1	0	1
Outras Secretarias	0	0	0	2	0	2	2
Total	51	30	15	50	66	80	146

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Departamento Pessoal (2020)

COORDENADORA DE RECEBIMENTO, DISTRIBUIÇÃO E CONTROLE DE ESTOQUE

Responsável por recebimento, conferência, distribuição, organização da escala de entrega e controle de estoque de produtos alimentícios, descartáveis, produtos de limpeza, utensílios, material de expediente e mobília.

AUXILIAR DE ESTOQUE E APOIO

Com o pedido em mãos os auxiliares fazem a separação dos itens por unidade escolar, de acordo com a rota e tipo de material, que é estabelecido pela coordenadora de recebimento, distribuição e controle de estoque.

MOTORISTA

Dirigir e conservar automóveis, transportar pessoas e materiais, incluindo gêneros alimentícios, em expedientes externos junto a estabelecimentos e repartições diversas. Providenciar o abastecimento de combustível, água e lubrificantes.

FONOAUDIÓLOGO

Na educação, transmitir conhecimentos específicos da área para os indivíduos envolvidos no processo de desenvolvimento da criança, conforme plano a ser

desenvolvido pelo profissional juntamente com a Secretaria Municipal de Educação. Na área da saúde, o fonoaudiólogo deve procurar participar da elaboração de políticas de saúde junto às autoridades competentes, na organização oral e escrita, voz e audição, que visem à pesquisa, promoção da saúde, prevenção diagnóstico, habilitação e reabilitação.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Projeto Político Pedagógico da SME de Tijuca tem como fundamento a Teoria Sócio-Histórica ou Histórico-Cultural, de Lev Semenovich Vygotsky. A Teoria Sócio-Histórica entende o aprendizado humano tendo como base a natureza social, e a Pedagogia Histórico-Crítica empenha-se em colocar a educação a serviço da transformação das relações sociais. Já Didática da Pedagogia Histórico-Crítica leva para a sala de aula o processo dialético – ação – reflexão – ação, trabalhando o conhecimento científico.

Essas vertentes, então garantem a fundamentação teórica e o parâmetro orientador do trabalho docente, que leva à produção do conhecimento socialmente elaborado.

3.1 TEORIA SÓCIO-HISTÓRICA

A teoria sócio-histórica (Vygotsky) não ignora as definições biológicas da espécie humana; mas atribui grande importância à dimensão social, que dá instrumentos e símbolos capazes de mediar a relação da pessoa com o mundo, e fornecem mecanismos psicológicos e maneiras de agir no mundo. Assim, o aprendizado é considerado um aspecto fundamental no processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores. (Rego 1999).

As ideias principais de Vygotsky estão na - relação dialética entre indivíduo-sociedade, o homem transforma o seu meio e, conseqüentemente, a si mesmo. Isso dá origem às características humanas; - as funções psicológicas superiores, têm uma origem cultural e se originam nas relações entre indivíduo e seu contexto sociocultural, - relação com o mundo, é mediada por “ferramentas” criadas pelo homem; - o cérebro é a base biológica de funções mentais (Correia et al., 2001).

Segundo Correia et al.(2001), Vygotsky propõe que o conhecimento não se dá a partir da interação direta sujeito-objeto. Em essência, essa interação é mediada através de instrumentos e signos. Os instrumentos são objetos do mundo físico. A possibilidade de transformação desta pelo homem seria infinitamente menor se ele não houvesse desenvolvido e aprimorado os instrumentos que auxiliariam a sua intervenção no mundo.

Os estudos de Rego (1999), Vygotsky identifica dois níveis de desenvolvimento: o primeiro se refere às conquistas já efetivadas (nível de desenvolvimento real ou afetivo),

e o segundo, se relaciona às capacidades em vias de serem construídas (nível de desenvolvimento potencial).

Afirma-se ainda que Vygotsky considera a distância entre aquilo que a criança é capaz de fazer de forma autônoma (nível de desenvolvimento real) e aquilo que ela realiza em colaboração com outros elementos de seu grupo social (nível de desenvolvimento proximal) como uma “zona de desenvolvimento proximal” (ZDP) (REGO, 1999).

3.2 PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Essa pedagogia é relacionada à concepção dialética, na versão do materialismo histórico, com fortes afinidades, no que se refere às suas bases psicológicas, com a psicologia histórico-cultural desenvolvida por Vygotsky.

A educação é entendida como mediação no seio da prática social global. A prática social se põe como o ponto de partida e de chegada da prática educativa.

Isso dá origem ao método pedagógico que parte da prática social. Neste sentido, professor e aluno estão inseridos igualmente no contexto educativo, mas ocupam posições diferentes.

Essas posições diferenciadas são necessárias para compreenderem e encaminharem soluções de problemas apresentados pela prática social. Cabe aos momentos intermediários identificar questões apresentadas pela prática social (problematização), ter os instrumentos teóricos e práticos que permitam a compreensão e solução (instrumentação), além de viabilizar sua incorporação como elementos integrantes da própria vida dos alunos (catarse).

3.3 DIDÁTICA DA PEDAGOGIA HISTÓRICO CRÍTICA

Entendemos que a metodologia utilizada nas escolas contribui, tanto para o sucesso quanto para o fracasso do processo ensino-aprendizagem.

A prática docente, de maneira geral é pautada em conhecimentos ainda superficiais do conhecimento sobre os fundamentos da educação, o que leva os professores a fazerem de sua prática um misto de várias tendências dentro da estrutura tradicional, hesitando entre concepções escola novistas e libertárias.

Devido as informações que recebem, os docentes têm um discurso próximo do ideal, entretanto suas práticas ainda estão arraigadas no seu cotidiano.

Nas últimas décadas a Pedagogia Histórico-Crítica é tida como uma perspectiva educacional que permite o resgate da importância da escola e da reorganização do processo educativo.

Chamada de Pedagogia Histórico-Crítica, por Saviani, pois, no que diz respeito ao Histórico: a educação também interfere sobre a sociedade, contribuindo para a sua transformação; com relação a ser considerada Crítica: pelo fato de ter consciência da determinação exercida pela sociedade sobre a educação.

Neste sentido, a SME de Tijuca entende que esta didática contribui para a formação dos seus estudantes, que ao longo dos tempos, poderão interferir em questões que levam à transformação da sociedade.

4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO

A LDB 9394/96 define princípios e objetivos curriculares gerais para a Educação Básica, em todo o país e considera: dias letivos e carga horária mínima, base nacional curricular comum e diversificada.

De modo geral, na Educação Básica, o currículo é formado pelas experiências educacionais em torno dos conhecimentos, das relações sociais. Procura aproximar essas vivências e saberes dos estudantes com a história de vida que carregam consigo e que caracterizam conhecimentos historicamente produzidos.

Os conhecimentos educacionais têm como base as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, da Secretaria de Educação, da Instituição educativa e dos professores que, baseados na área de formação e atuação, têm a condição de selecionar o que é fundamentalmente importante para a constituição do sujeito social, cultural e cidadão.

De acordo com Saviani (2005), o currículo tem papel decisivo na organização das ações educacionais, e se faz presente em todos os momentos, sejam eles rotineiros, sejam eles formadores de aprendizagens mais sistematizadas, quem envolvem professores, estudantes e a comunidade educativa, em geral.

4.1 EDUCAÇÃO INFANTIL E DIRETRIZES ESTRUTURANTES

A Educação, na Constituição Federal de 1.988 (Artigo 205) é configurada como um direito de todos e um dever do Estado e da família. Com efeito desta legislação, o direito à educação infantil está melhor detalhado, nos incisos do art. 208, que disciplina a efetivação do direito à educação mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Focalizando-se mais diretamente à Educação Infantil, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, esta ganha um novo enfoque: passa a ser definida como a primeira etapa da Educação Básica e, seus direcionamentos se encaminham, mais efetivamente, para a busca da qualidade no cuidar e educar.

Assim, a Educação Infantil passa a ser vista como um direito da criança e, não apenas, uma necessidade da família. Nesse contexto, a estruturação dos serviços ofertados

necessita uma organização teórica e prática que balizada nos princípios da democracia, de uma escola inclusiva e igualitária, com foco no desenvolvimento integral das crianças, ou seja, nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Em consonância com a legislação federal, o Município de Tijuca incumbir-se-á, prioritariamente, através da Lei Complementar N° 45/2016, Art. 3º, Inciso I: “Educação infantil, destinada às crianças na faixa etária de 0 (zero) ano a 5 (cinco) anos e 11 (onze meses) em creches e pré-escolas”.

A visão de criança e infância tem se expandido e vem, ganhando novas vertentes a partir dos estudos mais direcionados à infância. A criança deixou de ser vista como um adulto em miniatura, desde o século XVIII e passou a ser percebida com suas especificidades. Logo, um sujeito singular que se constrói na relação com o outro e o meio, um sujeito histórico de direitos. Assim, a criança tem direito à vida enquanto infância, uma vida ativa e com características específicas e deve ser respeitada neste sentido. Não se concebe mais uma educação focada na preparação para o futuro, já que a vida se faz no aqui agora: com vivências na infância em bases firmes, o futuro será consequência.

Compreendendo a infância e sua relevância no processo de ensino-aprendizagem e, mais que isso, no processo de construção do devir, é que se faz mister valorizar e priorizar o brincar. KISHIMOTO, reafirmando o dito de Vygotsky (2000), destaca que a brincadeira favorece o desenvolvimento da autonomia, pois proporciona a tomada de decisão, bem como, contribui para que a criança possa “expressar sentimentos e valores, conhecer a si, aos outros e o mundo” (KISHIMOTO, 2010, p. 01). Não se pode esquecer que a brincadeira amplia a relação interpessoal, contribuindo significativamente para o desenvolvimento dos aspectos sociais, tanto quanto, emocionais.

Desde a vida intrauterina, a criança já demonstra atividade do brincar com o próprio corpo, do qual podemos inferir que é lúdica por natureza; brincando conhece a si mesma e o mundo que está a sua volta. Contudo, a brincadeira construída culturalmente e, mesmo a brincadeira de reprodução da vida, são forjadas a partir do contato com o mundo e está impregnada da vida sociocultural. Assim, é preciso deixar brincar, mas, sobretudo, construir o brincar respeitando seu direito à liberdade e ao próprio direito de brincar.

Inúmeros Pesquisadores (CORSARO, 2002; 2004; SARMENTO; PINTO, 1997; FERREIRA, 2002; JAMES; PROUT, 2004; FARIA, 1999; ROCHA, 1999) têm buscado compreender a infância a partir dela mesma ou do ponto de vista das próprias crianças,

analisando a dinâmica e o papel dos ambientes educacionais. Neste sentido, a criança deve fazer o que tem desejo, contudo, é o adulto (profissional da educação) que deve acolher, observar os desejos e as necessidades dela.. Afinal, é o adulto que deve compreender o desenvolvimento infantil e as especificidades desta etapa da vida, sobretudo em relação ao brincar. Como supracitado, a brincadeira favorece a relação interpessoal.

Os momentos de interação com outras crianças são de grande importância e, a instituição de Educação Infantil é um local privilegiado para isso. O educador infantil tem um papel de destaque neste processo de interação, como promotor e facilitador das relações entre os pequenos e, sobretudo, como um organizador do ambiente para o brincar.

É importante ressaltar, ainda, que a brincadeira solitária também faz parte da vida da criança e tem aspectos relevantes para a construção do eu. Destarte, o educador precisa oportunizar tais momentos, mesmo quando a sala está repleta de crianças. Brincar sozinha não significa estar isolada ou propriamente solitária, mas sim, estar consigo mesma, o que pode acontecer tanto quando a criança brinca literalmente sozinha ou quando partilha o espaço com outra criança.

Outro aspecto importante nas brincadeiras está relacionado aos objetos, que podem ser brinquedos ou, mesmo, objetos diversos para estimular a exploração infantil e a relação com a cultura. Assim, mais uma vez, é preciso ressaltar a relevância do Educador Infantil na organização do espaço, proporcionando, às crianças, vivências e experiências significativas. Portanto, planejar o espaço e os materiais para o trabalho com as crianças é de suma importância. Pode-se, assim, referenciar alguns estudiosos da infância (FARIA, 1999; 2005; SARMENTO, 1997; 2003; SIROTA, 2001; ROCHA, 1999; FERREIRA, 2002; MONTOVANI, 1999;), que alertam que as especificidades da infância, e, é claro, sua educação, vão muito além de uma demarcação etária. É importante fortalecer o entendimento das crianças como atores sociais, produtores/reprodutores de culturas, como sujeitos capazes, competentes e únicos – isso, para a Rede de Tijuca deve referenciar para a construção de uma Pedagogia da Infância.

Em síntese as diretrizes estruturantes para a educação infantil têm como dimensões:

Conceito de criança: ator social e de direitos, que constrói conhecimento por meio das interações, do protagonismo, das brincadeiras, das experiências, construindo, assim, sentidos e produzindo cultura.

Conceito de infância: categoria social e histórica, vinculada ao modo em que as crianças vivem (condição social), ou seja, a concepção de criança dos adultos condiciona o lugar que a criança ocupa nas relações sociais de que participa (MELLO, 2007). Portanto, a concepção de infância como condição social de ser criança e não como sinônimo de criança.

As interações e as brincadeira: é uma aprendizagem social complexa, portanto, não é algo natural - exige tempo, pares, arranjos espaciais, repertórios simbólicos e materiais organizados intencionalmente pelos profissionais.

As múltiplas linguagens: assegurar que todas as crianças possam interagir e construir experiências por meios de múltiplas linguagens (oral, simbólica, plástica, corporal, emocional musical), assegurando assim, as especificidades das crianças em expressar-se, sentir, explorar e vivenciar o mundo que a cerca,

O papel dos profissionais – exímio observador e questionador dos seus saberes, com profunda capacidade de escuta, disponibilidade, sensibilidade com uma cultura técnica e pessoal ampla e multidisciplinar.

A relação com as famílias: há novas características na organização familiar atual. Entre algumas mudanças podemos citar: a redução no número de filhos, alterações na organização nuclear, urbanização, aumento progressivo de mulheres no mercado de trabalho, redução na rede de apoio como – tios, avós, entre outros. Esta nova ordem, tem desafiado as instituições educativas a buscar novas e mais eficazes formas de relacionamento e aproximação. Portanto, um dos primeiros desafios para o estabelecimento é a valorização desses relacionamentos seja a (re) definição do conceito de família, entendendo que a variabilidade histórica da “instituição família desafia qualquer conceito geral” (WEBER, 2008, p. 10). Deste modo as relações e parcerias devem ser organizadas resguardando os valores socioculturais de todos os grupos familiares.

4.2 REDE DE ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para o bom atendimento das crianças do município de Tijucas, se fez necessário uma estruturação da rede e locais que ofertem vagas em períodos distintos para a demanda assistida.

Quadro 1 demonstrativo das Unidades Escolares de Educação Infantil

UNIDADE ESCOLAR	TURMA	PERÍODO
CEI Mauri Afonso da Silva	Maternal (2 anos a 2 anos 11 meses)	Matutino
		Vespertino
	Jardim (3 anos a 3 anos e 11 meses)	Matutino
		Vespertino
CE Prof. Manoel dos Anjos	Berçário I (4 meses a 11 meses)	Matutino
		Vespertino
	Berçário II (1 ano a 1 ano e 11 meses)	Matutino
		Vespertino
	Maternal (2 anos a 2 anos 11 meses)	Matutino
		Vespertino
	Jardim (3 anos a 3 anos e 11 meses)	Matutino
		Vespertino
	Pré-escolar	Matutino
		Vespertino
Pré -escolar	Matutino	
	Vespertino	
CEI Silvia Telles (Pontal Sul)	Misto (4 meses a 3 anos e 11 meses)	Matutino
		Vespertino
CEI Eneide M. dos Santos	Maternal (2 anos a 2 anos 11 meses)	Matutino
		Vespertino
	Jardim (3 anos a 3 anos e 11 meses)	Matutino
		Vespertino
CEI Prof. Marco Aurélio de Oliveira	Berçário I (4 meses a 11 meses)	Matutino
		Vespertino
	Berçário II (1 ano a 1 ano e 11 meses)	Matutino
		Vespertino
	Maternal (2 anos a 2 anos 11 meses)	Matutino
		Vespertino
	Jardim (3 anos a 3 anos e 11 meses)	Matutino
		Vespertino
	Maternal (2 anos a 2 anos 11 meses)	Matutino

CEI Profa. Maria Helena Machado		Vespertino
	Jardim (3 anos a 3 anos e 11 meses)	Matutino
		Vespertino
	Pré 1	Matutino
		Vespertino
	Pré 2	Matutino
Vespertino		
CEI Zilda Maria Peixer	Berçário I (4 meses a 11 meses)	Matutino
		Vespertino
	Berçário II (1 ano a 1 ano e 11 meses)	Matutino
		Vespertino
	Maternal (2 anos a 2 anos 11 meses)	Matutino
		Vespertino
	Jardim (3 anos a 3 anos e 11 meses)	Matutino
		Vespertino
C.E.I. Nair Ferreira	Berçário I (4 meses a 11 meses)	Matutino
		Vespertino
	Berçário II (1 ano a 1 ano e 11 meses)	Matutino
		Vespertino
C.E.I. Profa. Maria de Lourdes Furtado	Berçário I (4 meses a 11 meses)	Matutino
		Vespertino
	Berçário II (1 ano a 1 ano e 11 meses)	Matutino
		Vespertino
	Maternal (2 anos a 2 anos 11 meses)	Matutino
		Vespertino
	Jardim (3 anos a 3 anos e 11 meses)	Matutino
		Vespertino
C.E.I. Mãe Aurora	Berçário I (4 meses a 11 meses)	Matutino
		Vespertino

	Berçário II (1 ano a 1 ano e 11 meses)	Matutino
		Vespertino
Pré-escolar Criança Feliz	Pré 1	Matutino
		Vespertino
	Pré 2	Matutino
		Vespertino
Pré-escolar Cirandinha	Pré Misto	Vespertino
E.E.F. Brilho do sol	Pré 1	Vespertino
	Pré Misto	Matutino
	Pré 2	Matutino
E.E.F. João Caetano	Pré 1	Vespertino
	Pré 2	Vespertino
	Pré Misto	Matutino
E.E.F. Osmário Giacomossi	Pré 1	Vespertino
	Pré 1	Vespertino
	Pré 2	Matutino
E.E.F. Madre Sabina	Jardim	Vespertino
	Pré 1	Vespertino
	Pré 2	Vespertino
E.E.F. Marcílio Marcos da Silva	Pré Misto	Vespertino
E.E.F. José Feller	Pré Misto	Vespertino

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2020)

4.3 MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O direito à educação infantil, sempre foi marcado por reivindicações, protagonizadas por múltiplos atores, por movimentos sociais, pelos processos de democratização, pela luta das mulheres em compartilhar a educação dos filhos, pela inserção das mulheres no mercado de trabalho. Estes fatores têm significados distintos em cada momento histórico, e, especificamente, na contemporaneidade destaca-se a busca pelo reconhecimento das crianças como sujeitos sociais e portadores de direitos,

bem como a ênfase no caráter público nos processos de cuidado e educação da criança pequena.

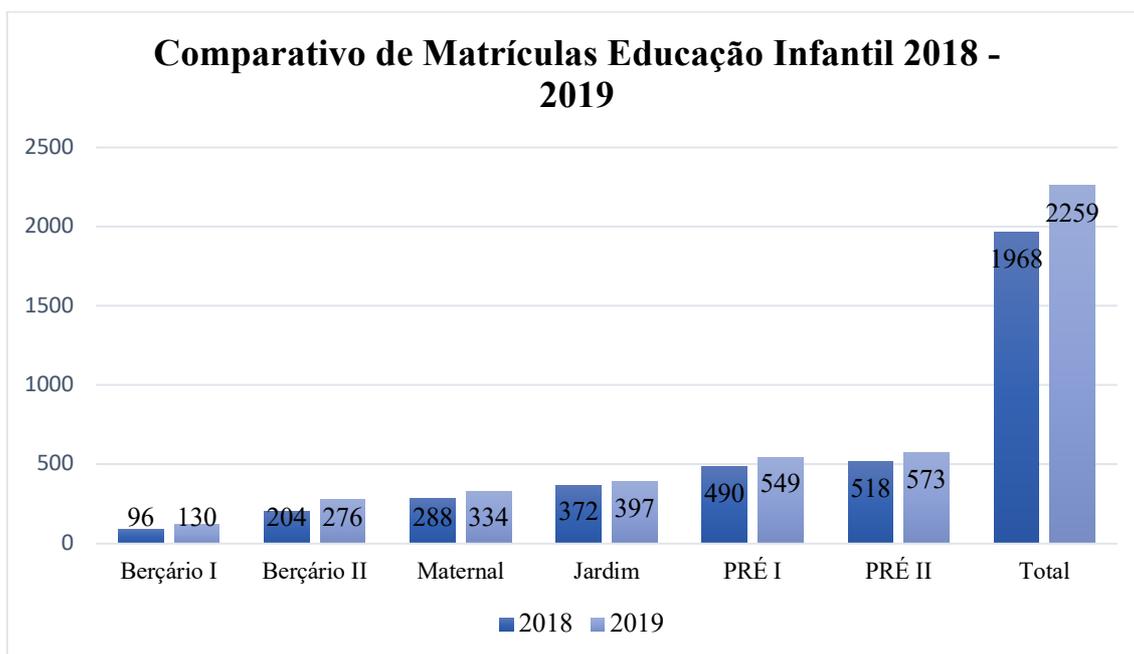
O direito à educação infantil no que se referem aos aspectos legais, foram traduzidas pelo direito de todas as crianças de 0 a 5 anos à Educação Infantil e pelo dever do Estado em oferecê-la. Estes direitos estão explicitados na Constituição Federal de 1988, na publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei no 8.069/90) na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei no 9.394/96).

No entanto, a estruturação dos serviços não acompanhou a legislação e a demanda, fato que tem gerado falta de vagas, sobretudo, de 0 a 3 anos e 11 meses de idade.

Equacionar e respeitar os direitos das crianças, não apenas em termos de vaga, mas da qualidade dos serviços, tem sido um desafio da rede de Tijuca.

Ao observarmos o gráfico evolutivo (imagem abaixo) de matrículas da educação infantil, é possível verificar um aumento na inclusão das crianças na rede.

Imagem 2 - Gráfico evolutivo de matrículas na Educação Infantil



Fonte: dados SME (2020).

Mesmo com estes esforços ainda não foi possível atender toda a demanda das crianças de 0 a 3 anos e 11 meses de idade, sobretudo, porque o município vem nos últimos anos crescendo em número de habitantes.

Portanto, cientes que não podemos negligenciar a necessidades das crianças de serem bem acolhidas, cuidadas e educadas, avançando da ideia da creche apenas como “depósito”, a rede busca respeitar a qualidade dos serviços e os direitos das crianças. Para tornar o acesso à vaga transparente foi elaborada uma planilha de acompanhamento de inscrições de solicitação de vaga, chamada de fila de espera. Este documento está disponível para consulta do Conselho Tutelar, Promotoria Pública, Conselho Municipal de Educação e das famílias.

A inscrição da Educação Infantil de 0 a 3 anos 11 meses de idade é feita na Secretaria de Educação a qualquer época do ano, e fica na lista de espera. A partir da disponibilidade da vaga, a família recebe o encaminhamento para a matrícula no centro de educação infantil da referida vaga.

As matrículas no Pré-escolar acontecem diretamente nas Unidades Escolares, conforme edital de matrícula publicado anualmente. Outrossim, isso não redime a secretaria das unidades escolares de efetuar matrículas fora deste período.

4.4 CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O currículo na Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, tem sido alvo de discussões e questionamentos, em relação ao que ensinar para crianças de 0 a 5 anos de idade, ou seja, que currículo devemos estabelecer.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010, p.12), o currículo é entendido como;

Um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos.

Contudo, os currículos para esta faixa etária são entendidos em muitas instituições de Educação Infantil como um rol de atividades, ou até mesmo orientados e estruturados pelas datas comemorativas. Mas qual seria então a melhor proposta curricular, para que as crianças exerçam em espaços educativos, seu direito de aprender por meio das interações e brincadeiras?

Para responder a esta questão é imprescindível tomar como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB no

05/2009). Este documento orienta a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas curriculares.

Ao particularizarmos as orientações sobre os currículos, observamos no Art. 4o que:

[...] deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009, s/n).

No Art. 6o que as propostas curriculares de Educação Infantil devem respeitar os princípios básicos, definidos como Políticos, Estéticos e Éticos.

Princípios políticos – dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática – observamos o enfoque aos relacionamentos nos contextos e práticas educativas. Caracterizado nessa perspectiva está o direito de todas as crianças à educação infantil, à participação, à formação da criticidade, ou seja, que a propostas curriculares oportunizem a expressão de opiniões, possibilidades de se colocar no lugar do outro, de entender e respeitar opiniões e sentimentos que visem ao bem-estar coletivo e individual.

Princípios estéticos – da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais – reforçar a imagem de criança vinculada aos **princípios éticos**, da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e as diferentes culturas, identidades e singularidades, vinculando-a ao meio em que vive, por exemplo, ao que é e/ou deve ser mútuo e compartilhado coletivamente e à sua individualidade – aquilo que é particular em cada criança.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil ainda destacam que:

As instituições de Educação Infantil precisam organizar um cotidiano de situações agradáveis, estimulantes, que desafiem o que cada criança e seu grupo de crianças já sabem sem ameaçar sua autoestima nem promover competitividade, ampliando as possibilidades infantis de cuidar e ser cuidada, de se expressar, comunicar e criar, de organizar pensamentos e ideias, de conviver, brincar e trabalhar em grupo, de ter iniciativa e buscar soluções para os problemas e conflitos que se apresentam às mais diferentes idades [...] (BRASIL, 2010, p. 18).

O Art. 7º destaca que a proposta curricular para a Educação Infantil deve garantir que as instituições cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica da seguinte maneira:

I – oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;

II – assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;

III – possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;

IV – promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;

V – construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

A ênfase nos direitos das crianças, pode ser refletida nas condições acima citadas, no entanto, verificamos uma orientação que nos parece importante, que é a relação de parceria com a família, a qual a proposta curricular e mais especificamente o Projeto Pedagógico das instituições deve prever. As famílias têm muito a contribuir e que a soma de esforços, a democracia das relações, o diálogo permanente, se projetado, organizado, pode auxiliar na imprescindível tarefa de entender a criança e sua educação e cuidado como responsabilidade coletiva e não apenas privada.

Na elaboração das propostas curriculares é preciso atentar para a indissociabilidade do ato de educar e cuidar, segundo o Parecer (CNB/CEB no 20/2009), educar cuidando inclui

[...] acolher, garantir a segurança, mas também alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade infantis. Educar de modo indissociado do cuidar é dar condições para as crianças explorarem o ambiente de diferentes maneiras (manipulando materiais da natureza ou objetos, observando, nomeando objetos, pessoas ou situações, fazendo perguntas etc.) e construir sentidos pessoais e significados coletivos, à medida que vão se constituindo como sujeitos e se apropriando de um modo singular das formas culturais de agir, sentir e pensar.

Tomando como referência a especificidade do currículo na Educação Infantil, o cuidar e educar conecta-se aos dois grandes eixos da organização curricular que são as

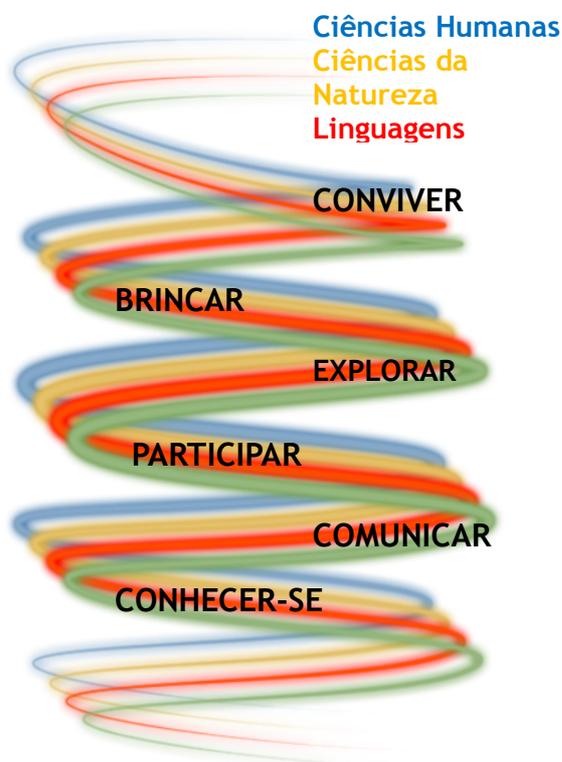
interações e as brincadeiras. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017, p.35);

[...] as interações e a brincadeira, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização. A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação Infantil, aponta 6 (seis) **direitos de desenvolvimento e aprendizagem** para crianças de 0 a 5 anos: conviver; brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Estes direitos asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam.

O documento menciona que a aprendizagem deve acontecer em “situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural (BRASIL, 2017, p. 35).

Figura 1 Direitos de aprendizagem



Fonte: BNCC (BRASIL, 2017)

O currículo na educação infantil, para assegurar esses direitos de aprendizagem, necessita organizar experiências e oportunidades em que as crianças sejam respeitadas como sujeitos capazes e competentes. Para tal propósito, a BNCC, destaca a organização do trabalho por meio de campos de experiências.

Os campos de experiências são compreendidos como a predisposição de ambientes específicos que permitem ações de descoberta e aprendizagem por parte das crianças. “Cada campo de experiência oferece um conjunto de objetos, situações, imagens e linguagens, relacionados aos sistemas simbólicos da nossa cultura, capazes de evocar, estimular, acompanhar progressivamente aprendizagens mais seguras. (MIUR, 2012, p. 24).

Os campos de experiência, de acordo com BNCC, não são nomeados como áreas de conhecimento, mas como “capacidades construídas em ações das crianças em situações significativas” (BRASIL, 2017, p21). Contudo, na perspectiva de integração entre a educação infantil e os Anos iniciais do Ensino Fundamental, os campos de experiências terão continuidade e progressão quando tratados nas áreas do conhecimento, entre as quais destacam-se: Linguagens, Ciências Humanas Ciências da Natureza e Matemática.

A organização curricular da educação infantil tomará como referência 5 (cinco) campos de experiências, que acolhem situações do cotidiano das crianças entrelaçando os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural.

Considerando estes saberes e conhecimentos os campos estão organizados em: o eu, o outros e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações

Assim conceituados:

O eu, o outro e o nós – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio.

Corpo, gestos e movimentos – O corpo, no contato, com o mundo é essencial na construção de sentidos pelas crianças. Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos,

movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade.

Traços, sons, cores e formas – Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e de outros países, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens. Essas experiências contribuem para que, desde muito pequenas, as crianças desenvolvam senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca.

Escuta, fala, pensamento e imaginação – Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação. A aquisição e domínio da linguagem verbal esta vinculadas à constituição do pensamento, à fruição literária, sendo instrumento de apropriação dos demais conhecimentos.

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – As crianças são curiosas, aprendem observar, a medir, quantificar, estabelecer comparações e criar explicações e registros, criando uma relação com o meio ambiente. Vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes.

O quadro a seguir aponta a inter-relação entre os campos de experiências, os direitos de aprendizagem e os arranjos metodológicos e práticos necessário à sua implementação, e, sobretudo, colocam, no centro do processo educativo, as interações e as brincadeiras.

Planejamento dos professores segue as estruturas da Base Nacional Comum Curricular como segue na tabela abaixo;

Tabela 6 - Planejamento professores Educação Infantil

CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	DIREITOS DE APRENDIZAGEM	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
O eu, o outro e o nós	<p>Conviver com crianças e adultos em pequenos e grandes grupos, percebendo e valorizando as diferenças individuais e coletivas existentes, aprendendo a lidar com conflitos e a respeitar as diferentes identidades e culturas</p> <p>Brincar com diferentes parceiros e envolver-se em variadas brincadeiras, como as exploratórias, as de construção, as tradicionais, as de faz-de-conta e os jogos de regras, de modo a construir o sentido do singular e do coletivo, da autonomia e da solidariedade</p> <p>Participar das situações do cotidiano, tanto daquelas ligadas ao cuidado de si e do ambiente, como das relativas às atividades propostas pelo/a professor/a, e de decisões relativas à escola, aprendendo a respeitar os ritmos, os interesses e os desejos das outras pessoas.</p> <p>Explorar ambientes e situações, de diferentes formas, com pessoas e grupos sociais diversos, ampliando a sua noção de mundo e sua sensibilidade em relação aos outros.</p> <p>Expressar às outras crianças e/ou adultos suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, oposições, utilizando diferentes linguagens, de modo autônomo e criativo, e empenhando-se em entender o que os outros expressam.</p> <p>Conhecer-se nas interações e construir uma identidade pessoal e cultural, valorizar suas próprias características e as das outras crianças e adultos, constituindo uma confiança em si e uma atitude acolhedora e respeitosa em relação aos outros.</p>	<p>Criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos</p>
Corpo, gestos e movimentos	<p>Brincar utilizando criativamente práticas, movimentos corporais para realizar jogos e brincadeiras e para criar e representar personagens no faz-de-conta, no reconto de histórias, em danças e dramatizações.</p>	<p>Promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares,</p>

	<p>Explorar um amplo repertório de mímicas, gestos, movimentos com o corpo, podendo apoiar-se no uso de bolas, pneus, arcos, descobrindo variados modos de ocupação e de uso do espaço com o corpo.</p> <p>Conviver com crianças e adultos e experimentar, de múltiplas formas, a gestualidade que marca sua cultura e está presente nos cuidados pessoais, dança, música, teatro, artes circenses, jogos, escuta de histórias e brincadeiras.</p> <p>Participar de diversas atividades de cuidados pessoais e do contexto social, de brincadeiras, encenações teatrais ou circenses, danças e músicas; desenvolver práticas corporais e autonomia para cuidar de si, do outro e do ambiente.</p> <p>Expressar corporalmente emoções, ideias e opiniões, tanto nas relações cotidianas como nas brincadeiras, dramatizações, danças, músicas, contação de histórias, dentre outras manifestações, empenhando-se em compreender o que outros também expressam.</p> <p>Conhecer-se nas diversas oportunidades de interações e explorações com seu corpo; reconhecer e valorizar o seu pertencimento de gênero, étnico-racial e religioso</p>	<p>explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.).</p> <p>Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física.</p> <p>O corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão.</p>
<p>Traços, sons, cores e formas</p>	<p>Brincar com indumentárias, com acessórios, com objetos cotidianos associados a diferentes papéis ou cenas sociais e com elementos da natureza que apresentam diversidade de formas, texturas, cheiros, cores, tamanhos, pesos, densidades e possibilidades de transformação.</p> <p>Explorar as características de diversos elementos naturais e objetos, tais como tamanho, forma, cor, textura, peso, densidade, luminosidade,</p>	<p>Promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que se apropriem e</p>

	<p>funcionalidade, procedência e utilidade, reagrupando-os e ordenando-os segundo critérios diversos, além de explorar situações sociais cotidianas, reais ou da fantasia, identificando participantes, seus pontos de vista e possíveis conflitos.</p> <p>Conviver e fruir das manifestações artísticas e culturais da sua comunidade e de outras culturas - artes plásticas, música, dança, teatro, cinema, folguedos e festas populares - ampliando a sua sensibilidade, desenvolvendo senso estético, empatia e respeito às diferentes culturas e identidades.</p> <p>Participar de decisões e ações relativas à organização do ambiente (tanto no cotidiano como na preparação de eventos especiais), à definição de temas e à escolha de materiais a serem usados em atividades lúdicas e teatrais, entrando em contato com manifestações do patrimônio cultural, artístico e tecnológico, apropriados de diferentes linguagens.</p> <p>Expressar, com criatividade e responsabilidade, suas emoções, sentimentos, necessidades e ideias brincando, cantando, dançando, esculpindo, desenhando, encenando, compreendendo e usufruindo o que é comunicado pelos demais colegas e pelos adultos.</p> <p>Conhecer-se, no contato criativo com manifestações artísticas e culturais locais e de outras comunidades, identificando e valorizando o seu pertencimento étnico racial, de gênero e de crença religiosa, desenvolvendo sua sensibilidade, criatividade, gosto pessoal e modo peculiar de expressão por meio do teatro, música, dança, desenho e imagens</p>	<p>reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências artísticas como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos</p>
<p>Escuta, fala, pensamento e imaginação</p>	<p>Conviver com crianças e adultos, compartilhando situações comunicativas cotidianas, constituindo modos de pensar, imaginar, sentir, narrar, dialogar e conhecer.</p>	<p>Promover, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas</p>

	<p>Brincar com parlendas, trava-línguas, adivinhas, textos de memória, rodas, brincadeiras cantadas e jogos, ampliando o repertório das manifestações culturais da tradição local e de outras culturas, enriquecendo a linguagem oral, corporal, musical, dramática, escrita, dentre outras.</p> <p>Participar de rodas de conversa, de relatos de experiências, de contação e leitura de histórias e poesias, de construção de narrativas, da elaboração e descrição de papéis no faz de conta, da exploração de materiais impressos, analisando as estratégias comunicativas, as variedades linguísticas e descobrindo as diversas formas de organizar o pensamento.</p> <p>Explorar gestos, expressões, sons da língua, rimas, imagens, textos escritos, além dos sentidos das falas cotidianas, das palavras nas poesias, parlendas, canções e nos enredos de histórias, apropriando-se desses elementos para criar novas falas, enredos, histórias e escritas, convencionais ou não.</p> <p>Expressar sentimentos, ideias, percepções, desejos, necessidades, pontos de vista, informações, dúvidas e descobertas, utilizando múltiplas linguagens, entendendo e considerando o que é comunicado pelos colegas e adultos.</p> <p>Conhecer-se, a partir de uma apropriação autoral da(s) linguagens, interagindo com os outros, reconhecendo suas preferências por pessoas, brincadeiras, lugares, histórias.</p>	<p>pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua.</p> <p>È importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social.</p>
--	--	---

<p>Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações</p>	<p>Conviver com crianças e adultos e com eles criar estratégias para investigar o mundo social e natural, demonstrando atitudes positivas em relação a situações que envolvam diversidade étnico-racial, ambiental, de gênero, de língua, de religião.</p> <p>Brincar com materiais e objetos cotidianos, associados a diferentes papéis ou cenas sociais, e com elementos da natureza que apresentam diversidade de formas, texturas, cheiros, cores, tamanhos, pesos, densidades, experimentando possibilidades de transformação.</p> <p>Participar de atividades que oportunizem a observação de contextos diversos, atentando para características do ambiente e das histórias locais, utilizando ferramentas de conhecimento e instrumentos de registro, orientação e comunicação, como bússola, lanterna, lupa, máquina fotográfica, gravador, filmadora, projetor, computador e celular.</p> <p>Explorar e identificar as características do mundo natural e social, nomeando-as, reagrupando-as e ordenando-as, segundo critérios diversos.</p> <p>Expressar suas observações, hipóteses e explicações sobre objetos, organismos vivos, fenômenos da natureza, características do ambiente, personagens e situações sociais, registrando-as por meio de desenhos, fotografias, gravações em áudio e vídeo, escritas e outras linguagens.</p> <p>Conhecer-se e construir sua identidade pessoal e cultural, identificando seus próprios interesses na relação com o mundo físico e social, apropriando-se dos costumes, das crenças e tradições de seus grupos de pertencimento e do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico</p>	<p>Promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Criar oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano. Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano.</p>
---	---	---

Tabela 7 PLANEJAMENTO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL - 2020

CAMPO DE EXPERIÊNCIA	O EU, O OUTRO E O NÓS			
FAIXA ETÁRIA	Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1ano e 7meses a 2 anos e 6meses)	Crianças Pequenas 2 anos e 7 meses a 3 anos e 11 meses	Crianças 4 e 5 anos e 11 meses pré-escola
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	<p>Sentir-se acolhido, seguro e protegido no ambiente e com as pessoas.</p> <p>Relacionar-se com outras crianças, e adultos, ambientando-se ao convívio da creche.</p> <p>Participar de diversas situações de comunicação.</p> <p>Comunicar necessidades e emoções, utilizando gestos, balbucios e palavras.</p> <p>Reconhecer a voz das pessoas próximas.</p>	<p>Desenvolver confiança em si próprio em diferentes situações do cotidiano.</p> <p>Construir vínculos afetivos e formas de interação com crianças e adultos.</p> <p>Construir a autoimagem de forma positiva por meio de interações e vivências confiante e afetiva com os adultos, outras crianças e ambiente em seu entorno.</p> <p>Sentir-se acolhido por meio do convívio, em um ambiente seguro e afetivo.</p>	<p>Reconhecer a própria imagem por meio de ações lúdicas na rotina diária.</p> <p>Desenvolver gradativamente a autonomia para realização de atividades de rotina.</p> <p>Resolver conflitos no convívio social, nas interações e brincadeiras, identificando combinados da escola.</p> <p>Reconhecer diferentes culturas por meio de estratégias variadas para o respeito mútuo.</p> <p>Identificar por meio de imagens familiares e pessoas do seu convívio social.</p>	<p>Formular uma imagem positiva de si ampliando sua autoconfiança,</p> <p>Identificar suas limitações e possibilidades agindo de acordo com elas.</p> <p>Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos.</p> <p>Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação.</p> <p>Valorizar as ações vivenciando a história adaptando à realidade e ao cotidiano da sala de aula.</p>

	<p>Responder com gestos, olhares quando chamam o seu nome.</p> <p>Diferenciar intenções na fala dos adultos.</p> <p>Responder aos estímulos visuais, sonoros, gestuais e emocionais.</p> <p>Repetir e imitar sons.</p> <p>Sentir-se segura nas relações e espaços em que convive.</p> <p>Interagir com crianças da mesma faixa etária e adultos ao explorar materiais, espaços e brinquedos.</p> <p>Reconhecer seu corpo e expressar suas sensações em momentos de alimentação, higiene, brincadeira e descanso.</p>	<p>Experimentar as possibilidades de seu corpo nas brincadeiras e interações em ambientes.</p> <p>Estabelecer contato com outros grupos sociais e culturais, costumes, celebrações e narrativas, podendo ampliar o modo de perceber a si mesma e aos outros.</p> <p>Reconhecer, respeitar e expressar sentimentos e emoções, atuando com progressiva autonomia.</p> <p>Ampliar o reconhecimento de si e do outro, convivendo com as diferenças sociais e culturais, compreendendo regras básicas de convívio.</p> <p>Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos.</p> <p>Desenvolver o autoconhecimento através do seu corpo nas brincadeiras e interações em ambientes seguros, acolhedores promotores de protagonismo.</p> <p>Compartilhar os objetos e os espaços com crianças da mesma faixa etária e adultos.</p>	<p>Reconhecer suas capacidades e valorizá-las para perceber-se parte importante de um grupo.</p> <p>Demonstrar suas preferências e respeitar as preferências das demais crianças.</p> <p>Estabelecer vínculos com adultos e demais crianças no espaço escolar.</p> <p>Construir saberes ao relacionar-se com novas crianças e adultos;</p> <p>Interagir crianças, professores e familiares no espaço da escola.</p> <p>Brincar com crianças de faixa etária diferente, reconhecendo novos desafios do convívio escolar;</p> <p>Compreender que ela e os outros possui uma identidade a ser respeitada.</p>	<p>Demonstrar empatia pelos outros,</p> <p>Perceber que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir.</p> <p>Agir de maneira independente, com confiança em suas capacidades,</p> <p>Reconhecer suas conquistas e limitações.</p> <p>Comunicar suas ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversos.</p> <p>Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modo de vida.</p> <p>Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive.</p> <p>Interessar-se e demonstrar curiosidade pelo mundo social e natural, formulando perguntas, imaginando soluções para compreendê-lo,</p> <p>Manifestar opiniões próprias sobre os acontecimentos, buscando informações e confrontando ideias,</p>
--	--	---	--	---

		<p>Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender.</p>		<p>Conviver com crianças e adultos em pequenos e grandes grupos,</p> <p>Percebendo e valorizar diferenças individuais e coletivas existentes,</p> <p>Lidar com conflitos e respeitar as diferentes identidades e culturas,</p> <p>Brincar com diferentes parceiros,</p> <p>Envolver-se em variadas brincadeiras, como as exploratórias, as de construção, as tradicionais, as de faz-de-conta e os jogos de regras, de modo a construir o sentido do singular e do coletivo, da autonomia e da solidariedade;</p> <p>Participar das situações do cotidiano, tanto daquelas ligadas ao cuidado de si e do ambiente, como das relativas às atividades propostas pelo/a professor/a, e de decisões relativas à escola,</p> <p>Respeitar os ritmos, os interesses e os desejos das outras pessoas.</p> <p>Explorar ambientes e situações, de diferentes formas, com pessoas e grupos sociais diversos,</p> <p>Ampliar a sua noção de mundo e sua sensibilidade em relação aos outros,</p>
--	--	--	--	---

				<p>Expressar às outras crianças e/ou adultos suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, oposições,</p> <p>Utilizar as diferentes linguagens, de modo autônomo e criativo, e empenhando-se em entender o que os outros expressam.</p> <p>Conhecer-se nas interações, construindo uma identidade pessoal e cultural,</p> <p>Valorizar suas próprias características e as das outras crianças e adultos, constituindo uma confiança em si e uma atitude acolhedora e respeitosa em relação aos outros.</p>
--	--	--	--	--

CAMPO DE EXPERIÊNCIA	CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS			
FAIXA ETÁRIA	Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 2 anos e 6 meses)	Crianças Pequenas 2 anos e 7 meses a 3 anos e 11 meses	Crianças 4 e 5 anos e 11 meses pré-escola
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	<p>Visualizar objetos em movimento, seguindo-os.</p> <p>Comunicar-se intencionalmente através de movimentos corporais.</p> <p>Realizar movimentos de preensão e manipulação por meio do ato motor de “agarrar” objetos e brinquedos.</p> <p>Experimentar brincadeiras corporais em ambiente acolhedor e desafiador.</p> <p>Imitar gestos, movimentos e sons.</p> <p>Vivenciar situações de exploração do corpo através dos momentos de troca, banho, com materiais aconchegantes</p> <p>Reconhecer sua imagem em diferentes situações (frente ao espelho, fotografias).</p>	<p>Deslocar-se progressivamente com destreza e equilíbrio por diferentes espaços.</p> <p>Participar ativamente de rodas de histórias, momentos de dramatizações, teatro e música.</p> <p>Explorar os movimentos do corpo através de desafios como, escalar, pendurar-se, balançar-se, subir, descer, rolar, girar, arrastar-se.</p> <p>Movimentar o corpo experimentando emoções e expressando as sensações.</p> <p>Participar em diversas brincadeiras que lhe proporcione o controle sobre o corpo e o movimento.</p> <p>Vivenciar situações de exploração do corpo através de desafios (escalar, arrastar-se, pendurar-se, equilibrar-</p>	<p>Experimentar novos desafios corporais deslocando-se e explorando o ambiente para perceber as sensações, limites e potencialidades do próprio corpo.</p> <p>Demonstrar ritmo e coordenação nos movimentos para perceber as sensações, limites e potencialidades do próprio corpo.</p> <p>Desenvolver novas habilidades motoras no dia-a-dia para conquistar progressivamente autonomia nas situações cotidianas.</p> <p>Conhecer gradativamente o próprio corpo, explorando-o por meio de diferentes sentidos;</p> <p>Expressar desejos utilizando os recursos corporais.</p>	<p>Desenvolver movimentos naturais como andar, correr, pular, subir e descer.</p> <p>Apropriar-se progressivamente da imagem global do seu corpo,</p> <p>Identificar os segmentos e elementos do seu corpo desenvolvendo cada vez mais uma atitude de interesse e cuidado,</p> <p>Demonstrar consciência corporal e desenvolver habilidades motoras.</p> <p>Participar de brincadeiras que resgatem a cultura popular,</p> <p>Utilizar a expressão corporal por meio de danças, músicas, gestos, jogos, entre outras possibilidades,</p> <p>Explorar o espaço físicos das unidades escolares (gramado, areias,</p>

	<p>Participar do cuidado do seu corpo e da promoção do seu bem-estar.</p> <p>Utilizar os movimentos de preensão, encaixe e lançamento, ampliando suas possibilidades de manuseio de diferentes materiais e objetos.</p>	<p>se, subir, descer, rolar, girar, agachar);</p> <p>Experimentar diferentes sensações com seu corpo, desenvolvendo a percepção sensorial conhecendo e descobrindo seu corpo e espaço dos sentidos;</p> <p>Identificar ritmos corporais (respiração, batimentos cardíacos)</p> <p>Apropriar-se do movimento de pinça afim de satisfazer necessidades do corpo e de adquirir autonomia para se alimentar.</p> <p>Apropriar-se de gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si, nos jogos e nas brincadeiras.</p> <p>Deslocar seu corpo no espaço, orientando-se por noções como em frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora etc., ao se envolver em brincadeiras e atividades de diferentes naturezas.</p>	<p>Experimentar diferentes sensações com seu corpo, desenvolvendo a percepção sensorial;</p> <p>Movimentar as partes do corpo para expressar emoções, necessidades e desejos.</p> <p>Brincar livremente ao explorar e interagir em ambientes internos como externos;</p> <p>Participar de ações que envolvam a relação com outras crianças, professores e demais profissionais da instituição.</p> <p>Socializar-se no espaço escolar, sentindo-se segura e acolhida.</p> <p>Explorar movimentos com diferentes tipos de materiais para desenvolver a capacidade de segurar, manusear, objetos, brinquedos;</p> <p>Vivenciar situações que promovam o contato físico com cuidado, respeito e afeto.</p> <p>Desenvolver habilidades corporais, superando desafios gradativamente.</p> <p>Reconhecer seu corpo e respeitar o corpo das demais crianças.</p>	<p>degraus, quadra, praças públicas, pátios, etc)</p> <p>Ampliar as possibilidades expressivas do próprio movimento,</p> <p>Utilizar gestos diversos e o ritmo corporal nas suas brincadeiras, danças, jogos e demais situações de interação.</p> <p>Brincar utilizando criativamente práticas, movimentos corporais para realizar jogos e brincadeiras e para criar e representar personagens no faz-de-conta, no reconto de histórias, em danças e dramatizações.</p> <p>Explorar um amplo repertório de mímicas, gestos, movimentos com o corpo, podendo apoiar-se no uso de bolas, pneus, arcos, descobrindo variados modos de ocupação e de uso do espaço com o corpo.</p> <p>Conviver com crianças e adultos e experimentar, de múltiplas formas, a gestualidade que marca sua cultura e está presente nos cuidados pessoais, dança, música, teatro, artes circenses, jogos, escuta de histórias e brincadeiras.</p> <p>Participar de diversas atividades de cuidados pessoais e do contexto</p>
--	---	---	---	--

				<p>social, de brincadeiras, encenações teatrais ou circenses, danças e músicas;</p> <p>Desenvolver práticas corporais e autonomia para cuidar de si, do outro e do ambiente.</p> <p>Expressar corporalmente emoções, ideias e opiniões, tanto nas relações cotidianas como nas brincadeiras, dramatizações, danças, músicas, contação de histórias, dentre outras manifestações, empenhando-se em compreender o que outros também expressam.</p> <p>Conhecer-se nas diversas oportunidades de interações e explorações com seu corpo;</p> <p>Reconhecer e valorizar o seu pertencimento de gênero, étnico-racial e religioso</p>
--	--	--	--	--

CAMPO DE EXPERIÊNCIA	TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS			
FAIXA ETÁRIA	Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 2 anos e 6 meses)	Crianças Pequenas 2 anos e 7 meses a 3 anos e 6 meses	Crianças 4 e 5 anos e 11 meses pré-escola
<p>OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO</p>	<p>Explorar sons com o próprio corpo e com objetos do ambiente.</p> <p>Traçar diferentes suportes, usando instrumentos riscantes e tintas.</p> <p>Explorar diferentes fontes sonora e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, música e melodias.</p> <p>Utilizar-se dos movimentos de preensão encaixe e lançamento de objetos.</p> <p>Ampliar o conhecimento de mundo que possuem, manipulando diferentes objetos e materiais.</p> <p>Explorar diferentes características de materiais.</p> <p>Reproduzir músicas e canções.</p>	<p>Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais para acompanhar diversos ritmos de música.</p> <p>Fazer movimentos, gestos, sons em frente ao espelho, sozinho e acompanhado.</p> <p>Explorar diferentes materiais para descobrir possibilidades de texturas e sensações que produzem.</p> <p>Utilizar-se dos movimentos de preensão encaixe e lançamento de objetos.</p> <p>Tornar-se consciente do tempo que passa usando referências fornecidas pelo adulto (planejamento com imagens da rotina com imagens)</p> <p>Estabelecer contato com a cultura local e nacional convivendo e recriando hábitos e costumes.</p>	<p>Explorar os sons feitos pelo corpo humano: assobiar, bater palmas, bater os pés, barulhos feitos com a boca, etc.;</p> <p>Ampliar a percepção auditiva por meio de sons distintos.</p> <p>Ouvir diferentes gêneros musicais, ampliando o repertório musical.</p> <p>Desenvolver a capacidade de imitação de sons;</p> <p>Conhecer os instrumentos musicais e os diferentes sons que eles produzem;</p> <p>Interagir com seus pares por meio da música.</p> <p>Vivenciar momentos com a música na rotina diária escolar.</p>	<p>Explorar elementos radicais para expressão e interação com os outros ampliando seu conhecimento de mundo</p> <p>Brincar com música, recriar, imitar e reproduzir canções.</p> <p>Empregar a memória musical em atividades lúdicas.</p> <p>Interpretar e realizar a comunicação do som e do silêncio.</p> <p>Produzir o canto (melodia, ritmo e harmonia).</p> <p>Trabalhar com os jogos de improviso na musicalização.</p> <p>Mostrar situações e brincadeiras que resgatem a cultura popular,</p>

	<p>Explorar diferentes materiais para descobrir possibilidades de texturas e sensações que produzem.</p> <p>Imitar e produzir diferentes ruídos e sons musicais</p> <p>Brincar, imitar e reproduzir criações musicais</p> <p>Escutar diversos gêneros e estilos musicais.</p> <p>Mover-se ao som da música</p> <p>Utilizar instrumentos musicais.</p> <p>Improvisar com os sons produzidos pelo corpo (estalos, palmas...)</p> <p>Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente.</p> <p>Explorar diferentes fontes sonoras e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias</p>	<p>Descobrir as possibilidades de transformação dos objetos usando a criatividade e dando novos usos a estes.</p> <p>Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.</p> <p>Conhecer os instrumentos musicais e os diferentes sons que eles produzem;</p> <p>Ampliar a percepção auditiva por meio de experiências com sons distintos.</p> <p>Explorar os sons feitos pelo corpo humano: assobiar, bater palmas, bater os pés, barulhos feitos com a boca, etc..</p> <p>Desenvolver a capacidade de imitação de sons.</p> <p>Utilizar diversos materiais e recursos corporais para ampliar suas possibilidades de expressão.</p> <p>Desenvolver percepções visuais, auditivas e táteis;</p> <p>Participar de decisões e ações relativas à organização do ambiente (tanto no cotidiano como na</p>	<p>Participar de momentos de expressão corporal por meio da dança e da música.</p> <p>Brincar com diversos materiais plásticos para ampliar suas possibilidades de expressão.</p> <p>Brincar com formas, texturas e cores, construindo trabalhos destas brincadeiras e explorações.</p> <p>Desenvolver percepções visuais, auditivas e táteis;</p> <p>Explorar relações de causa e efeito (transbordar, tingir, misturar, mover e remover etc.) na interação com o mundo físico.</p> <p>Explorar o ambiente pela ação e observação, manipulando e fazendo descobertas.</p> <p>Compartilhar experiências artísticas.</p> <p>Empregar a memória musical em atividades lúdicas.</p> <p>Participar de decisões e ações relativas à organização do ambiente, eventos e apresentações.</p>	<p>Reconhece a sua importância da música para o desenvolvimento de habilidades motoras.</p> <p>Expressar-se livremente por meio de desenho e pintura, colagem, dobradura e escultura.</p> <p>Reconhecer as qualidades dos sons (intensidade, duração, altura e timbre). Utilizando-as em suas próprias produções sonoras.</p> <p>Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz-de-conta, encenações, criações musicais.</p> <p>Brincar com indumentárias, com acessórios, com objetos cotidianos associados a diferentes papéis ou cenas sociais e com elementos da natureza que apresentam diversidade de formas, texturas, cheiros, cores, tamanhos, pesos, densidades e possibilidades de transformação.</p> <p>Explorar as características de diversos elementos naturais e objetos, tais como tamanho, forma, cor, textura, peso, densidade, luminosidade, funcionalidade, procedência e utilidade, reagrupando-os e ordenando-os</p>
--	--	---	--	--

		<p>preparação de eventos especiais), à definição de temas e à escolha de materiais a serem usados em atividades lúdicas e teatrais, entrando em contato com manifestações do patrimônio cultural, artístico e tecnológico, apropriando-se de diferentes linguagens.</p> <p>Expressar, com criatividade suas emoções, sentimentos, necessidades e ideias brincando, cantando, dançando, esculpindo, desenhando, encenando.</p> <p>Conhecer-se, no contato criativo com manifestações artísticas e culturais locais e de outras comunidades, identificando e valorizando o seu pertencimento étnico racial, de gênero e de crença religiosa.</p> <p>Desenvolver a sensibilidade, criatividade, gosto pessoal e modo peculiar de expressão por meio do teatro, música, dança, desenho e imagens com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos.</p> <p>Explorar relações de causa e efeito (transbordar, tingir, misturar, mover</p>	<p>Desenvolver o potencial criativo por meio de escolhas pessoais, produções e ações na rotina diária.</p> <p>Conhecer a arte/cultura local, regional, nacional e internacional por meio de experiências sensoriais.</p> <p>Vivenciar de forma lúdica o contato com as diferentes linguagens da arte.</p> <p>Cantar e reproduzir diferentes sons, explorando as possibilidades da voz.</p> <p>Reconhecer cores, formas, texturas por meio do manuseio individual e criativo.</p> <p>Desenvolver a sensibilidade e a criatividade ao participar de momentos de dança, música e teatros.</p> <p>Expressar-se por meio de suas próprias produções e experiências artísticas.</p> <p>Apreciar diferentes manifestações e obras artísticas.</p>	<p>segundo critérios diversos, além de explorar situações sociais cotidianas, reais ou da fantasia, identificando participantes, seus pontos de vista e possíveis conflitos.</p> <p>Conviver e fruir nas manifestações artísticas e culturais da sua comunidade e de outras culturas - artes plásticas, música, dança, teatro, cinema, folguedos e festas populares - ampliando a sua sensibilidade, desenvolvendo senso estético, empatia e respeito às diferentes culturas e identidades.</p> <p>Participar de decisões e ações relativas à organização do ambiente (tanto no cotidiano como na preparação de eventos especiais), à definição de temas e à escolha de materiais a serem usados em atividades lúdicas e teatrais, entrando em contato com manifestações do patrimônio cultural, artístico e tecnológico, apropriando-se de diferentes linguagens.</p> <p>Expressar, com criatividade e responsabilidade, suas emoções, sentimentos, necessidades e ideias brincando, cantando, dançando, esculpindo, desenhando, encenando, compreendendo e usufruindo o que é comunicado</p>
--	--	---	--	--

		<p>e remover etc.) na interação com o mundo físico.</p> <p>Explorar o ambiente pela ação e observação,</p> <p>o, experimentando e descobertas.</p> <p>Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos tridimensionais.</p> <p>Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.</p>		<p>pelos demais colegas e pelos adultos.</p> <p>Conhecer-se, no contato criativo com manifestações artísticas e culturais locais e de outras comunidades,</p> <p>Identificar e valorizando o seu pertencimento étnico racial, de gênero e de crença religiosa, desenvolvendo sua sensibilidade, criatividade, gosto pessoal e modo peculiar de expressão por meio do teatro, música, dança, desenho e imagens.</p>
--	--	--	--	--

CAMPO DE EXPERIÊNCIA	FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO			
FAIXA ETÁRIA	Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 2 anos e 6 meses)	Crianças Pequenas 2 anos e 7 meses a 3 anos e 6 meses	Crianças 4 e 5 anos e 11 meses pré – escola
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	<p>Brincar, vocalizando, sozinho ou com a interação do adulto.</p> <p>Entender palavras simples pelo tom de voz empregado e expressão facial.</p> <p>Associar gestos a palavras, como dizer "não" balançando a cabeça e dizer "tchau, tchau", gestualizando com a mão.</p> <p>Reconhecer quando é chamado por seu nome e reconhecer os nomes de pessoas com quem convive.</p> <p>Demonstrar interesse ao ouvir a leitura de poemas e apresentação de músicas.</p> <p>Demonstrar interesse ao ouvir histórias lidas ou contadas, observando ilustrações e os movimentos de leitura do adulto-leitor.</p>	<p>Compreender perguntas simples e frases como "me dê o livro" e "onde está o balão?", quando acompanhado por gestos e expressões.</p> <p>Ouvir pequenas histórias, tendo fantoches e outros recursos para fomentar a imaginação e a fantasia.</p> <p>Explorar gestos, expressões corporais, sons da língua e rimas, aumentando gradativamente sua compreensão da linguagem verbal.</p> <p>Compreender e seguir instruções simples, tais como: "Pegue a bola e jogue para mim."</p> <p>Dialogar como crianças e adultos, expressando seus desejos, necessidades, sentimentos e opiniões.</p>	<p>Sentir-se à vontade no ambiente escolar para expressar seus movimentos, fala, pensamentos e sentimentos.</p> <p>Sentir-se acolhida para explorar com segurança diante da nova rotina.</p> <p>Reconhecer quando é chamado por seu nome e reconhecer os nomes de pessoas com quem convive.</p> <p>Participar de leituras de histórias, poemas e a apresentação de músicas, recontando edramatizando.</p> <p>Articular a linguagem com o movimento físico, através de canções, jogos com ação motora, dramatizações e representações plásticas.</p> <p>Ouvir com atenção histórias lidas ou contadas, observando ilustrações e os movimentos de</p>	<p>Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita, de fotos, desenhos e outras formas de expressão.</p> <p>Inventar brincadeiras, cantadas, poema e canções, criando rimas, aliterações e ritmos.</p> <p>Escolher e folhear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando identificar palavras conhecidas.</p> <p>Contar e recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os personagens, a estrutura da histórias</p> <p>Contar e recontar história ouvidas para produção de reconto escrito, tendo o professor como escriba.</p>

	<p>Reconhecer elementos das ilustrações de histórias, apontando-os, a pedido do adulto-leitor.</p> <p>Imitar as variações de entonação e gestos realizados pelos adultos, ao ler histórias e ao cantar.</p> <p>Comunicar-se com outras pessoas usando movimentos, gestos, balbucios, fala e outras formas de expressão.</p> <p>Conhecer e manipular materiais impressos e audiovisuais em diferentes portadores (livro, revista, gibi, jornal, cartaz, CD, tablet etc.).</p> <p>Participar de situações de escuta de textos em diferentes gêneros textuais (poemas, fábulas, contos, receitas, quadrinhos, anúncios etc.).</p> <p>Conhecer e manipular diferentes instrumentos e suportes de escrita.</p>	<p>Identificar e criar diferentes sons e reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos.</p> <p>Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações.</p> <p>Formular e responder perguntas sobre fatos da história narrada, identificando cenários, personagens e principais acontecimentos.</p>	<p>leitura do adulto-leitor (modo de segurar o portador e de virar as páginas).</p> <p>Reconhecer elementos das ilustrações de histórias, apontando-os, a pedido do adulto-leitor.</p> <p>Imitar as variações de entonação e gestos realizados pelos adultos, ao ler histórias e ao cantar.</p> <p>Comunicar-se com outras pessoas usando movimentos, gestos, falas e outras formas de expressão.</p> <p>Conhecer e manipular materiais impressos e audiovisuais em diferentes portadores (livro, revista, gibi, jornal, cartaz, CD, tablet etc.).</p> <p>Participar de situações de escuta de textos em diferentes gêneros textuais (poemas, fábulas, contos, receitas, quadrinhos, anúncios etc.).</p> <p>Conhecer e manipular diferentes instrumentos e suportes de escrita e leitura.</p> <p>Dialogar com crianças e adultos, expressando seus desejos,</p>	<p>Produzir suas próprias histórias orais e escritas em situações com função social significativa.</p> <p>Levantar hipótese sobre gêneros textuais veiculados em portadores conhecidos, recorrendo a estratégia de observação gráfica e/ou de leitura.</p> <p>Selecionar livros e textos de gênero conhecido para a leitura de um adulto e/ou para sua própria leitura (partindo de seu repertório sobre esses textos, como a recuperação pela memória, pela leitura das ilustrações etc).</p> <p>Levantar hipóteses em relação a linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea.</p> <p>Expressar desejo, necessidades e sentimentos por meio da linguagem oral.</p> <p>Usar a linguagem oral em situações praticas do cotidiano (regras de convivência)</p> <p>Ampliar o vocabulário por meio da interação com o grupo.</p>
--	---	---	---	---

			<p>necessidades, sentimentos e opiniões.</p> <p>Identificar e criar diferentes sons e reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos.</p> <p>Identificar ilustrações, falas dos textos com orientação do adulto-leitor.</p> <p>Formular e responder perguntas sobre fatos da história narrada, identificando cenários, personagens e principais acontecimentos.</p> <p>Relatar experiências e fatos acontecidos, histórias ouvidas, filmes ou peças teatrais assistidos etc.</p> <p>Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos.</p> <p>Ouvir, contar, e dramatizar histórias e outros registros orais.</p> <p>Manusear diferentes portadores textuais, demonstrando reconhecer seus usos sociais.</p>	<p>Imitar personagens, animais e ações com pantomima.</p> <p>Interessar-se por escrever palavras e textos ainda que não de forma convencional.</p> <p>Reconhecer seu nome escrito, sabendo identifica-lo nas diversas situações do cotidiano.</p> <p>Ampliar gradativamente suas possibilidades de comunicação e expressão, interessando-se por conhecer vários gêneros literários e escritos e participando de diversas situações de intercâmbio social nas quais possa contar suas vivências, ouvir as outras pessoas, elaborar e responder perguntas</p> <p>Conviver com crianças e adultos e com eles criar estratégias para investigar o mundo social e natural, demonstrando atitudes positivas em relação a situações que envolvam diversidade étnico-racial, ambiental, de gênero, de língua, de religião.</p> <p>Brincar com materiais e objetos cotidianos, associados a diferentes papéis ou cenas sociais, e com elementos da natureza que apresentam diversidade de formas, texturas, cheiros, cores, tamanhos,</p>
--	--	--	---	--

			<p>Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para brincar com letras e outros sinais gráficos.</p> <p>Participar de atividades de jogos simbólicos, contado e/ou cantado.</p> <p>Explorar diferentes técnicas de pinturas utilizando recursos e materiais diversos.</p> <p>Reconhecer e respeitar as diferenças entre os vários elementos que compõem o grupo, suas falas, pensamentos e imaginações.</p>	<p>pesos, densidades, experimentando possibilidades de transformação.</p> <p>Participar de atividades que oportunizem a observação de contextos diversos, atentando para características do ambiente e das histórias locais, utilizando ferramentas de conhecimento e instrumentos de registro, orientação e comunicação, como bússola, lanterna, lupa, máquina fotográfica, gravador, filmadora, projetor, computador e celular.</p> <p>Explorar e identificar as características do mundo natural e social, nomeando-as, reagrupando-as e ordenando-as, segundo critérios diversos.</p> <p>Expressar suas observações, hipóteses e explicações sobre objetos, organismos vivos, fenômenos da natureza, características do ambiente, personagens e situações sociais, registrando-as por meio de desenhos, fotografias, gravações em áudio e vídeo, escritas e outras linguagens.</p> <p>Conhecer-se e construir sua identidade pessoal e cultural, identificando seus próprios interesses na relação com o mundo físico e social, apropriando-se dos</p>
--	--	--	--	--

				costumes, das crenças e tradições de seus grupos de pertencimento e do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico.
--	--	--	--	---

CAMPO DE EXPERIÊNCIA	ESPAÇOS, RELAÇÕES E, TEMPOS, QUANTIDADES, TRANSFORMAÇÕES			
FAIXA ETARIA	Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 2 anos e 6 meses)	Crianças Pequenas 2 anos e 7 meses a 3 anos e 11 meses	Crianças 4 e 5 anos e 11 meses pré – escola
OBEJTIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	<p>Explorar e descobrir as propriedades de objetos e materiais (odor, cor, sabor, temperatura).</p> <p>Explorar relações de causa e efeito (transbordar, tingir, misturar, mover e remover etc.) na interação com o mundo físico.</p> <p>Explorar o ambiente pela ação e observação, manipulando e experimentando e fazendo descobertas.</p> <p>Manipular, experimentar, arrumar e explorar o espaço por meio de experiências de deslocamentos de si e dos objetos.</p> <p>Manipular materiais diversos e variados para comparar as diferenças e semelhanças entre eles.</p> <p>Vivenciar diferentes ritmos, velocidades e fluxos nas interações e</p>	<p>Explorar, descrever semelhanças e diferenças entre as características e propriedades dos objetos (textura, massa, tamanho).</p> <p>Observar, relatar e descrever incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento, chuva etc.).</p> <p>Compartilhar, com outras crianças, situações de cuidado de plantas e animais nos espaços da instituição e fora dela.</p> <p>Identificar relações espaciais (dentro e fora, em cima, embaixo, acima, abaixo, entre e do lado) e temporais (antes, durante e depois).</p> <p>Demonstrar curiosidade sobre o mundo físico (corpo e elementos e ações da natureza).</p> <p>Experimentar alimentos, objetos e cheiros e ampliar suas experiências visuais, auditivas, gustativas e</p>	<p>Explorar diferentes espaços da escola conhecendo diferentes funções deste contexto.</p> <p>Vivenciar experiências sensoriais com materiais artísticos;</p> <p>Expressar sua individualidade da criança por meio da exploração de materiais artísticos;</p> <p>Utilizar de diferentes suportes e diferentes recursos para produções artísticas:</p> <p>Experimentar elementos da natureza e demais recursos criativos que possam proporcionar a produção artística,</p> <p>Brincar em diferentes superfícies deixando marcas sobre áreas de diferentes texturas, formas e tamanhos.</p>	<p>Estabelecer relações de comparação entre objetos observando suas propriedades.</p> <p>Observar e descrever mudanças em diferentes materiais, resultantes de ações sobre eles, em experimentos envolvendo fenômenos naturais e artificiais.</p> <p>Identificar e selecionar fontes de informações, para responder a questões sobre a natureza, seus fenômenos, sua conservação.</p> <p>Registrar observações, manipulações e medidas, usando múltiplas linguagens (desenho, registro por números ou escrita espontânea), em diferentes suportes.</p> <p>Classificar objetos e figuras de acordo com suas semelhanças e diferenças.</p>

	<p>brincadeiras (em danças, balanços, escorregadores etc.)</p> <p>Brincar em espaços cuidadosamente planejados, que permitam exploração livre e ampliação da percepção espacial ao deslocar-se enfrentando obstáculos nos trajetos — subindo, descendo, pulando, passando por cima e por baixo, rodeando.</p> <p>Brincar com materiais, objetos e elementos da natureza e de diferentes culturas e perceber a diversidade de formas, texturas, cheiros, cores, tamanhos, pesos e densidades que apresentam.</p>	<p>olfativas, comunicando suas sensações ao professor e a seus pares.</p> <p>Brincar com materiais com possibilidades transformadoras como água e areia ou terra, pastas, massas e objetos para amassar ou deslocar.</p>	<p>Vivenciar experiências com os diversos elementos da natureza;</p> <p>Observar e acompanhar a terra como geradora de vida animal, vegetal e mineral.</p> <p>Manipular instrumentos para observação e experimentação;</p> <p>Explorar misturas, provocando mudanças físicas e químicas com diferentes elementos e materiais;</p> <p>Observar e apreciar fenômenos naturais – chuva, vento, granizo, sol, nuvens.</p> <p>Observar imagens produzidas pela escola e pelas crianças seja por meio de fotos ou gravações, valorizando as produções individuais e coletivas.</p> <p>Explorar câmera fotográfica, gravador, computador, rádios, etc. pelas crianças desenvolvendo a autonomia e valorizando-as como sujeitos produtores de cultura e o seu protagonismo infantil.</p> <p>Manipular o projetor de luz, nas brincadeiras, permitindo o trabalho com a luz e a sombra.</p> <p>Explorar diversos espaços naturais presentes nas creches, ao ar livre</p>	<p>Relatar fatos importantes sobre seu nascimento e desenvolvimento, a história dos seus familiares e da sua comunidade.</p> <p>Relacionar números às suas respectivas quantidades e identificar o antes, o depois e o entre em uma sequência.</p> <p>Expressar medidas (peso, altura, etc.) construindo gráficos básicos.</p> <p>Compreender a função social do número em diversos contextos do cotidiano.</p> <p>Comunicar ideias matemáticas, hipóteses, processos utilizados e resultados encontrados em situações problemas relativos a quantidade, espaço físico e medida.</p> <p>Apresentar confiança em suas próprias estratégias e na sua capacidade para lidar com situações matemáticas novas, utilizando seus conhecimentos prévios.</p> <p>Reconhecer e valorizar os números, as operações matemáticas, as contagens orais e as noções espaciais como ferramentas necessárias no seu cotidiano,</p>
--	---	--	---	--

			<p>(terra, gramado, areia, sob e sobre árvores, plantações), sejam elas in natura ou com intervenção humana (paisagismo, canteiros, vasos).</p> <p>Envolver-se com água, terra, ar, fogo, seja pelo manuseio, experimentos mistos entre os elementos ou pela observação.</p> <p>Brincar com elementos da natureza: galhos, folhas, flores caídas, sementes, poças de água, sozinha ou em grupos, à sua livre escolha, promovendo a sintonia consigo e a relação com os elementos naturais.</p> <p>Praticar cuidados com o ambiente, respeitando as formas de vida presentes (jardins, árvores, vasos, hortas, insetos).</p> <p>Visitar parques, museus, hortos florestais, praças, que permitam e potencializem a liberdade e interação das crianças com os ambientes naturais em sua diversidade nos mais variados locais externos à escola.</p> <p>Participar nas brincadeiras de livre escolha, manuseando elementos iguais em diferentes tamanhos e pesos e com tamanhos e pesos variados.</p>	<p>Conviver com crianças e adultos e com eles criar estratégias para investigar o mundo social e natural, demonstrando atitudes positivas em relação a situações que envolvam diversidade étnico-racial, ambiental, de gênero, de língua, de religião.</p> <p>Brincar com materiais e objetos cotidianos, associados a diferentes papéis ou cenas sociais, e com elementos da natureza que apresentam diversidade de formas, texturas, cheiros, cores, tamanhos, pesos, densidades, experimentando possibilidades de transformação.</p> <p>Participar de atividades que oportunizem a observação de contextos diversos, atentando para características do ambiente e das histórias locais, utilizando ferramentas de conhecimento e instrumentos de registro, orientação e comunicação, como bússola, lanterna, lupa, máquina fotográfica, gravador, filmadora, projetor, computador e celular.</p> <p>Explorar e identificar as características do mundo natural e social, nomeando-as, reagrupando-as e ordenando-as, segundo critérios diversos.</p> <p>Expressar suas observações, hipóteses e explicações sobre</p>
--	--	--	--	--

			<p>Conhecer diferentes costumes do entorno social, despertando o respeito pelo outro, por meio da livre exploração de vestimentas, culinária, manifestações religiosas, tradições, entre outros aspectos, permitindo que a criança brinque com fantasias e adornos.</p> <p>Participar de manifestações culturais brasileiras e da cultura local, estimuladas por vídeos, livros, objetos culturais, brincadeiras, canções e jogos que remetem às tradições culturais de suas comunidades e de outros grupos.</p> <p>Explorar e descobrir as propriedades de objetos e materiais (odor, cor, sabor, temperatura);</p> <p>Explorar e descrever semelhanças e diferenças entre as características e propriedades dos objetos (sonoridade, texturas, peso, tamanho, posição no espaço);</p> <p>Observar, relatar e descrever incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento, chuva, etc);</p> <p>Compartilhar com outras crianças, situações de cuidados de plantas e</p>	<p>objetos, organismos vivos, fenômenos da natureza, características do ambiente, personagens e situações sociais, registrando-as por meio de desenhos, fotografias, gravações em áudio e vídeo, escritas e outras linguagens.</p> <p>Conhecer-se e construir sua identidade pessoal e cultural, identificando seus próprios interesses na relação com o mundo físico e social, apropriando-se dos costumes, das crenças e tradições de seus grupos de pertencimento e do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico</p>
--	--	--	---	---

			<p>animais nos espaços da instituição e fora dela;</p> <p>Explorar o ambiente pela ação e observação, manipulando, experimentando e fazendo descobertas;</p> <p>Manipular, experimentar, arrumar e explorar o espaço por meio de experiências de deslocamentos de si e dos objetos;</p> <p>Identificar relações espaciais (dentro e fora, em cima, embaixo, acima, abaixo, entre e do lado) e temporais (antes, durante e depois).</p> <p>Manipular materiais diversos e variados para comparar as diferenças e semelhanças entre eles.</p> <p>Classificar objetos, considerando determinados atributos (tamanho, peso, cor, forma, etc).</p> <p>Experimentar, analisar e resolver situações-problema do seu cotidiano, levantando hipóteses, dados e possibilidades de solução.</p> <p>Vivenciar diferentes ritmos, velocidades e fluxos nas interações e brincadeiras (em danças, balanços, escorregadores, etc.).</p>	
--	--	--	--	--

			<p>Utilizar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar).</p> <p>Contar oralmente objetos, pessoas, livros, etc., em contextos diversos.</p> <p>Identificar a quantidade de crianças (meninas e meninos, presentes e ausentes).</p>	
--	--	--	--	--

A educação Infantil como um espaço educativo, exige pensar de forma clara o que se deseja para as crianças, responsabilizar-se com o presente, projetar o futuro, definindo caminhos e roteiros do ato educativo de forma que as crianças possam ter sua presença contemplada, sua voz ouvida, desafios e contextos ricos em interação e descoberta do ambiente. Enfim, projetos pedagógicos e curriculares organizados não como meros documentos burocráticos, mas que têm a tarefa de analisar, pensar, avaliar e garantir o direito de todas as crianças a uma educação de qualidade.

Neste norte, os sistemas educacionais devem assegurar as condições necessárias ao trabalho pedagógico na Educação Infantil: a organização de espaços que ofereçam às crianças oportunidades de interação, exploração e descobertas; de materiais-diversificados geradores de enredos para as explorações, para as produções e para as brincadeiras infantis; de gestão do tempo, proporcionando uma jornada que lhes dê o tempo necessário para viverem suas experiências cotidianas, valorizando, especialmente, as oportunidades de cuidados de si e do outro, nas interações e brincadeiras.

A partir destas premissas, a Rede Municipal de Tijuca, elaborou em um processo democrático e coletivo, um currículo base para a organização dos projetos políticos pedagógicos das unidades escolares e conseqüentemente orientar a prática docente.

4.5 AVALIAÇÃO

A educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica, tem relevante contribuição no processo do desenvolvimento integral da criança. Decorre daí a importância de considerar o papel do Centro de Educação Infantil neste processo.

É um compromisso da Rede Municipal de Tijuca, assegurar a qualidade e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todas as crianças. Neste sentido, o acompanhamento do trabalho pedagógico é balizado pela concepção de avaliação proposta pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, que indicam a observação crítica, utilização de múltiplos registros, continuidade dos processos de aprendizagem, a comunicação entre escola e família e, principalmente, a não retenção e/ou promoção das crianças na Educação Infantil.

A criança da Educação Infantil, mais que em qualquer outra fase, demanda um olhar atento e criterioso do profissional da educação sobre o processo de desenvolvimento e aprendizagem. Destarte, organizar a avaliação processual e por meio de pareceres descritivos periódicos é de suma importância.

Sobre a periodicidade dos relatórios descritivos encaminhados às famílias, ficam assim enquadrados:

- 1º semestre será composto por dois registros: 1. **perfil de acolhimento**, focada no planejamento (diagnóstico/individual e do grupo, como vem sendo o desenvolvimento no cotidiano, aceitação e interação com o ambiente, socialização com o professor e com as demais crianças); 2. **perfil do processo**, focada no planejamento (considerando os direitos aprendizagem e desenvolvimento gerais individual e do grupo).

- 2º semestre: **perfil do processo**, focada no planejamento (considerando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento gerais, individual e do grupo).

Não se pode esquecer que a relação escola-família se apresenta como a pedra angular do processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Neste sentido, a escola direciona seu olhar sobre a criança e seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, mas faz-se mister, também, o olhar atento da família. Assim, abrem-se espaço para que os pais (tutores da criança) participem efetivamente do processo avaliativo, registrando suas percepções.

Na Educação Infantil de 0 a 3 anos, a comunicação da avaliação (parecer) será entregue aos pais, semestralmente. Contudo, o relatório do primeiro trimestre poderá ser comunicado aos pais, a critério de cada Unidade. Já para a Educação Infantil da pré-escola a comunicação à família acontecerá trimestralmente.

Em relação ao parecer descritivo da Educação Física e Projeto, será coletivo (do grupo), de 0 a 3 anos de forma semestral e da pré-escola trimestralmente.

4.6 HORA ATIVIDADE

A conquista pelos profissionais da educação da hora atividade, assegura a compreensão de que o trabalho docente vai além do trabalho frontal com as crianças. Este fato é um avanço para a educação infantil sobretudo, na visualização desta como uma etapa importante da educação formal.

Sabemos que a forma de organização destes momentos é um grande desafio, pela característica dos espaços e tempos da educação dos pequenos. Para tanto, a Rede tem implementado um processo atento às necessidades das crianças, organizando a hora atividade por meio do projeto chamado “oficina do brincar” e das atividades com professores de Educação Física.

A seguir podemos visualizar a organização do projeto.

4.7 PROJETO OFICINA DO BRINCAR

A educação infantil, por si só já nos remete ao brincar. Contudo, no dia a dia da escola, tais brincadeiras são sempre com cunho pedagógico. Neste projeto, o que se pretende é um brincar mais livre e dinâmico, com resgate de brinquedos e brincadeiras, esquecidos pelo tempo e pelo avanço das tecnologias, bem como, ampliar as possibilidades com a pesquisa de brinquedos e brincadeiras de outras culturas.

As oficinas do brincar, serão oportunizadas por estagiários do Curso de Pedagogia, supervisionados por Pedagogos e acontecerão uma vez por semana, em toda educação infantil da rede municipal de Tijuca.

Assim, além de proporcionar momentos de ludicidade às crianças, oportunizará a articulação entre teoria e prática para os futuros pedagogos. E, para tanto, buscou-se a Lei Federal Nº 11.7878, de 25 de setembro de 2008 e na Lei Municipal Nº 2.567/15, que aborda as questões de estágios não obrigatórios e remunerados.

O projeto favorece, ainda, aproximação entre a Universidade e a educação básica e amplia as possibilidades de pesquisas na área da atividade junto à educação infantil.

Não se pode deixar de esclarecer que, os professores da rede municipal de Tijuca, em sua maioria são graduados na área de atuação e, neste sentido, sua prática é calcada no binômio educar-cuidar de forma lúdica, como preconiza a BNCC e as Diretrizes Curriculares Nacionais. Contudo, o projeto “Oficina do Brincar”, como o próprio nome sugere, será especialmente uma oficina, na qual o estagiário pesquisa e desenvolve a dinâmica enquanto a criança frui.

Objetivo geral: Fazer da sala de aula uma oficina do brincar, com o resgate de brinquedos e brincadeiras de diferentes épocas e culturas, favorecendo o desenvolvimento e a aprendizagem de forma lúdica. Contribuir com a formação de futuros pedagogos, a partir de estágio não obrigatório, supervisionado por Pedagogos da Rede Municipal de Tijuca.

Objetivos Específicos:

- Ampliar as possibilidades de ensino-aprendizagem com atividades complementares;
- Oferecer momentos de muita brincadeira, na educação infantil;
- Oportunizar a criação dos próprios brinquedos pelas crianças;
- Desenvolver a socialização entre as crianças e turmas da escola;

- Resgatar a memória cultural do brinquedo e das brincadeiras;
- Possibilitar a valorização da brincadeira e o brinquedo construído por si próprio;
- Estimular a criatividade e a imaginação;
- Ampliar as possibilidades expressivas nas brincadeiras;
- Favorecer a comunicação e socialização em rodas de conversa;
- Articular teoria à prática;
- Ampliar o repertório de brincadeiras infantis;
- Conhecer a realidade do dia-a-dia escolar;
- Favorecer a participação de situações de socialização;
- Desenvolver experiências focadas na prática docente que se orientem para a superação de problemas identificados no processo ensino-aprendizagem de modo a contribuir para a melhoria da qualidade da formação docente nas áreas de abrangência deste Projeto;
- Assegurar a aproximação entre Universidades e Educação Básica do Município.

Neste sentido, Rousseau representa um divisor de águas nas questões da Educação Infantil, um verdadeiro “Copérnico” do século XVIII em relação às reflexões acerca do desenvolvimento infantil, trazendo à luz as especificidades da criança, que deixa de ser vista um adulto em miniatura. Como esclarece Ariès, as crianças até então viviam como pequenos adultos e em meio aos adultos.

Infelizmente, em pleno século XXI, as crianças retornam à “caverna” e passam a viver como pequenos adultos em meio aos adultos, com agendas cheias e acesso às informações pertinentes aos adultos: acesso aos programas televisivos para adultos, internet e tudo mais sem nenhum tipo de filtro. Ora, é preciso possibilitar às crianças o conhecimento de que brincar não é apenas manusear objetos e jogos eletrônicos.

A BNCC, tanto quanto as diretrizes da educação infantil enfatizam o brincar e as brincadeiras. Neste sentido, é preciso valorizar as brincadeiras e ampliar as possibilidades desta prática nos espaços escolares. Pensando nisso, sentiu-se a necessidade de se criar o Projeto Oficina do brincar, buscando resgatar os brinquedos e as brincadeiras dos diferentes tempos e culturas para fortalecer, com isso, o ser criança.

A oficina oportunizará o brincar, para além disso, o brincar fazendo: a criança construindo seu próprio brinquedo, reelaborando regras, ampliando dinâmicas e

vivenciando novas experiências individuais e coletivas. Como apresenta Vygotsky, a criança elabora novas formas de pensar e ver o mundo através da brincadeira que reproduz o mundo.

Operacionalização do projeto:

O Projeto “Oficina do Brincar”, por meio de estudos teórico-práticos dos estagiários, juntamente com os Supervisores e Coordenadores Pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação, investigação e reflexão crítica, propiciará o planejamento, a formação, a produção de materiais, a execução prevista no planejamento e a avaliação do projeto.

Os bolsistas serão orientados por Supervisores (Pedagogos): docentes e articuladores das instituições da Educação Infantil do município, onde os bolsistas exercerão suas atividades.

Esta proposta metodológica será organizada por meio de projetos de trabalho e, o plano de trabalho propõe ações referentes a três etapas:

- 1) Estudo e planejamento
- 2) Vivências Pedagógicas nos Projetos
- 3) Avaliação

Na primeira etapa, *Estudo e planejamento*, o Projeto desenvolverá ações que permitirão o estudo dos bolsistas, juntamente com os Coordenadores da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação, dos Supervisores (Pedagogo). As ações serão organizadas de forma a contemplar estudos de natureza teórica (pedagógica e específica), análises e discussões sobre o processo, encontros para planejamento das atividades em sala de aula.

Na segunda etapa, *Vivências Pedagógicas*, terá ações como objetivo inserir o licenciando na realidade escolar, levando-o a conhecer o espaço, o currículo, o projeto pedagógico, a dinâmica da escola, a sala de aula para que, por meio da observação, ele possa planejar e executar as atividades da oficina do brincar, junto ao professor supervisor. Todas as ações planejadas no âmbito escolar precisam estar articuladas com o Projeto Pedagógico da escola e o plano de ensino e para tal, a primeira etapa deste Projeto é fundamental, pois é com base no conhecimento do Projeto Pedagógico e da realidade da escola e da sala de aula que professores supervisores e licenciados discutirão e elencarão as atividades que devem ser desenvolvidas nas oficinas.

A terceira etapa, *Avaliação*, terá como foco os seguintes aspectos do Projeto: a melhoria da qualidade da Educação Infantil na Rede Pública Municipal; formação dos

licenciados; integração entre as Universidades e Educação Básica (Educação Infantil). Ao final do primeiro semestre letivo da Rede, serão avaliados os resultados do Projeto num todo, visando às melhorias necessárias, bem como, a possibilidade de ampliação das oficinas para contemplar outras etapas da Educação Básica.

4.8 EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Na Educação Infantil (0 a 3 anos) as aulas de Educação Física acontecem duas aulas por semana, de 45 minutos.

Na Educação Infantil (Pré-escolar) as aulas acontecem três vezes por semana, de 45 minutos.

Esses profissionais são contratados através de processo seletivo. No decorrer do ano letivo, há encontros para planejamento coletivo

4.9 COLÔNIA DE FÉRIAS

Considerando a realidade e a necessidade de ampliação da rede de atendimento, a Secretaria de Educação oferece a Colônia de Férias, no período de janeiro e fevereiro. Para tal processo, a secretaria desenvolve um projeto de colônia de férias e para assegurar a qualidade do trabalho desenvolvido neste período de férias traz como foco o brincar, criar e recria. Apontando o brincar como eixo central do currículo na educação infantil, reforça que é por meio deste ato, que a criança reproduz o seu cotidiano. Ao brincar ela amplia a possibilidade de aprendizagem facilita as interações e a construção da reflexão, da autonomia e da criatividade.

O projeto, portanto, objetiva proporcionar vivências e experiências através do brincar de maneira divertida e prazerosa despertando na criança a curiosidade pelo mundo da imaginação.

Para tal intento, o processo metodológico pauta-se sobretudo na organização de um ambiente acolhedor, seguro, agradável e desafiador. Contextos, personagens, histórias, cenários, materiais diversos compõem os territórios do brincar durante a colônia de férias.

5 ENSINO FUNDAMENTAL

5.1 DIRETRIZES ESTRUTURANTES

O Ensino Fundamental, com nove anos de duração é a etapa mais longa da Educação Básica, atendendo estudantes entre 6 e 14 anos. Crianças e adolescentes que, ao longo desse período, passam por uma série de mudanças relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais, entre outros. Como já indicado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos (BRASIL, 2010), essas mudanças impõem desafios à elaboração de currículos para essa etapa de escolarização, de modo a superar as rupturas que ocorrem na passagem não somente entre as etapas da Educação Básica, mas também entre as duas fases do Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Anos Finais. Em Tijuca essa preocupação é recorrente e foco de orientação e formação continuada executada pela Secretaria Municipal de Educação e sua equipe técnico pedagógica.

O Ensino Fundamental com 9 (nove) anos de duração tem duas fases sequentes com características próprias, chamadas de anos iniciais, com 5 (cinco) anos de duração, em regra para estudantes de 6 (seis) a 10 (dez) anos de idade; e anos finais, com 4 (quatro) anos de duração, para os de 11 (onze) a 14 (quatorze) anos. É obrigatória a matrícula no Ensino Fundamental de crianças com 6 (seis) anos completos ou a completar até o dia 31 de março, do ano em que ocorrer a matrícula. Conforme resoluções nº 01/2010 e 6/2010 do CEB/CNE.

O Ensino Fundamental é uma das responsabilidades do Sistema Municipal de Educação. Conforme a LDB em seu art. 32, e a Lei do Sistema Municipal de Ensino - Lei Nº 45/2016, o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, obrigatório, gratuito na instituição educativa pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, tem por objetivo a formação básica do educando, mediante:

- I.O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II.A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III.O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV.O fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 1996, s/n).

Considerando os preceitos legais e as orientações emanadas dos respectivos órgãos responsáveis pela educação pública no país, a Rede Municipal de Tijuca reafirma o compromisso de promover no Ensino Fundamental uma formação, que garanta e tome como referência para suas práticas, os princípios éticos (atitudes, valores, solidariedade) políticos (cidadania, autorregulação, coletividade) e estéticos (sensibilidade, natureza, artes).

5.1.1 Rede de atendimento do Ensino Fundamental

Tijuca possui uma rede de escolas que atende do primeiro ano do ensino fundamental ao nono ano, em doze estabelecimentos. Destas, três atendem do primeiro ao nono ano e nove, do primeiro ao quinto ano, conforme descrito na tabela que segue:

Tabela 8 Rede de Escolas

1. EEF Dep. Walter V. Gomes

	Cód. Curso	Ano	Turma	Turma
81213	300	1	1	Matutino
81213	300	1	2	Vespertino
81213	300	1	3	Vespertino
81213	300	2	1	Matutino
81213	300	2	2	Vespertino
81213	300	3	1	Matutino
81213	300	3	2	vespertino
81213	300	4	1	matutino
81213	300	4	2	vespertino
81213	300	5	1	matutino
81213	300	5	2	vespertino
81213	301	6	1	matutino
81213	301	6	2	vespertino
81213	301	6	3	vespertino
81213	301	7	1	matutino
81213	301	7	2	matutino
81213	301	7	3	vespertino
81213	301	8	1	matutino
81213	301	8	2	vespertino
81213	301	9	1	matutino
81213	301	9	2	vespertino
81213	400	5	2	Se liga - alfabetização
81213	403	5	1	Aceleração - matutino

2. EEF Ondina Maria Dias

81299	300	1	1	matutino
81299	300	1	2	vespertino
81299	300	2	1	matutino
81299	300	2	2	vespertino
81299	300	3	1	matutino
81299	300	3	2	vespertino
81299	300	4	1	matutino
81299	300	4	2	vespertino
81299	300	5	1	matutino
81299	300	5	2	vespertino
81299	301	6	1	matutino
81299	301	6	2	matutino
81299	301	6	3	vespertino
81299	301	7	1	matutino
81299	301	7	2	matutino
81299	301	7	3	vespertino
81299	301	7	4	vespertino
81299	301	8	1	matutino
81299	301	8	2	matutino
81299	301	8	3	vespertino
81299	301	8	4	vespertino
81299	301	9	1	matutino
81299	301	9	2	matutino
81299	301	9	3	vespertino
81299	403	5	1	aceleração 5º ano

3. EEF Santa Terezinha

115045	300	1	1	vespertino
115045	300	1	2	vespertino
115045	300	2	1	vespertino
115045	300	3	1	vespertino
115045	300	4	1	vespertino
115045	300	5	1	vespertino
115045	300	5	2	vespertino
115045	301	6	1	vespertino
115045	301	6	2	vespertino
115045	301	7	1	matutino
115045	301	7	2	matutino
115045	301	7	3	vespertino
115045	301	8	1	matutino I

115045	301	8	2	matutino II
115045	301	8	3	matutino III
115045	301	9	1	matutino I
115045	301	9	2	matutino II
115045	301	9	3	matutino III

4. EEF João Caetano

115046	300	1	1	matutino
115046	300	1	2	vespertino
115046	300	2	1	matutino
115046	300	2	2	vespertino
115046	300	3	1	matutino
115046	300	3	2	vespertino
115046	300	4	1	matutino
115046	300	4	2	vespertino
115046	300	5	1	matutino
115046	300	5	2	vespertino

5. CE Prof. Manoel dos Anjos

115047	300	1	1	matutino
115047	300	1	2	vespertino
115047	300	1	3	vespertino
115047	300	2	1	matutino
115047	300	2	2	vespertino
115047	300	2	3	vespertino
115047	300	3	1	matutino
115047	300	3	2	matutino
115047	300	3	3	vespertino

6. EEF Mercedes J. Adão

115048	300	1	1	matutino I
115048	300	1	2	matutino II
115048	300	1	3	vespertino
115048	300	2	1	matutino
115048	300	2	2	vespertino
115048	300	2	3	vespertino
115048	300	3	1	matutino
115048	300	3	2	vespertino
115048	300	3	3	vespertino
115048	300	4	1	matutino
115048	300	4	2	vespertino
115048	300	5	1	matutino
115048	300	5	2	vespertino

7. EEF Brilho do Sol

115049	300	1	1	vespertino
115049	300	2	1	vespertino
115049	300	3	1	vespertino
115049	300	4	1	matutino
115049	300	5	1	matutino

8. EEF José Feller

115059	300	1	1	vespertino
115059	300	2	1	vespertino
115059	300	3	1	vespertino
115059	300	4	1	Matutino
115059	300	5	1	Matutino

9. EEF Osmário Giacomossi

115060	300	1	1	vespertino
115060	300	2	1	matutino
115060	300	3	1	matutino
115060	300	4	1	matutino
115060	300	5	1	matutino

10. EEF Madre Sabina

115061	300	1	1	vespertino
115061	300	2	1	matutino
115061	300	3	1	matutino
115061	300	4	1	matutino
115061	300	5	1	matutino

11. EEF Marcílio M. da Silva

115062	300	1	1	matutino
115062	300	2	1	matutino
115062	300	3	1	matutino
115062	300	4	1	matutino
115062	300	5	1	matutino

12. EEF Mons. Augusto Zucco

115064	300	1	1	vespertino
115064	300	2	1	vespertino
115064	300	3	1	vespertino

115064	300	4	1	vespertino
115064	300	5	1	vespertino

Fonte: Dados SME (2020)

5.1.2 Matrículas

As matrículas no Ensino Fundamental acontecem diretamente nas Unidades Escolares, **conforme edital de matrícula publicado anualmente** a qual define número de vagas por escola e período. Outrossim, isso não redime a secretaria das unidades escolares de efetuar matrículas fora deste período. Fica estabelecido a necessidade do respeito ao zoneamento na hora da matrícula.

5.2 ANOS INICIAIS

Nos primeiros anos do Ensino Fundamental as propostas pedagógicas das escolas devem entender a infância como uma etapa estruturante da vida e do desenvolvimento. Neste sentido, deverão valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, apontando para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências pelos alunos, quanto as novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos.

Nesse período da vida, as crianças estão vivendo mudanças importantes em seu processo de desenvolvimento que repercutem em suas relações consigo mesmas, com os outros e com o mundo. Como destacam as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2010),

- **a maior desenvoltura e a maior autonomia** nos movimentos e deslocamentos ampliam suas interações com o espaço;
- **a relação com múltiplas linguagens**, incluindo os usos sociais da escrita e da matemática, permite a participação no mundo letrado e a construção de novas aprendizagens, na escola e para além dela;
- **a afirmação de sua identidade** em relação ao coletivo no qual se inserem resulta em formas mais ativas de se relacionarem com esse coletivo e com as normas que regem as relações entre as pessoas dentro e fora da escola, pelo reconhecimento de suas potencialidades e pelo acolhimento e pela valorização das diferenças;

- **a ampliação das experiências para o desenvolvimento da oralidade e escrita**, dos processos de percepção, compreensão e representação, elementos importantes para a apropriação do sistema de escrita alfabética e de outros sistemas de representação, como os signos matemáticos, os registros artísticos, midiáticos e científicos e as formas de representação do tempo e do espaço.

As características dessa faixa etária demandam um trabalho no ambiente escolar que se organize em torno dos interesses manifestos pelas crianças, de suas vivências mais imediatas para que, com base nessas vivências, elas possam, progressivamente, ampliar essa compreensão, com uma variedade de situações que envolvem conceitos e fazeres científicos, desenvolvendo observações, análises, argumentações e potencializando descobertas.

Assim, os Projetos Políticos Pedagógico precisam priorizar experiências que reflitam o contexto familiar, social e cultural das crianças, suas memórias, seu pertencimento a um grupo e sua interação com as mais diversas tecnologias de informação e comunicação. Consideramos que estas são fontes que estimulam sua curiosidade e a formulação de perguntas. O estímulo ao pensamento criativo, lógico e crítico, por meio da construção e do fortalecimento da capacidade de fazer perguntas e de avaliar respostas, de argumentar, de interagir com diversas produções culturais, de fazer uso de tecnologias de informação e comunicação, possibilita aos alunos ampliar sua compreensão de si mesmos, do mundo natural e social, das relações dos seres humanos entre si e com a natureza.

Nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica das escolas de Tijuca, devem ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética, de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramento. Como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010¹, “os conteúdos dos diversos componentes curriculares [...], ao descortinarem às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo” (BRASIL, 2010).

¹ BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 11, de 7 e julho de 2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 28. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6324pceb011-10&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 23 mar. 2017.

Muito se tem falado em alfabetização para todos. Criança, jovem ou adulto, não importa a classe social ou a idade, o que realmente interessa é ser/estar alfabetizado, porém, o que vem a ser um indivíduo alfabetizado? O que é alfabetizar? Segundo Val (2006, p.13), o termo se resume estritamente ao ato de decodificar uma série de sinais gráficos, e na capacidade de antologiar, codificar os ruídos da língua. O que o torna algo especificamente técnico. Porém, segundo a autora, assim como a sociedade mudou, o termo alfabetizar também sofreu diversas modificações. Tais modificações vieram para suprir as necessidades sociais e políticas, contrapondo assim, com a definição do simples ato de codificar e decodificar aqueles sinais gráficos utilizados na escrita, o alfabeto, onde, alfabetizado é aquele que consegue reconhecer as letras do alfabeto.

Nesta perspectiva, em Tijucas entendemos a Alfabetização como o processo de aprendizagem onde se desenvolve a habilidade de ler e escrever, incluindo a operação de números, que são competências necessárias para avançar aos níveis escolares seguintes. A alfabetização entendida também como a capacidade de socialização do indivíduo, uma vez que possibilita novas trocas simbólicas com a sociedade, além de possibilitar o acesso a bens culturais e outras facilidades das instituições sociais.

Contudo é necessário ainda que as escolas lembrem que para se alfabetizar o aluno, precisamos de outras linguagens que se materializam em práticas sociais, com objetivo e intenção. Por essa razão, as propostas metodológicas descritas nos Projetos Pedagógicos devem estabelecer, como prioridade, a centralidade no texto como unidade de trabalho. Precisam indicar sempre a necessidade de considerar a função social dos textos utilizados. Durante a Alfabetização, isso sinaliza para a importância de que os alunos trabalhem com textos reais – e não exclusivamente criados para o trabalho escolar como “Ivo viu a uva”. (BRASIL, 2017)

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) aponta para uma continuidade do que é feito na Educação Infantil, deixando mais claro que há uma ponte entre os dois segmentos. É preciso compreender que ambos estão interligados e, nos anos iniciais do Fundamental, será possível intensificar e estruturar as experiências com a língua oral e escrita iniciadas na Educação Infantil.

O documento reconhece a especificidade da alfabetização e propõe a mescla de duas linhas de ensino: a primeira indica para a centralidade do texto e para o trabalho com as práticas sociais de leitura e escrita, a segunda soma a isso o planejamento de atividades que permitam aos alunos refletir sobre o sistema de escrita alfabética (estudar, por

exemplo, as relações entre sons e letras e investigar com quantas e quais letras se escreve uma palavra, e onde elas devem estar posicionadas ou como se organizam as sílabas).

Ao assumir essa postura, o documento considera as contribuições da perspectiva construtivista, principalmente os estudos sobre os processos pelos quais as crianças passam para se apropriar da escrita. Mas também aponta ser preciso um trabalho com a consciência fonológica e com conhecimento das letras para ajudar a criança a evoluir em suas hipóteses de escrita.

Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, no 4º e 5º ano, a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender. Ampliam-se a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social, o que lhes possibilita lidar com sistemas mais amplos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente.

Além desses aspectos relativos à aprendizagem e ao desenvolvimento, na elaboração dos currículos e das propostas pedagógicas as escolas municipais de Tijuca, devem ainda ser consideradas medidas para assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens entre as duas fases do Ensino Fundamental, de modo a promover uma maior integração entre elas. Afinal, essa transição se caracteriza por mudanças pedagógicas na estrutura educacional, decorrentes principalmente da diferenciação dos componentes curriculares. Como bem destaca o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, “os alunos, ao mudarem do professor generalista dos anos iniciais para os professores especialistas dos diferentes componentes curriculares, costumam se ressentir diante das muitas exigências que têm de atender, feitas pelo grande número de docentes dos anos finais” (BRASIL, 2010).

5.3 ANOS FINAIS

Os anos finais, têm como principal finalidade ampliar os conceitos adquiridos nos cinco primeiros anos de escolarização e introduzir novos conhecimentos que contribuam para sua formação integral.

Os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos

relacionados às áreas. Tendo em vista essa maior especialização, é importante, nos vários componentes curriculares, retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais no contexto das diferentes áreas, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes.

Nesse sentido, em Tijucas priorizamos propostas pedagógicas que fortaleçam a autonomia desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação.

Os estudantes dessa fase inserem-se em uma faixa etária que corresponde à transição entre infância e adolescência, marcada por intensas mudanças decorrentes de transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais. Nesse período de vida, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, ampliam-se os vínculos sociais e os laços afetivos, as possibilidades intelectuais e a capacidade de raciocínios mais abstratos. Os estudantes tornam-se mais capazes de ver e avaliar os fatos pelo ponto de vista do outro, exercendo a capacidade de descentração, “importante na construção da autonomia e na aquisição de valores morais e éticos” (BRASIL, 2010).

As mudanças próprias dessa fase da vida implicam a compreensão do adolescente como sujeito em desenvolvimento, com singularidades e formações identitárias e culturais próprias, que demandam práticas escolares diferenciadas, capazes de contemplar suas necessidades e diferentes modos de inserção social. Conforme reconhecem as DCN (BRASIL, 2010), é frequente, nessa etapa, observar forte adesão aos padrões de comportamento dos jovens da mesma idade, o que é evidenciado pela forma de se vestir e também pela linguagem utilizada por eles. Isso requer dos educadores maior disposição para entender e dialogar com as formas próprias de expressão das culturas juvenis, cujos traços são mais visíveis, sobretudo, nas áreas urbanas mais densamente povoadas (BRASIL, 2010).

Importante também que nas escolas possamos considerar, a cultura digital, pois estas tecnologias têm promovido mudanças sociais significativas nas sociedades contemporâneas. Em decorrência do avanço e da multiplicação das tecnologias de informação e comunicação e do crescente acesso a elas pela maior disponibilidade de computadores, telefones celulares, *tablets* e afins, os estudantes estão dinamicamente inseridos nessa cultura, não somente como consumidores. Os jovens têm se engajado cada vez mais como protagonistas da cultura digital, envolvendo-se diretamente em novas formas de interação multimidiática e multimodal e de atuação social em rede, que se realizam de modo cada vez mais ágil. Por sua vez, essa cultura também apresenta forte

apelo emocional e induz ao imediatismo de respostas e à efemeridade das informações, privilegiando análises superficiais e o uso de imagens e formas de expressão mais sintéticas, diferentes dos modos de dizer e argumentar característicos da vida escolar.

Todo esse quadro impõe à escola de Tijucas, desafios ao cumprimento do seu papel em relação à formação das novas gerações. É importante que preservem seu compromisso de estimular a reflexão e a análise aprofundada e contribua para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais.

Contudo, também é imprescindível que compreendam e incorporem as novas linguagens e seus modos de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação (e também de manipulação), e que eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital. Ao aproveitar o potencial de comunicação do universo digital, a escola pode instituir novos modos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes.

Além disso, tendo por base o compromisso da escola de propiciar uma formação integral, balizada pelos direitos humanos e princípios democráticos, é preciso considerar a necessidade de desnaturalizar qualquer forma de violência nas sociedades contemporâneas, incluindo a violência simbólica de grupos sociais que impõem normas, valores e conhecimentos tidos como universais e que não estabelecem diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade e na escola.

Em todas as etapas de escolarização, mas de modo especial entre os estudantes dessa fase do Ensino Fundamental, esses fatores frequentemente dificultam a convivência cotidiana e a aprendizagem, conduzindo ao desinteresse e à alienação e, não raro, à agressividade e ao fracasso escolar. Atenta a culturas distintas, não uniformes nem contínuas dos estudantes dessa etapa, é necessário que a escola dialogue com a diversidade de formação e vivências para enfrentar com sucesso os desafios de seus propósitos educativos. A compreensão dos estudantes como sujeitos com histórias e saberes construídos nas interações com outras pessoas, tanto do entorno social mais próximo quanto do universo da cultura midiática e digital, fortalece o potencial da escola como espaço formador e orientador para a cidadania consciente, crítica e participativa.

A partir desses fundamentos, na construção dos currículos de cada escola no município de Tijucas, consideramos a realidade local, as características de cada comunidade bem como as propostas das áreas de conhecimento definidas na Base

Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) e na Proposta Curricular de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2019) descritas a seguir.

5.4 ÁRES DO CONHECIMENTO

5.4.1 Área de Linguagens

Segundo a BNCC (BRASIL, 2017), as atividades humanas realizam-se nas práticas sociais, mediadas por diferentes linguagens: verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e, contemporaneamente, digital. Por meio dessas práticas, as pessoas interagem consigo mesmas e com os outros, constituindo-se como sujeitos sociais. Nessas interações, estão imbricados conhecimentos, atitudes e valores culturais, morais e éticos. Na BNCC, a área de Linguagens é composta pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e língua inglesa.

A finalidade é possibilitar aos estudantes participar de práticas de linguagem diversificadas, que lhes permitam ampliar suas capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, como também seus conhecimentos sobre essas linguagens, em continuidade às experiências vividas na Educação Infantil.

Quadro 2 Área de Linguagens

Áreas do conhecimento	Componentes Curriculares	Unidades Temáticas	Competências e Habilidades.
Linguagens	Língua Portuguesa	- Alfabetização; - Leitura e escrita; - Oralidade; - Linguagem linguística/semi ótica; - Produção de texto; - Ortografização;	- Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais. - Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. - Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal,
	Arte	- Artes visuais; - Dança; - Música; - Teatro; - Artes Integradas; -	
	Educação Física	- Brincadeiras e jogos; - Esportes; - Ginásticas; - Danças; - Lutas; - Práticas corporais de aventura;	

	Língua Inglesa	<ul style="list-style-type: none"> - Interação discursiva; - Compreensão e produção oral; - Estratégias de leitura e escrita; - Estudo do léxico; - Gramática; - Práticas de leitura e construção de repertório lexical; - Estratégia de escrita: Pré- escrita; - Língua inglesa no cotidiano da sociedade brasileira e mundial; - Manifestações Culturais; 	<p>visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo. - Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas. - Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.

Fonte: Elaboração SME – BNCC (2020)

5.4.2 Área da Matemática

Na BNCC (BRASIL, 2017), o conhecimento matemático é necessário para todos os alunos da Educação Básica, seja por sua grande aplicação na sociedade contemporânea, seja pelas suas potencialidades na formação de cidadãos críticos, cientes de suas responsabilidades sociais. A Matemática não se restringe apenas à quantificação de fenômenos determinísticos – contagem, medição de objetos, grandezas – e das técnicas de cálculo com os números e com as grandezas, pois também estuda a incerteza proveniente de fenômenos de caráter aleatório. Esta área cria sistemas abstratos, que organizam e inter-relacionam fenômenos do espaço, do movimento, das formas e dos

números, associados ou não a fenômenos do mundo físico. Esses sistemas contêm ideias e objetos que são fundamentais para a compreensão de fenômenos, a construção de representações significativas e argumentações consistentes nos mais variados contextos.

Segundo a BNCC (BRASIL, 2017), o Ensino fundamental deve ter compromisso com o letramento matemático, definido como as competências e habilidades de raciocinar, representar, comunicar e argumentar matematicamente, de modo de favorecer o estabelecimento de conjecturas, a formulação e a resolução de problemas de uma variedade de contextos, utilizando conceitos, procedimentos, fatos e ferramentas matemáticas.

Quadro 3 Área de Matemática

Áreas do conhecimento	Componentes curriculares	Unidades Temáticas	Competências e habilidades
Matemática	Matemática	<ul style="list-style-type: none"> - Números; - Álgebra; - Geometria; -Grandezas e medidas; -Probabilidade e estatística. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho. - Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo. - Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções. - Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes. - Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e

			<p>de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados). - Desenvolver e/ou discutir projetos que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza. - Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos e na busca de soluções para problemas, de modo a identificar aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles
--	--	--	--

Fonte: Elaboração SME – BNCC (2020)

5.4.3 Área de Ciências da Natureza

De acordo com a BNCC (BRASIL, 2017), a sociedade contemporânea está fortemente organizada com base no desenvolvimento científico e tecnológico. Da metalurgia, que produziu ferramentas e armas, passando por máquinas e motores automatizados, até os atuais chips semicondutores, ciência e tecnologia vêm se desenvolvendo de forma integrada com os modos de vida que as diversas sociedades humanas organizaram ao longo da história. Portanto, ao longo do Ensino Fundamental, a área de Ciências da Natureza tem um compromisso com o desenvolvimento do letramento científico, que envolve a capacidade de compreender e interpretar o mundo (natural, social e tecnológico), mas também de transformá-lo com base nos aportes teóricos e processuais das ciências. (BRASIL, 2017).

Quadro 4 Área de Ciências da Natureza

Área do conhecimento	Componentes Curriculares	Unidade Temática	Competências e habilidades.
Ciências da Natureza	Ciências	<ul style="list-style-type: none"> - Matéria e energia; - Vida e evolução; - Terra e Universo; 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano, e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico. - Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de modo a sentir segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. - Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), como também as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas, buscar respostas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das Ciências da Natureza. - Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho. - Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza. - Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza de forma crítica, significativa, reflexiva e ética. - Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos

			<p>conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias.</p> <p>- Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.</p>
--	--	--	---

Fonte: Elaboração SME – BNCC (2020)

5.4.4 Área de Ciências Humanas

Para a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), a área de Ciências Humanas contribui para que os alunos desenvolvam a cognição *in situ*, ou seja, sem prescindir da contextualização marcada pelas noções de tempo e espaço, conceitos fundamentais da área. Cognição e contexto são, assim, categorias elaboradas conjuntamente, em meio a circunstâncias históricas específicas, nas quais a diversidade humana deve ganhar especial destaque, com vistas ao acolhimento da diferença. O raciocínio espaço-temporal baseia-se na ideia de que o ser humano produz o espaço em que vive, apropriando-se dele em determinada circunstância histórica.

Segundo o documento, a capacidade de identificação dessa circunstância impõe-se como condição para que o ser humano compreenda, interprete e avalie os significados das ações realizadas no passado ou no presente, o que o torna responsável tanto pelo saber produzido quanto pelo controle dos fenômenos naturais e históricos dos quais é agente. A abordagem das relações espaciais e o consequente desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal no ensino de Ciências Humanas devem favorecer a compreensão, pelos alunos, dos tempos sociais e da natureza e de suas relações com os espaços.

A exploração das noções de espaço e tempo deve se dar por meio de diferentes linguagens, de forma a permitir que os alunos se tornem produtores e leitores de mapas dos mais variados lugares vividos, concebidos e percebidos. Na análise geográfica, os espaços percebidos, concebidos e vividos não são lineares. Portanto, é necessário romper com essa concepção para possibilitar uma leitura geo-histórica dos fatos e uma análise com abordagens históricas, sociológicas e espaciais (geográficas) simultâneas.

No decorrer do Ensino Fundamental, os procedimentos de investigação em Ciências Humanas devem contribuir para que os alunos desenvolvam a capacidade de

observação de diferentes indivíduos, situações e objetos que trazem à tona dinâmicas sociais em razão de sua própria natureza (tecnológica, morfológica, funcional). A Geografia e a História, ao longo dessa etapa, trabalham o reconhecimento do Eu e o sentimento de pertencimento dos alunos à vida da família e da comunidade.(BRASIL, 2017).

Quadro 5 Ciências Humanas

Área de conhecimento	Componentes Curriculares	Unidades Temáticas	Competência de habilidades
Ciências Humanas	Geografia História	<ul style="list-style-type: none"> - O sujeito e seu lugar no mundo. - Conexões e escalas. - Mundo do Trabalho. - Formas de representação e pensamento espacial. - Natureza, ambientes e qualidade de vida. - Identificação. - Comparação. - Contextualização. - Interpretação. - Análise. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos. - Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico científico -informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo. - Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de modo a participar efetivamente das dinâmicas da vida social. - Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. - Comparar eventos ocorridos simultaneamente no mesmo espaço e em espaços variados, e eventos ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço e em espaços variados. - Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. - Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento do

			raciocínio espaço-temporal relacionado a localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão.
--	--	--	---

Fonte: Elaboração SME – BNCC (2020)

5.4.5 Área Ensino Religioso

A BNCC (BRASIL, 2017) propõe que, ao longo da história da educação brasileira, o Ensino Religioso assumiu diferentes perspectivas teórico-metodológicas, geralmente de viés confessional ou interconfessional. A partir da década de 1980, as transformações socioculturais que provocaram mudanças paradigmáticas no campo educacional também impactaram no Ensino Religioso. Em função dos promulgados ideais de democracia, inclusão social e educação integral, vários setores da sociedade civil passaram a reivindicar a abordagem do conhecimento religioso e o reconhecimento da diversidade religiosa no âmbito dos currículos escolares.

A Constituição Federal de 1988 (artigo 210) e a LDB nº 9.394/1996 (artigo 33, alterado pela Lei nº 9.475/1997) estabeleceram os princípios e os fundamentos que devem alicerçar epistemologias e pedagogias do Ensino Religioso, cuja função educacional, enquanto parte integrante da formação básica do cidadão, é assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa, sem proselitismos. Mais tarde, a Resolução CNE/CEB nº 04/2010 e a Resolução CNE/CEB nº 07/2010 reconheceram o Ensino Religioso como uma das cinco áreas de conhecimento do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos⁵¹. Estabelecido como componente curricular de oferta obrigatória nas escolas públicas de Ensino Fundamental, com matrícula facultativa, em diferentes regiões do país, foram elaborados propostas curriculares, cursos de formação inicial e continuada e materiais didático-pedagógicos que contribuíram para a construção da área do Ensino Religioso, cujas natureza e finalidades pedagógicas são distintas da confessionalidade.

De acordo com a BNCC (BRASIL, 2017), no Ensino Fundamental, o Ensino Religioso adota a pesquisa e o diálogo como princípios mediadores e articuladores dos processos de observação, identificação, análise, apropriação e ressignificação de saberes, visando o desenvolvimento de competências específicas. Dessa maneira, busca problematizar representações sociais preconceituosas sobre o outro, com o intuito de combater a intolerância, a discriminação e a exclusão.

Quadro 6 Área de Ensino Religioso

Áreas de conhecimento	Componentes Curriculares	Unidades Temáticas	Competências e habilidades.
Ensino Religioso	Ensino Religioso	<ul style="list-style-type: none"> - Identidades e alteridades; - Manifestações Religiosas; - Crenças religiosas e filosofias de vida. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos. - Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios. - Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida. - Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver. - Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente. - Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

Fonte: Elaboração SME – BNCC (2020)

5.5 PLANEJAMENTO

Para a Secretaria Municipal de Educação o planejamento é um processo que deve ser contínuo, englobar operações interdependentes e estar sujeito a revisões e modificações, uma vez que as condições podem ser alteradas, obstáculos revelados e interpretações modificadas (MARTINS 2010). Ademais, o planejamento é um processo político, pois envolve decisões e negociações acerca de escolhas de objetivos e caminhos para concretizá-los. (BRASIL, 2014).

O ato de planejar está associado à organização de uma determinada ação. No âmbito das atividades escolares o planejamento é fundamental para o desenvolvimento

do processo de ensino-aprendizagem e para o bom andamento dos trabalhos docente, pois é imprescindível para orientar a ação educativa de acordo com as necessidades e possibilidades de cada segmento.

O planejamento não se restringe ao programa de conteúdo a ser ministrado em cada disciplina. Ele vai muito além. Está inserido dentro do plano global da escola, que inclui o papel social, as metas e seus objetivos.

Planejar o processo educativo significa, portanto, organizar, racionalizar e coordenar a ação docente visando à articulação entre os programas curriculares, a prática da sala de aula e as problemáticas inerentes ao contexto social e cultural onde cada instituição está inserida. Nesse sentido, quanto maior a clareza do docente no que diz respeito ao conceito de planejamento e ao ato de planejar propriamente dito, maior liberdade e autonomia serão aplicadas no processo de ensino e aprendizagem. Logo, a tarefa de ensinar não pode ser concebida como um processo cujos resultados estão definidos e podem ser pré-determinados como produto de uma ação mecanizada, pois a sala de aula constitui-se como espaço privilegiado de negociação, formação do pensamento crítico e de produção de novos sentidos ao conhecimento formal a partir de situações de aprendizagem previamente planejadas.

O planejamento é um instrumento que auxilia a prática pedagógica do educador e que permite a ele uma organização metodológica do conteúdo a ser desenvolvido em sala de aula. Segundo Oliveira (2007, p.21) o ato de planejar exige aspectos básicos a serem considerados. Um deles se refere ao conhecimento da realidade daquilo que se deseja planejar e quais as principais necessidades que precisam ser trabalhadas.

A revisão do Planejamento de Ensino da Rede Municipal de Ensino acontece sempre que houver necessidade. O planejamento Anual é realizado com todos os professores, equipe técnica pedagógica das Unidades Escolares e da SME.

5.6 AS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS

Nos últimos anos muitas reformas têm acontecido em relação à educação e aos estabelecimentos promotores desta, principalmente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Inovações que favorecem o desenvolvimento educacional, mas também, que quebra alguns direitos fundamentais, como a nucleação escolar visando a redução de custos para o município.

Claro que, a princípio se tinha esta nucleação como algo favorável e uma forma de se oferecer melhores oportunidades a todos. Entretanto, refletindo mais atentamente sobre esta reforma é notório a perda destas crianças, que são retiradas do ambiente comunitário e familiar, trazendo prejuízos na própria construção da identidade cultural local, bem como infligindo aspectos legais.

Neste sentido, refletindo-se sobre as escolas do/no campo como direito infanto-juvenil, em consonância com os princípios constitucionais pertinentes e com as garantias básicas do Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere ao direito de acesso à escola pública gratuita, próximo de sua residência, o município de Tijucas busca fortalecer esta modalidade de ensino.

A luta pela escola de qualidade no/do campo iniciou com os movimentos sociais de reforma agrária, que reivindica condições favoráveis para a aprendizagem e as mesmas oportunidades oferecidas nas escolas da área urbana. É importante valorizar e respeitar as escolas no/do campo, com classes multisseriadas aproveitando-se a heterogeneidade para o desenvolvimento pessoal e inter-relacional, haja visto que as diretrizes educacionais de Tijucas se fundamentam na concepção sócio-interacionista.

Reflexões em torno da necessidade de se trazer a comunidade para dentro do espaço escolar; do direito do estudante ter escola próxima de sua residência; da importância de se perceber as classes multisseriadas como uma opção pedagógica de qualidade e, não, como precariedade; do favorecimento do despertar da sensibilidade e da solidariedade, pois as escolas do/no campo são essencialmente humanizadoras e favorável à educação para a sustentabilidade são aspectos relevantes a ser discutidos, dentro e fora das escolas. “Devemos ver a escola no/do campo como espaço de desenvolvimento do campo e da vida viva!” Proposta Curricular do Município de Tijucas- 2014.

É grande a relevância das escolas no/do campo como ponto de referência para a comunidade e a concretização e representação do poder público para esta. Estas escolas são os elos entre a comunidade e o poder público. A relação campo/cidade e sua interdependência são aspectos que devem ser apresentados e discutidos no cotidiano escolar das escolas no/do campo do município de Tijucas, contribuindo para a formação do cidadão comprometido com o meio, mas também, com o seu próprio desenvolvimento.

É preciso valorizar as salas de aulas heterogêneas e aproveitar a potencialidade oferecida por esta modalidade diferenciada de ensino-aprendizagem. Um tipo de ensino

valorizado na Europa e defendida por profissionais ilustres como Prof. Miguel Gonzales Arroio (UFMG) e do Prof. Antônio Munarim (UFSC).

A valorização das Escolas do Campo tem avançado no município de Tijucas que conta, desde 2012, com a presença de uma coordenação específica, buscando atender as necessidades peculiares destas escolas e fortalecendo o entendimento pedagógico e social das mesmas. As escolas, outrora denominadas isoladas, hoje fazem parte ativa do processo gestacional das diretrizes educacionais no município, pensando um currículo possível.

Entretanto, para se pensar o currículo, entender que este é um processo educativo tem como primazia o bom desempenho dos educandos no mundo imediato, favorecendo a compreensão e a inserção social. Neste sentido, a escola do campo precisa ser pensada com suas especificidades. Mas, sem deixar a desejar em relação aos conteúdos e projetos articulados nas escolas urbanas.

5.7 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Acontece através de um termo de compromisso com o Estado. O Município assume algumas obrigações, dentre elas a cedência, de gestor, secretária, um agente de serviço gerais e a estrutura física.

Os professores são contratados por processo seletivo ofertado através da Secretaria Estadual de Educação -SED.

5.8 AVALIAÇÃO

Segundo Luckesi (2011) “o ato de avaliar a aprendizagem na escola é um meio de tornar os atos de ensinar e aprender produtivos e satisfatórios”. Assim não podemos desvincular a avaliação do aluno do processo de ensino do professor. Isso não quer dizer que se o aluno não aprendeu, o professor não ensinou adequadamente. O processo de ensino/aprendizagem é muito mais complexo que isso. A avaliação como instrumento a serviço da aprendizagem do aluno deve contribuir para a análise e para a decisão de quais ações pedagógicas deverão ser tomadas durante o processo de ensino.

A Rede de Ensino tratará a avaliação discente nos termos elencados abaixo:

- O período letivo terá 04 (quatro) bimestres onde estarão registrados em boletins, expedidos pela Unidade Escolar aos alunos, as médias das verificações de

rendimento do aluno nas disciplinas em que a matriz curricular determinar para o trabalho junto a cada série/ano do ensino fundamental;

- Os alunos devidamente matriculados, em qualquer uma das séries/ano do ensino fundamental, terão direito a prestar Exame Final em todas as disciplinas que não alcançarem a soma anual de 28 pontos, ou seja, média 7,0 (sete) em cada bimestre, por disciplina;
- Após o Exame Final a média para aprovação, deverá somar 5,0 (cinco), a partir da fórmula abaixo:

$$(M.A \times 7) + (EXAME \times 3) = 5,0 \text{ (CINCO)}$$

10

5.9 CONSELHO DE CLASSE/PARADA PEDAGÓGICA

Na ânsia de retomar o real sentido dos Conselhos de Classe nas escolas, é que propomos uma organização que privilegie, reflexões sobre a prática na sala de aula, no processo ensino aprendizagem e nas relações entre o trabalho pedagógico, família e comunidade. Muito mais do que saber das notas e fracassos dos educandos, nosso objetivo é enfrentar nossas responsabilidades na promoção de mudanças no cumprimento da função social da escola.

Os Conselhos de Classe (Parada Pedagógica) são realizados Bimestralmente. Anterior aos Conselhos de Classe é realizado um Pré-Conselho com todas as turmas com o objetivo de elencar eventuais dificuldades de aprendizagem, notas, frequência, comportamento e indicadores para melhorias no trabalho conforme Sistema Municipal de Ensino

6 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008).

A Educação Inclusiva vem sendo muito discutida e criticada, encontrando barreiras, rejeições e falta de conhecimentos, que geram conflitos não fundamentados no contexto escolar. Ao reconhecer as dificuldades enfrentadas no sistema de ensino, evidenciam a necessidade de confrontar práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las.

Este documento tem como objetivo garantir o processo de inclusão, elucidando as questões legais, mal interpretadas e desconhecidas que impedem a reflexão e o desenvolvimento dos debates sobre os rumos da Educação Especial do Município de Tijuca.

Na perspectiva da educação inclusiva a Secretaria Municipal de Educação identifica o Projeto Político como um compromisso legal, disponibilizando documentos legais, conceitos e procedimentos fundamentais para a inclusão educacional.

6.1 MARCOS HISTÓRICOS E NORMATIVOS

O direito à educação está estabelecido na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, sendo um dever do Estado e da família promovê-la. A finalidade da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho. Contudo, o direito ao ensino deve ser dado a todos, não somente a alguns segmentos da sociedade.

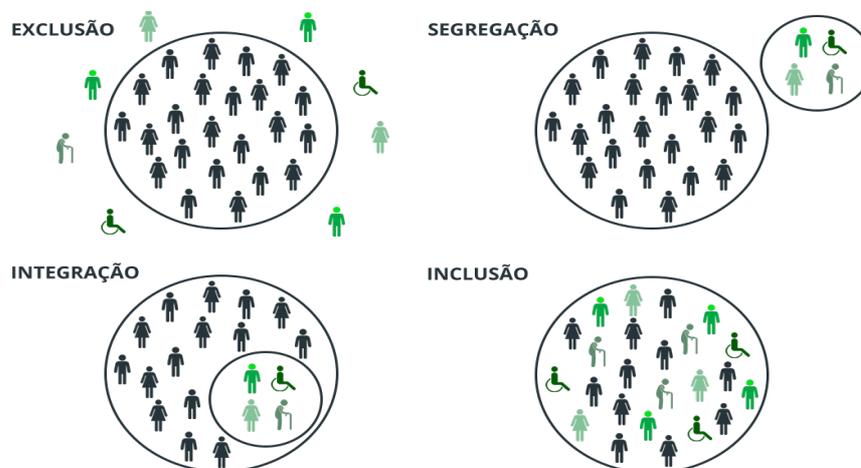
A História vivida pelas Pessoas com Deficiência (PcD) reflete os diferentes paradigmas nas relações da sociedade frente a população que se diferencia dos parâmetros normativos. Foram estes:

- ✓ **Exclusão:** refere ao período em que sociedade se isentou de qualquer responsabilidade para com a pessoa com deficiência;

- ✓ **Segregação:** pessoas com deficiência em instituições residenciais ou escolas especiais com fins, também, de proteger a sociedade do que era considerado diferente;
- ✓ **Integração:** inicialmente significou capacitar, habilitar ou reabilitar a pessoa com deficiência para torná-la capaz de participar de forma natural da sociedade especialmente da escola, o que fez com que as instituições passassem a oferecer serviços que possibilitassem aos deficientes maior acesso e condições de vivenciar seu cotidiano através das atividades oferecidas;
- ✓ **Inclusão:** requer mudança de comportamento de todo estado social devendo este se mobilizar para atender as necessidades particulares de cada um e não mais esperar que o indivíduo se molde aos modelos adotados pela sociedade.

Em diferentes momentos históricos revelam as diferentes práticas para se relacionar com esse público. Em cada um desses processos sócio históricos, decorre uma concepção de homem, sociedade e conhecimento que determinam a natureza e a abrangência das políticas de atendimento a essa parcela da população. Estes paradigmas, podem ser melhor visualizados na figura abaixo;

Figura 2 Paradigmas vivenciados pelas Pessoas com Deficiência na sociedade.



Fonte: Medium (2019)

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência começou na época do Império. Nesse período duas instituições foram criadas: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. Vários movimentos então começam a se organizar e pressionar para que as pessoas com deficiências tenham seus direitos respeitados e garantidos.

Segundo os estudiosos desta temática é na década de 70 que a história da educação inclusiva no Brasil começa a ter visibilidade quando algumas escolas passam a aceitar alunos com deficiência, desde que eles conseguissem se adequar ao plano de ensino da instituição.

Na década de 90 intensificaram-se as discussões referentes à educação das pessoas com deficiência e os debates começaram a adquirir consistência, frente às políticas anteriores caracterizadas pela descontinuidade e pelo fato de sempre assumirem uma dimensão secundária na educação. A integração das pessoas com deficiência nos espaços comuns não é suficiente, surgem várias propostas de inclusão.

No Brasil, o aparelho jurídico precursor na legitimação da voz dos movimentos sociais pela inclusão educacional é a Constituição Federal de 1988 na qual especifica que o Atendimento Educacional Especializado aos estudantes com deficiência deverá ocorrer, preferencialmente, na rede comum de ensino.

Documentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), Declaração de Salamanca (1994) e a Declaração de Guatemala em 1999, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Esse Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação adotada para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização (BRASIL, 2010, p.13). Estes documentos passam a influenciar a formulação das políticas públicas com vistas para uma educação inclusiva e exige da sociedade uma nova postura frente a este alunado.

No ano de 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, reafirmado pela Agenda Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência, tendo como

eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos e a formação docente para o atendimento educacional especializado. O Decreto nº 6.094/2007 implementa o Plano de Metas e estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino comum e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas. (BRASIL, 2010, p.16).

As conquistas dos movimentos em favor da inclusão escolar, contrários à discriminação, preconceitos, foram contemplados na atual concepção da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), sendo sua finalidade incluir os alunos em ambientes comuns de escolarização, efetivando seu direito à educação e modificando os sistemas de ensino em sistemas inclusivos. O desenvolvimento de estudos no campo da educação, a consolidação dessas legislações e as práticas pedagógicas e de gestão, são propulsoras desse processo de reestruturação do ensino comum e especial na construção de um sistema educacional inclusivo.

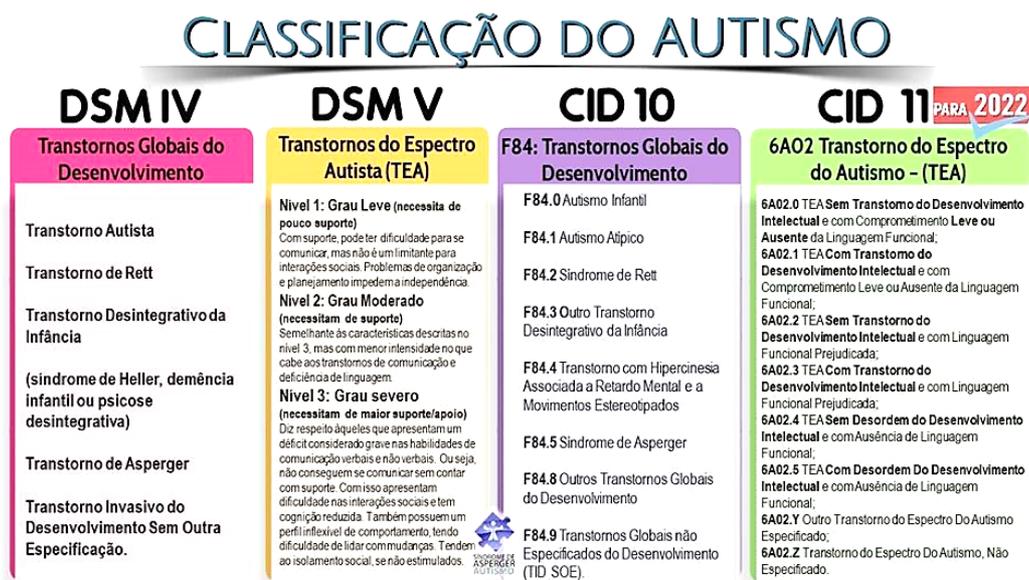
Os documentos aqui mencionados desenvolveram-se em face das Políticas Educacionais e legislações delas decorrentes, as quais passaram a dirigir a Educação Especial a partir dos anos 2000 quando se intensificaram as iniciativas mais efetivas no movimento da inclusão escolar. Em 9 de janeiro de 2001, quando o Plano Nacional de Educação foi aprovado pelo Congresso Nacional, por meio da Lei nº 10.172, determinou-se o prazo de até dez anos para os governos federais, estaduais e municipais desenvolverem planos para cumprir objetivos relacionados à área de educação, incluindo a Educação Especial. Na ocasião, observou-se um direcionamento mais efetivo da política de educação inclusiva no Brasil e enfatizou-se a Educação Especial como uma modalidade transversal a todos os níveis de ensino, diretriz já definida na LDB (LEI 9.394/96).

Em referência ao Plano Nacional de Educação (2001-2011) e das demais legislações aprovadas no período, com destaque para os compromissos assumidos pelo governo brasileiro na Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas, assinada em Nova Iorque em 2007. Em 2008 foi aprovada a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, por meio do Decreto nº 6.571/2008 (revogado pelo Decreto nº 7.611/11). Essa política determinou o papel da Educação Especial de promover, de maneira articulada com o ensino comum, o atendimento às necessidades específicas dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e

instituiu o Atendimento Educacional Especializado – AEE bem como os profissionais responsáveis por esse atendimento.

Observamos que o termo “transtorno global do desenvolvimento” foi alterado para “transtorno do espectro autista” com a publicação do DSM-5. Porém, o termo transtorno global do desenvolvimento (TGD) ainda consta na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Considerando que na referida política ainda permanece o termo Transtorno Global do Desenvolvimento (CID 10), optou-se, preferencialmente, pelo uso do termo Transtorno do Espectro Autista (CID 11 e DSM-5) no decorrer deste documento, mas em caso de referenciais legais também se fará presente o termo anterior. A seguir, a figura para elucidar a informação;

Imagem 3 Novas nomenclaturas e classificação do Autismo conforme atualização do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais- DSM V e Classificação Internacional de Doenças - CID 11.



Fonte: Site - Asperger - TEA

A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução. A partir desta Lei, a pessoa com transtorno do espectro autista passou a ser considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

As reuniões da Conferência Nacional de Educação (CONAE/2010) também apresentaram, na pauta, discussões acerca da educação inclusiva e, no seu documento

final, foi determinada a inclusão escolar do público da Educação Especial. Como produto desse processo - CONAE, aprovou-se, em 2014, o novo Plano Nacional de Educação, LEI nº 13.005/14, resultado das discussões em todo o Brasil que, na sua meta 4, reforça a necessidade de:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014a, p. 03).

Em 2015 através da Lei no 13.146, é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), marco regulatório destinado a assegurar as condições de igualdade de direitos da pessoa com deficiência em todos os âmbitos da sua vida, visando tanto a inclusão social quanto a sua cidadania. Para garantir o “direito a ter direito”, consolidam-se princípios e diretrizes que pormenorizam as regras que deverão ser observadas e asseguradas a todas as pessoas.

O documento apresenta uma perspectiva baseada no modelo social de direitos humanos, tendo o ambiente, significativa influência na liberdade da pessoa com limitação funcional, podendo esta ser agravada pelo seu entorno. Considera também a deficiência resultante de uma equação cujas variáveis podem ser influenciadas pela presença de barreiras arquitetônicas, de comunicação e atitudinais, ainda, reconhece as pessoas com deficiência como titulares de direitos e dignidade humana exigindo papel ativo do Estado, da sociedade e da própria pessoa com deficiência.

A LBI também dispõe, em seu art. 3º conteúdos relevantes e operacionais que ajudam a esclarecer os conceitos e a importância do olhar a acessibilidade como se pode verificar:

- ✓ **I - acessibilidade:** possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- ✓ **II - desenho universal:** concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;
- ✓ **III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica:** produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência

- ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;
- ✓ **IV - barreiras:** qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:
 - a) barreiras urbanísticas:** as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
 - b) barreiras arquitetônicas:** as existentes nos edifícios públicos e privados;
 - c) barreiras nos transportes:** as existentes nos sistemas e meios de transportes;
 - d) barreiras nas comunicações e na informação:** qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
 - e) barreiras atitudinais:** atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
 - f) barreiras tecnológicas:** as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;
 - ✓ **V - comunicação:** forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações;
 - ✓ **VI - adaptações razoáveis:** adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;
 - ✓ **VII - elemento de urbanização:** quaisquer componentes de obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamento para esgotos, distribuição de energia elétrica e de gás, iluminação pública, serviços de comunicação, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;
 - ✓ **VIII - mobiliário urbano:** conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação, de forma que sua modificação ou seu traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;
 - ✓ **IX - pessoa com mobilidade reduzida:** aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso;
 - ✓ **X - residências inclusivas:** unidades de oferta do Serviço de Acolhimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas) localizadas em áreas residenciais da

comunidade, com estruturas adequadas, que possam contar com apoio psicossocial para o atendimento das necessidades da pessoa acolhida, destinadas a jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, que não dispõem de condições de auto sustentabilidade e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos;

- ✓ **XI - moradia para a vida independente da pessoa com deficiência:** moradia com estruturas adequadas capazes de proporcionar serviços de apoio coletivos e individualizados que respeitem e ampliem o grau de autonomia de jovens e adultos com deficiência;
- ✓ **XII - atendente pessoal:** pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;
- ✓ **XIII - profissional de apoio escolar:** pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;
- ✓ **XIV - acompanhante:** aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.

Reforça, ainda, em seu Capítulo IV – do Direito a educação sobre o dever do Estado, da família e da comunidade escolar e da sociedade assegurar a educação de qualidade, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

A referida Lei também afirma que: “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (BRASIL, 2015, p. 03). E deixa explícito o entendimento sobre o termo discriminação:

Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (BRASIL, 2015, p.03).

A Base Nacional Curricular Comum- BNCC Traz a concepção de Educação Especial como uma garantia de qualidade à educação para diferentes grupos sociais (MOREIRA, 2010). Para Ferreira (2015), o desafio está sim em torná-la acessível a todos os educadores e gestores, implicando numa abordagem curricular que transcende o caráter conteudista disciplinar e abrange a prática pedagógica do docente, respondendo às diferenças individuais. Esse novo currículo comum de base nacional deve enfatizar o reconhecimento da diversidade humana presente no sistema de ensino brasileiro e uma abordagem curricular inclusiva, voltada ao atendimento de estudantes com deficiências,

transtorno do espectro autista- TEA e altas habilidades/superdotação. Nesse sentido, nas duas versões da BNCC há uma preocupação que esses estudantes estejam contemplados, em respeito ao que está estabelecido no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e nas convenções internacionais nas quais o Brasil é signatário. A garantia do acesso à escola regular é uma premissa básica do sistema educacional brasileiro, crianças, jovens e adultos com deficiência devem estar matriculados na sala de aula comum tendo acesso ao currículo escolar e no contra turno receber o Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme prever a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.394/1996.

A Educação Especial na perspectiva inclusiva contempla a identificação e a eliminação das barreiras, principalmente as de acesso aos conhecimentos, deslocando o foco da condição de deficiência de estudantes para a organização e a promoção da acessibilidade aos ambientes escolares (arquitetônica) e à comunicação (oral, escrita, sinalizada, digital), em todos os níveis, etapas e modalidades, visando a autonomia e a independência dos educandos. A educação especial integra a educação regular, devendo ser prevista no Projeto Político Pedagógico para a garantia da oferta do AEE aos educandos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação [...] (MEC, 2016, p. 36).

Assim, embasada nos documentos legais, fundamentados na Constituição Federal do Brasil de 1988 que, a partir de princípios de cidadania, respeito e valorização da diferença trouxe como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Art.3º); a educação como um direito de todos, garantia do pleno desenvolvimento da pessoa e o exercício da cidadania (Art. 205); a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (Art. 206), e a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino como um dos princípios para o ensino (Art. 208), que a Secretaria Municipal de Educação passa se preocupar com o atendimento dos educandos com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino do município de Tijuca.

Nesta perspectiva iniciou-se no ano de 2011, o processo de efetivação dos direitos preconizados nas legislações vigentes junto a Secretaria Municipal de Educação. A organização se deu num primeiro momento com a criação do cargo da Coordenação de Educação Especial e a criação dos cargos de Professor Auxiliar e Professor Especial. Implantou-se uma Sala de Recursos Multifuncional no ano de 2012 na Escola de Ensino

Fundamental Professora Ondina Maria Dias, dando início ao serviço do Atendimento Educacional Especializado;

Criou-se por meio da Lei 03/2010 a função de Professor Auxiliar e Professor Especial. Já em 2017 foi criado o cargo de Auxiliar de Vida Escolar e Intérprete de Libras pela aprovação da Lei 48/2017.

Atualmente encontra-se em processo de instituição, o Centro Municipal Multidisciplinar que contará com serviços diversos para atender aos educandos público alvo da educação especial (deficiências, transtorno do espectro autista e altas habilidades superdotação) e inclusiva (no que tange aos educandos com transtornos específicos de aprendizagens).

6.2 ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE MUNICIPAL DE TIJUCAS

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) vem reafirmar o direito de todos os alunos à educação no ensino regular, objetivando combater o paralelismo da Educação Especial ao ensino comum, sendo essa instituída como uma modalidade de ensino

Este documento define a Educação Especial como sendo:

[...] uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p.10).

A educação Inclusiva, fundamentada em princípios filosóficos, políticos e legais dos direitos humanos, compreende a mudança de concepção pedagógica, de formação docente e de gestão educacional para a efetivação do direito de todos à educação, transformando as estruturas educacionais que reforçam a oposição entre o ensino comum e especial e a organização de espaços segregados para alunos público alvo da educação especial. Nesse contexto, o desenvolvimento inclusivo das escolas assume a centralidade das políticas públicas para assegurar as condições de acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos nas escolas regulares, em igualdade de condições.

Atualmente, a Rede Municipal de Ensino de Tijuca no que diz respeito ao Atendimento Educacional Especializado – AEE conta com uma sala de recurso multifuncional (polo) que funciona na Escola de Ensino Fundamental Professora Ondina Maria Dias.

Está previsto para ano de 2021 a abertura de três novas salas de recursos multifuncionais e a criação de um Centro multidisciplinar para atender as demandas do município no que se refere ao público que não se encaixa como alvo da Política de Educação Especial, mas precisa de atendimentos específicos que venham contribuir para o seu processo de aprendizagem. As salas de recursos multifuncionais funcionarão respectivamente na Escola de Ensino Fundamental Walter Vicente Gomes, Escola de Ensino Fundamental Santa Terezinha.

Também contaremos com o serviço de um profissional de Atendimento Educacional Especializado - AEE itinerante que fará assessoria nos Centros de Educação Infantil, identificando precocemente alunos com atraso no desenvolvimento e assim, orientar os profissionais e a família corretamente quantos aos encaminhamentos para os serviços.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

A inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de intervenção precoce que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social. (BRASIL, 2008, p.16).

Considerando a orientação do Documento, a Rede Municipal de Tijuca pretende ampliar a oferta do AEE na Educação Infantil fortalecendo parcerias e estabelecendo outras que se fizerem necessário, com base na Nota Técnica Conjunta A Nº 02 / 2015 / MEC / SECADI / DPEE que trata sobre as orientações para a organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil.

6.2.1 Coordenação de Educação Especial

Conforme legislação vigente a Secretaria Municipal de Educação de Tijuca aplica a Resolução CNE/CEB Nº 2, DE 11 de setembro de 2001, que Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e dispõe em seu Art 3º, Parágrafo Único, o seguinte: os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e

financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva. Desse modo, estabelece em seu organograma, a função de Coordenação de Educação Especial.

6.2.1.3 Atribuições do Professor de Atendimento Educacional Especializado e do Professor Especial

Para atuar no atendimento educacional especializado, o professor deve ter formação inicial que o habilite para exercício da docência e formação específica na educação especial. O professor da Educação Especial tem como função realizar esse atendimento de forma complementar ou suplementar à escolarização, considerando as habilidades e as necessidades específicas dos alunos público alvo da educação especial.

Segundo a Lei nº 41/2015 que dispõe sobre a organização do magistério público municipal de Tijuca. As atribuições do profissional de atendimento educacional especializado são as seguintes:

- I. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos estudantes público-alvo da Educação Especial;
- II. Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidades;
- III. Elaborar planos de ação para eliminar as barreiras impostas pelas deficiências;
- IV. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos estudantes na sala de recursos multifuncionais definindo cronograma e a carga horária individual ou em grupo;
- V. Programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- VI. Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VII. Produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis e indicar a aquisição de: softwares, recursos e equipamentos tecnológicos, mobiliário, recursos ópticos e não ópticos, dicionários e outros materiais que considerar necessário para o desempenho da habilidade dos estudantes;
- VIII. Elaborar e executar o Plano de AEE, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos educacionais e de acessibilidade;
- IX. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum e com os demais profissionais da escola;
- X. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo estudante e dar conhecimento à família da proposta do AEE e do desempenho do estudante;
- XI. Organizar o tipo e o número de atendimentos educacional para os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

- XII. Ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo autonomia e participação;
- XIII. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos estudantes nas atividades escolares.
- XIV. Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e das atividades de formação continuada organizadas pela Escola e/ou Secretaria Municipal de Educação;
- XV. Organizar e manter atualizados os registros de avaliação do estudante; 16. Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis aos fins educacionais e ao processo de ensino e de aprendizagem;
- XVI. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula do ensino regular, bem como a outros ambientes da escola;
- XVII. Participar dos Conselhos de Classe, reuniões de professores, reuniões de pais da escola e outras atividades pedagógicas da UE;
- XVIII. Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços de saúde, assistência social e outros;
- XIX. Encaminhar os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação para realização de avaliações clínicas ou com equipes multidisciplinares, quando necessário;
- XX. Elaborar relatório anual das atividades realizadas no AEE, com critérios definidos pela Supervisão de Educação Especial;
- XXI. Atualizar-se em sua área de conhecimento/atuação;
- XXII. Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;
- XXIII. Cumprir com as demais atribuições inerentes ao seu cargo.

6.2.1.4 Atribuições do Professor Auxiliar

Este profissional tem por atribuições, as descritas a seguir:

- I. participar da elaboração dos projetos pedagógicos, sugerindo objetivos gerais e específicos, propostas pedagógicas, definindo metodologias, estratégias de ensino, entre outros, de modo a cumprir com a legislação vigente, definindo um projeto atrativo e aplicável a unidade de ensino;
- II. acompanhar a elaboração e o cumprimento do plano de trabalho segundo o projeto pedagógico da escola;
- III. zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV. auxiliar na preparação das aulas, definindo metodologias de ensino, criando atividades de acordo com o conteúdo e objetivos, pesquisando, analisando e selecionando material didático e para-didático, dentro da legislação educacional vigente;
- V. ministrar aulas e auxiliá-las, relacionando os conteúdos às diversidades pessoais e regionais dos alunos, bem como orientar os alunos no processo de construção da leitura, escrita, conceitos de ciências naturais, noções de tempo e espaço, atividades artísticas, corporais, entre outras, de acordo com a legislação educacional vigente;

- VI. cumprir os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VII. efetuar registros burocráticos pedagógicos, preenchendo em formulários específicos dados acerca dos conteúdos e atividades ministradas, ocorrências diversas, frequência do aluno, resultado do processo de ensino-aprendizagem, conceitos, notas, entre outros, conforme normas e padrões preestabelecidos;
- VIII. auxiliar o planejamento do curso de acordo com as diretrizes educacionais, estabelecendo conteúdos mínimos por série, atividades periódicas, cronograma, estratégias, entre outros a fim de ajustar o mesmo com o projeto pedagógico;
- IX. auxiliar a definição dos critérios e avaliar os alunos, acompanhando o trabalho diário, aplicando instrumentos diversos de avaliação, refletindo sobre aspectos qualitativos e quantitativos, participando de reuniões de conselho de classe, corrigindo trabalhos, a fim de poder acompanhar as etapas do desenvolvimento perceptivo-motor dos mesmos;
- X. organizar eventos e/ou atividades sociais, culturais e pedagógicas, traçando os objetivos do evento, preparando roteiros e instrumentos para registro, instruindo os alunos a participar, bem como solicitando autorização da direção da escola para a realização do mesmo;
- XI. auxiliar a elaboração e executar a programação referente à regência de classe e atividades afins, através de pesquisas e plano de ação, de modo a atender as normas preestabelecidas;
- XII. manter atualizado no diário de classe, os registros escolares relativos às suas atividades específicas, bem como as ocorrências e ou informações prestadas aos pais e à Coordenação Pedagógica e Direção;
- XIII. participar de cursos encontros, seminários, com a finalidade de promover a contínua formação e o aperfeiçoamento profissional, bem como de Conselhos de Classe, Reuniões Pedagógicas, entre outros;
- XIV. participar dos processos de eleição desencadeados na unidade escolar, conselhos de classe, bem como realizar atividades relacionadas com serviço de apoio técnico;
- XV. manter permanentemente contato com pais e alunos, juntamente com a coordenação, de modo a mantê-los informados quanto ao desempenho do aluno; planejar e implementar a recuperação paralela garantindo ao aluno novas oportunidades de aprendizagem estabelecendo estratégias de recuperação dos alunos de menor rendimento;
- XVI. conhecer e respeitar as leis constitucionais da Educação e as normas da unidade escolar, com o intuito de cumprir com a legislação vigente;
- XVII. zelar pelo cumprimento dos princípios de ética profissional, tanto nos aspectos referentes à intimidade e privacidade dos usuários e profissionais, quanto no que se refere aos seus outros direitos inalienáveis;
- XVIII. representar, quando designado, o órgão municipal em que estiver lotado;
- XIX. realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional;
- XX. elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;
- XXI. ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;

- XXII. participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município;
- XXIII. exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

6.2.1.5 Atribuições do Auxiliar de Vida Escolar (AVE)

Este profissional tem por atribuições, as descritas a seguir:

- I. receber o aluno na escola, acompanhá-lo até a sala de aula e, ao término das atividades, conduzi-lo até o portão da escola, dentro do seu horário de trabalho;
- II. auxiliar nas atividades de higiene, troca de vestuário e/ou fraldas/absorventes, higiene bucal durante o período em que o aluno permanecer na escola, inclusive nas atividades extracurriculares;
- III. administrar medicamentos para o aluno, mediante a apresentação da cópia da receita médica e com a ciência da equipe gestora da escola;
- IV. acompanhar o aluno no horário do intervalo, até o local apropriado para a alimentação, auxiliá-lo durante e após a refeição e/ou deglutição, realizar sua higiene encaminhando-o, a seguir, à sala de aula;
- V. dar assistência nas questões de mobilidade nos diferentes espaços educativos;
- VI. transferência da cadeira de rodas para outros mobiliários e/ou espaços, cuidados quanto ao posicionamento adequado às condições do aluno, apoio na locomoção para os vários ambiente e/ou atividades escolares, extracurriculares para aluno cadeirante e/ou com mobilidade reduzida;
- VII. permanecer durante o período de aula do aluno, em sala, e atende-lo quando solicitado durante o desenvolvimento das atividades escolares (exclusivamente no que se refere aos cuidados do aluno);
- VIII. auxiliar e acompanhar o aluno com Transtorno Global do Desenvolvimento – TGD – para que este se organize e participe efetivamente das atividades desenvolvidas pela Unidade Educacional ou Centro de Educação Infantil, integrado ao seu grupo-classe;
- IX. comunicar à direção da Unidade Educacional ou Centro de Educação Infantil, em tempo hábil, a necessidade de aquisição de materiais para higiene do aluno;
- X. zelar pela higiene e manutenção dos materiais utilizados para alimentação e higiene do aluno;
- XI. zelar pelas condições adequadas para que não se coloque em risco a saúde e o bem-estar do aluno;
- XII. reconhecer as situações que necessitem de intervenção externa ao âmbito escolar tais como: socorro médico, maus tratos, entre outros, que deverão seguir os procedimentos já previstos e realizados na Unidade Educacional ou Centro de Educação Infantil, quando necessário;
- XIII. preencher diariamente a Ficha de Rotina Diária, registrando todo o atendimento e ocorrências diárias para o acompanhamento do aluno;
- XIV. arquivar o Relatório de Rotina Diária do aluno auxiliado para eventuais solicitações;

- XV. comunicar a equipe gestora da Unidade Educacional ou Centro de Educação Infantil, os problemas relacionados ao aluno;
- XVI. receber do Coordenador da Educação Especial as orientações pertinentes ao atendimento dos alunos;
- XVII. apoiar outros alunos, sem se desviar das funções pelas quais foi contratado, nos casos onde o aluno atendido pelo AVE, esteja ausente;
- XVIII. assinar o termo de sigilo, a fim de preservar as informações referentes ao aluno que recebe seus cuidados naquilo que lhe couber;
- XIX. observar as características de cada Unidade Educacional ou Centro de Educação Infantil, para atender em média, 04 (quatro) alunos por período.

6.2.1.6 Atribuições do Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais

São atribuição dos profissionais tradutores e intérpretes de libras:

- I. Facilitar e mediar a comunicação entre surdos e ouvintes, realizando a tradução de língua brasileira de sinais e da língua portuguesa para a pessoa surda, traduzindo falas, diálogos, palestras, explanações orais, reuniões, entre outros;
- II. atuar em salas de aula e em eventos ligados ao ensino para realizar a interpretação por meio da língua de sinais;
- III. coletar informações sobre o conteúdo a ser trabalhado para facilitar a tradução da língua no momento das aulas e atividades escolares;
- IV. planejar antecipadamente, junto com professor responsável pela disciplina ou série, sua atuação e limites no trabalho a ser executado;
- V. participar de atividades extraclasse, com palestrar, cursos, jogos, encontros, debates e atividade como intérprete; manter contato com a comunidade surda e a cultura dos surdos, tal qual participar de formações e cursos de atualização e aperfeiçoamento e das atividades e avaliações exigidas pelo órgão nacional regulador da categoria;
- VI. executar e acompanhar projetos educacionais voltados à educação inclusiva;
- VII. executar outras atribuições, correlatas às acima descritas, conforme demanda e/ou critério de seu superior imediato.

6.3 SERVIÇO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO- AEE

A Educação Especial é considerada transversal, atuando desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, e realiza o Atendimento Educacional Especializado. Esse atendimento é definido na política da seguinte forma: O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Todavia, as atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (Brasil, 2008, p.10).

O AEE caracteriza-se por um conjunto de atividades, recursos pedagógicos e de acessibilidade, oferecidos de forma complementar ou suplementar à escolarização dos alunos público alvo da Educação Especial, matriculados nas classes comuns do ensino regular. Esse atendimento pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, em turno contrário ao da escolarização. O AEE precisa ser oferecido no contra turno para que os alunos não tenham sua frequência no ensino regular comum dificultado ou impedido. Sendo assim, crianças em idade de escolarização obrigatória, ou seja, a partir dos 4 a 17 anos frequentarão o atendimento no contra turno escolar, salvo os que frequentam em período integral. Estes, optarão por um turno de frequência ao serviço.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e o Decreto nº. 7611/2011 apontam como público alvo da Educação Especial os sujeitos que apresentam:

- ✓ **Deficiência:** aqueles/as que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, intelectual, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida à sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade;
- ✓ b) **Transtornos do Espectro Autista:** aqueles/as que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras.
- ✓ c) **Altas Habilidades/ Superdotação:** aqueles/as que demonstram um potencial elevado e grande envolvimento com as seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora e artes; também apresenta elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Vale salientar que se acrescenta a este público, quando relacionado a atuação do profissional do AEE na etapa da educação infantil: os bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas que apresentam: d) **Atrasos no Desenvolvimento Neuropsicomotor.** Para este público, visa ampliar a gama de estímulos para a superação dos atrasos apresentados.

Retomando a escrita sobre o processo de escolarização de educandos/as com Altas Habilidades/ Superdotação. Deve-se considerar como princípio fundamental, a articulação entre as práticas curriculares da escola e os atendimentos especializados (estes

ofertados a partir das áreas de interesse dos/as educandos/as). Sob essa perspectiva recomenda-se que sejam realizados observações e acompanhamentos, no contexto da escola, e encaminhamentos, segundo os interesses individuais dos/as alunos/as. Estes encaminhamentos podem se relacionar com o desenvolvimento de projetos e práticas de enriquecimento curricular, tanto no âmbito da escola, nas salas de recursos multifuncionais, como em outros espaços a partir de parcerias firmadas com outras instituições escolares e não escolares.

O Atendimento Educacional Especializado- AEE nas unidades escolares atende o público-alvo da Educação Especial, no contraturno ao ensino comum, que tem como *locus* preferencial, a Sala de Recursos Multifuncionais. Lembramos que o AEE não se configura apenas no atendimento aos estudantes, mas também em orientações aos pais, profissionais da unidade escolar, articulação com equipe multiprofissional, produção e adequação de materiais, entre outros. **Vale ressaltar que nos casos de transtornos específicos de aprendizagem, os professores de educação especial poderão orientar a prática do professor junto a este público, porém, não ofertará o serviço do AEE.**

Deste modo, configuram-se práticas do professor do AEE a orientação e esclarecimento junto à família sobre a necessidade do atendimento, bem como sua corresponsabilidade no processo, para então efetivar a matrícula. A oferta do AEE é obrigatória, porém a família pode optar pelo mesmo, ou seja, a matrícula no atendimento não pode ser condição para o acesso ao ensino comum. Entretanto, a matrícula no ensino comum é obrigatória para que seja ofertado o serviço do AEE.

Conquanto, é importante ressaltar que, com base no Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 que dispõe sobre a educação especial e o atendimento

Figura 3 Representação dos objetivos do serviço do atendimento educacional especializado



Fonte: Adaptado pela equipe de trabalho (2020)

Todavia, para à realização do AEE sua organização prevê as ações descritas na figura abaixo;

Figura 4 Organização do Serviço do Atendimento Educacional Especializado

Elaboração do Plano de AEE considerando as informações coletadas no estudo de caso para a construção dos objetivos, a organização do atendimento (dias da semana, tempo de atendimento e composição), recursos, atividades, produção e adequação de materiais e parcerias a serem estabelecidas que garantam sua participação no processo escolar e vida social. A periodicidade do Plano de AEE será definida de acordo com as necessidades do estudante e o mesmo pode ser reestruturado ao longo do processo.

Avaliação final em forma de relatório descritivo, a ser elaborado no final do ano letivo ou quando se fizer necessário pelo professor. Esta será entregue aos pais ou responsáveis dos estudantes.

Articulação e interface entre os professores do AEE, professores do ensino comum e equipe pedagógica (orientação, supervisão, administração e gestores).

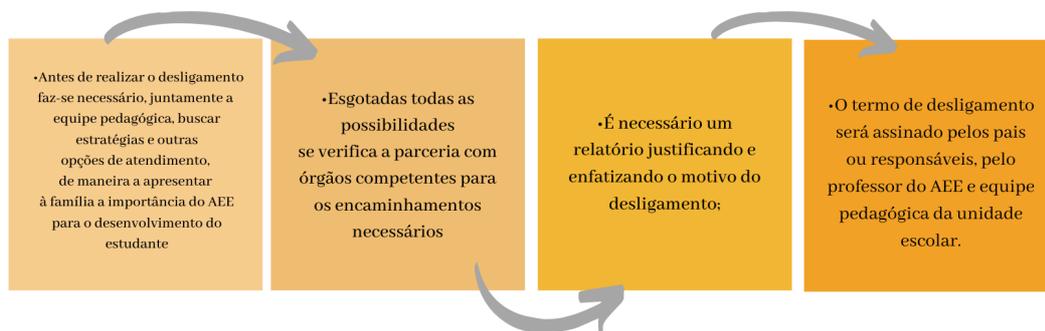
Articulação com a família, para que esta receba orientações sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo estudante, sobre os encaminhamentos e práticas de acompanhamento da vida escolar.

Existência de espaço físico adequado para a Sala de Recurso Multifuncional, atendendo as condições de acessibilidade.

Fonte: Elaboração grupo de trabalho (2020).

É importante observar que pode haver o desligamento do estudante devido a transferência ou dificuldades superadas e conquista de maior autonomia em suas atividades. Para realizar o desligamento, consideram-se os seguintes encaminhamentos;

Imagem 4 Procedimentos para a realização de desligamento no serviço do Atendimento Educacional Especializado



Fonte: Elaboração grupo de trabalho (2020).

Além das atribuições destacadas, os professores de Educação Especial podem realizar ações educativas: palestras, rodas de conversa e dinâmicas. Estas podem ser realizadas/organizadas pelo próprio professor do AEE, quando da sua necessidade ou solicitação da unidade escolar.

Reforçamos que os recursos de acessibilidade, além de serem utilizados na Sala de Recursos Multifuncionais, devem ser disponibilizados e acompanhados na sala de aula, verificando sua aplicabilidade na eliminação de barreiras aos estudantes. É imprescindível que haja um trabalho em parceria com o professor do ensino comum, sendo importante que este tenha interesse e seja responsável em contribuir no processo de escolarização, pois é ele que acompanha diretamente os avanços e as dificuldades encontradas no ambiente.

Quanto à orientação a esses profissionais, o objetivo é sensibilizá-los para que consigam proporcionar um melhor entendimento de cada caso, reconhecendo a importância do seu trabalho nesta tarefa, para que haja uma melhor aprendizagem do estudante. Deste modo, o professor deve buscar novas metodologias de ensino a promover maior autonomia diante da proposta educacional em sala de aula e assim, concretizar a participação e envolvimento do estudante com o conteúdo e com a turma. Além desta parceria entre equipe e professor do AEE, compete também a Unidade Escolar;

Figura 5 Competências da Unidade Escolar – Educação Inclusiva



Fonte: Adaptação grupo de trabalho (2020).

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 04/2009, o professor do AEE também atua, quando necessário, em ambiente hospitalar ou domiciliar, em casos de estudantes público-alvo da Educação Especial impossibilitado de frequentar a unidade escolar.

Compete ao professor do AEE e a Orientação Educacional estudarem as condições dos estabelecimentos e quais materiais disponíveis para a efetivação destes atendimentos, assim como a frequência e dinâmica do mesmo. Ressalta-se que a escolarização desses estudantes deverá ser ofertada pelos professores do ensino comum.

Considerando o público da Educação Especial, cabe pontuar que aqueles estudantes que apresentarem um quadro significativo de barreiras no seu desenvolvimento educacional, e que até o momento não passaram por nenhum tipo de avaliação médica e/ou multiprofissional, a família/responsável deve ser comunicada e

orientada pela unidade escolar, juntamente ao professor da turma, equipe pedagógica e professor do AEE, e assim será realizado um estudo de caso.

Após a realização do estudo, o professor do AEE verifica a necessidade ou não do atendimento, bem como os encaminhamentos necessários junto à família/responsáveis para o serviço de saúde e/ou para realização de triagem com equipe multiprofissional.

Os casos de estudantes com transtornos ou distúrbios e que não se encaixam como público alvo da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, os profissionais do atendimento educacional especializado atuarão de forma articulada com o ensino comum, orientando para as demandas destes estudantes.

6.3.1 Sala de Recurso Multifuncional

Com o objetivo de apoiar as redes públicas de ensino na organização e na oferta do AEE e contribuir com o fortalecimento do processo de inclusão educacional nas classes comuns de ensino o Ministério da Educação, instituiu o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Esse programa foi instituído por meio da Portaria Nº. 13, de 24 de abril de 2007.

Nesse processo, o Programa atende à demanda das escolas públicas que possuem matrículas de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotados, disponibilizando as salas de recursos multifuncionais e no caso da etapa da educação infantil, inclui-se, crianças com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor.

Estas salas são divididas em dois tipos: Tipo I e Tipo II. Abaixo segue a descrição de cada uma:

As Salas de Recursos Multifuncionais Tipo I: são constituídas de microcomputadores, monitores, fones de ouvido e microfones, scanner, impressora laser, teclado e colméia, mouse e acionador de pressão, laptop, materiais e jogos pedagógicos acessíveis, software para comunicação alternativa, lupas manuais e lupa eletrônica, plano inclinado, mesas, cadeiras, armário, quadro melamínico.

As Salas de Recursos Multifuncionais Tipo II: são constituídas dos recursos da sala Tipo I, acrescidos de outros recursos específicos para o atendimento de alunos com cegueira, tais como impressora Braille, máquina de datilografia Braille, reglete de mesa, punção, soroban, guia de assinatura, globo terrestre acessível, kit de desenho geométrico acessível, calculadora sonora, software para produção de desenhos gráficos e táteis.

As instituições contempladas com as SRM devem zelar pelos materiais e equipamentos, garantindo que sejam utilizados para o fim que foram destinados. Qualquer irregularidade ou impossibilidade de uso deve ser comunicado a Secretaria Municipal de Educação por meio da Coordenação de Educação Especial para que seja resolvida a situação.

Ressalta-se que a Secretaria Municipal de Educação, gestor escolar e professor do atendimento educacional especializado devem zelar para que os recursos não sejam utilizados de forma escusa, conforme Nota Técnica nº 42/2015/ MEC/ SECADI/DPEE:

[...] Salas de Recursos Multifuncionais, visa apoiar a organização e oferta do atendimento educacional especializado, **não devendo esses materiais serem realocados para fins escusos a este atendimento**. Os recursos pedagógicos de acessibilidade podem ser utilizados pelo estudante em sala de aula ou em seu domicílio, **sendo vedado o desvio com outros propósitos** (BRASIL, 2015, p. 2. Grifo nosso).

O funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais será de acordo com a demanda do alunado público alvo da educação especial, de modo a atender alunos no contra turno, e orientar quanto aos equipamentos, recursos de tecnologia assistivas e demais ações para a eliminação das barreiras do contexto educacional. O atendimento no contra turno escolar, realizado de forma individual ou no máximo com agrupamentos de até 4 (quatro) alunos, conforme os Planos Educacionais Individualizados.

A Resolução de Nº 04/2009 do Conselho Nacional de Educação no Art.10 prevê em sua organização:

I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;

II – matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;

III – cronograma de atendimento aos alunos;

IV – plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;

V – professores para o exercício da docência do AEE;

VI – outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuam no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;

VII – redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.

Assim sendo, as escolas precisam esclarecer, subsidiar e acompanhar o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos em todos os níveis, de acordo com suas peculiaridades, tendo como princípio básico o respeito à diversidade. Nesta perspectiva, entendemos a inclusão e a Educação Especial, como políticas públicas, com orientações para o sistema de ensino, no intuito de constituir uma educação de qualidade para todos os alunos.

6.3.2 Público Alvo do Atendimento Educacional Especializado

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista- TEA e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares.

Assim, os alunos com deficiência física, visual, intelectual, auditiva e múltiplas deficiências (mais de uma deficiência associada), transtorno do espectro autista -TEA (alteração da nomenclatura conforme comentado anteriormente) e com altas habilidades /superdotação fazem parte do público alvo do atendimento educacional especializado. A educação especial atua de forma articulada com o ensino comum nestes casos e em outros, como os transtornos funcionais específicos, orientando para o atendimento desses estudantes.

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os estudantes com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo estudantes com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Estudantes com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. (BRASIL, 2008, p. 03).

Ressalta-se que os casos de estudantes com transtornos ou distúrbios e que não se encaixam como público alvo da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, os profissionais do atendimento educacional especializado atuarão de forma articulada com o ensino comum, orientando para as demandas singularizadas destes estudantes.

6.3.3 Conteúdos do Atendimento Educacional Especializado

As Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva sinalizam que;

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. **As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização.** Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008, p. 03. Grifo nosso).

Vale salientar, que este atendimento complementa nos casos de alunos com deficiência e transtorno do espectro autista e suplementa nos casos de alunos com altas habilidades/ superdotação.

Para isto, o serviço do atendimento educacional especializado constitui-se por conteúdos próprios da modalidade de ensino, educação especial. São estes:

Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e LIBRAS tátil; Alfabeto digital; Tadoma; Língua Portuguesa na modalidade escrita; Sistema Braille; Orientação e mobilidade; Informática acessível; Sorobã (ábaco); Estimulação visual; Comunicação alternativa e aumentativa - CAA; Desenvolvimento de processos educativos que favoreçam a atividade cognitiva.

O foco dos conteúdos apresentados, é contribuir para a acessibilidade ao conhecimento e aos ambientes, ampliando a autonomia dos alunos dentro e fora da escola, sendo assim, este serviço acontece ao longo de todo o processo de escolarização e deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum.

A partir dos conteúdos, apresentados acima, descreveremos a seguir os recursos deste serviço, a saber:

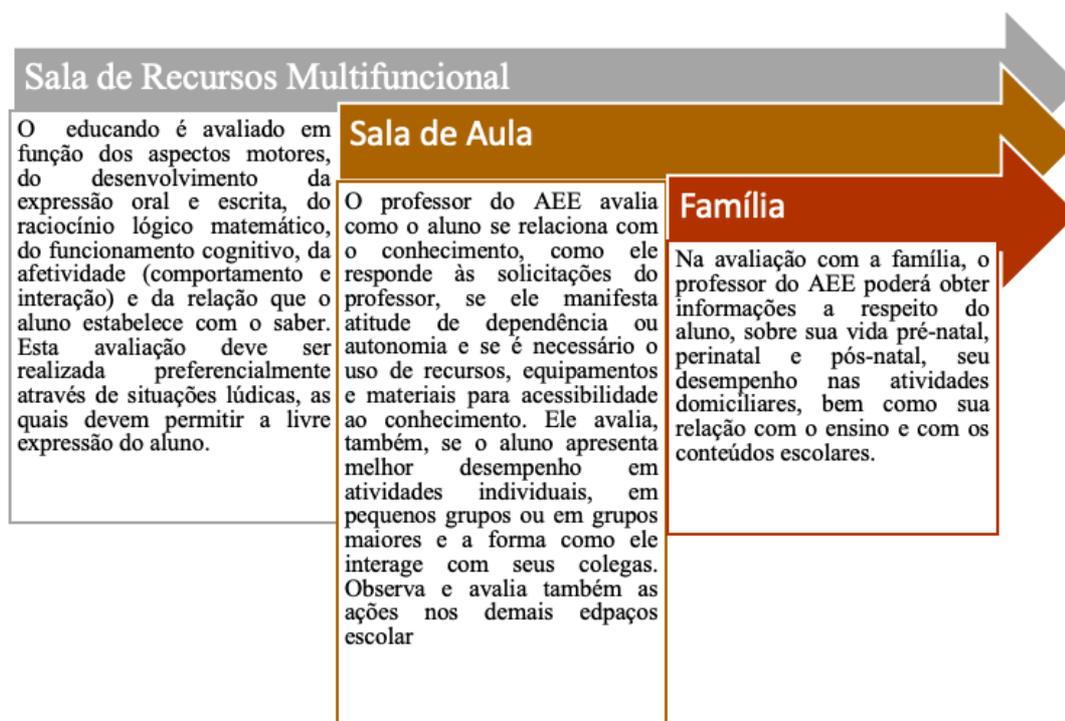
Materiais didáticos e pedagógicos acessíveis (livros, desenhos, mapas, gráficos e jogos táteis, em LIBRAS, em Braille, em caráter ampliado, com contraste visual, imagéticos, digitais, entre outros); Tecnologias de informação e de comunicação (TICS) acessíveis (mouses e acionadores, teclados com colméias, sintetizadores de voz, linha Braille, entre outros); e Recursos ópticos; pranchas de CAA, engrossadores de lápis, ponteira de cabeça, plano inclinado, tesouras acessíveis, quadro magnético com letras imantadas, entre outros.

Sendo assim, é perceptível que a atuação do profissional de educação especial junto ao atendimento educacional especializado, não se constitui como reforço escolar, assim como, também não se configura em dar continuidade as atividades escolares realizadas em sala de aula comum.

6.3.4 Avaliação no Serviço do Atendimento Educacional Especializado

No contexto do Atendimento Educacional Especializado, a avaliação se efetiva através do estudo de caso, que visa a construir um perfil do aluno que possibilite elaborar o plano de intervenção do AEE. O estudo de caso se faz através de uma metodologia de resolução de problema, que identifica a sua natureza e busca uma solução. O estudo de caso deve ser efetivado pelo professor do AEE em colaboração com o professor do ensino comum e com outros profissionais que trabalham com esse aluno no contexto da escola. A avaliação alcança três ambientes principais do aluno: sala de recursos multifuncionais, sala de aula e família.

Figura 6 Aspectos a serem avaliados pelo serviço do AEE na Sala de Recurso Multifuncional – SEM, sala de aula e família.



Fonte: Adaptado equipe de trabalho com base em Gomes, Paulin e Figueredo (2010).

A avaliação realizada na sala de recursos multifuncionais, na sala de aula e na família visa recolher informações sobre o aluno considerando seis aspectos principais:

desenvolvimento intelectual e funcionamento cognitivo; a expressão oral; os diferentes ambientes; as aprendizagens escolares; o desenvolvimento afetivo-social e as interações sociais; os comportamentos e atitudes em situação de aprendizagem e o desenvolvimento psicomotor.

A partir das informações obtidas nos três ambientes de avaliação, o professor do atendimento educacional especializado constrói o perfil do aluno, identifica a natureza do problema que mobilizou o encaminhamento desse educando para a sala de recurso multifuncional e elabora as estratégias, organiza e implementa recursos, bem como, promove a articulação com diversas áreas, a fim de eliminar toda e qualquer barreira que possa minimizar ou impedir a plena participação do educando ao ensino regular.

6.3.5 O papel do Professor da Sala de Aula Comum Junto aos Processos com o Aluno Público Alvo da Educação Especial.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de uma Educação Inclusiva, instituindo as orientações para a adoção e a implementação de currículos abertos e flexíveis, que atendam à diversidade dos estudantes incluídos na escola comum representa um avanço no que se refere à democratização do acesso e da permanência na escola. Nesse sentido, a concepção de inclusão escolar é muito mais ampla do que simplesmente inserir esse público no ensino regular, implica em repensar a escola posta, de forma que assegure a todos e todas o direito a aprender.

O desenho do currículo escolar numa escola inclusiva envolve romper com práticas excludentes e concepções pedagógicas conservadoras e inflexíveis. Para efetivar a inclusão escolar é preciso, portanto, transformar a escola, questionar concepções e valores, visto que não se trata de adequar as práticas educacionais, mas transformá-las em função do desenvolvimento e aprendizagem de todos os estudantes.

A perspectiva inclusiva rejeita qualquer proposta de currículo diferenciado, recortado e empobrecido, resgata uma proposta de recriação da própria escola ao garantir uma educação de qualidade que reconhece as diferenças e valoriza a diversidade.

O currículo passa a ser considerado como instrumento primordial à realização de um projeto educacional dinâmico e comprometido com a diversidade, assumindo que todos os estudantes possam aprender e que, esse aprendizado se efetivará nas diferentes relações dos estudantes com seu grupo social.

Conceber e praticar uma educação para todos pressupõe a prática de currículos abertos e flexíveis comprometidos com o atendimento às necessidades educacionais dos estudantes com ou sem deficiência. As ações pedagógicas que buscam flexibilizar o currículo devem estar voltadas a oferta de respostas educativas a todos. Ou seja, na escola inclusiva, busca-se o respeito as diferenças existentes, e deste modo, ao planejar sua aula, o professor busca contemplar estratégias e recursos para que o objetivo seja alcançado, promovendo a acessibilidade de todos ao conhecimento. Sendo assim, faz parte da prática do professor, mediar (ensinar) a construção dos conceitos de sua disciplina a todos os educandos. No que se refere ao aluno com deficiência, o professor poderá contar com a parceria do profissional do atendimento educacional especializado para identificar as formas de acessibilidade necessárias para cada educando.

Neste mote, as legislações mais atuais que tratam sobre a inclusão, vem delineando possibilidades no intento pedagógico. Uma delas é a perspectiva do desenho universal, que previsto na Lei Brasileira de Inclusão (2015), e é entendido como:

[...] concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva. (BRASIL, 2015, p.01).

Nesta perspectiva de trabalho, com base no Desenho Universal, os profissionais: David Rose e Anne Meyer em 1999, elaboraram o Desenho Universal de Aprendizagem (DUA) que consiste no seguinte:

O DUA consiste em um conjunto de princípios baseados na pesquisa e constitui um modelo prático que objetiva maximizar as oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes PAEE² ou não. O DUA tem como objetivo auxiliar os educadores e demais profissionais a adotarem modos de ensino de aprendizagem adequados, escolhendo e desenvolvendo materiais e métodos eficientes, de forma que seja elaborado de forma mais justas e aprimorados para avaliar o progresso de todos os estudantes. (ZERBATO e MENDES. 2018, p.150).

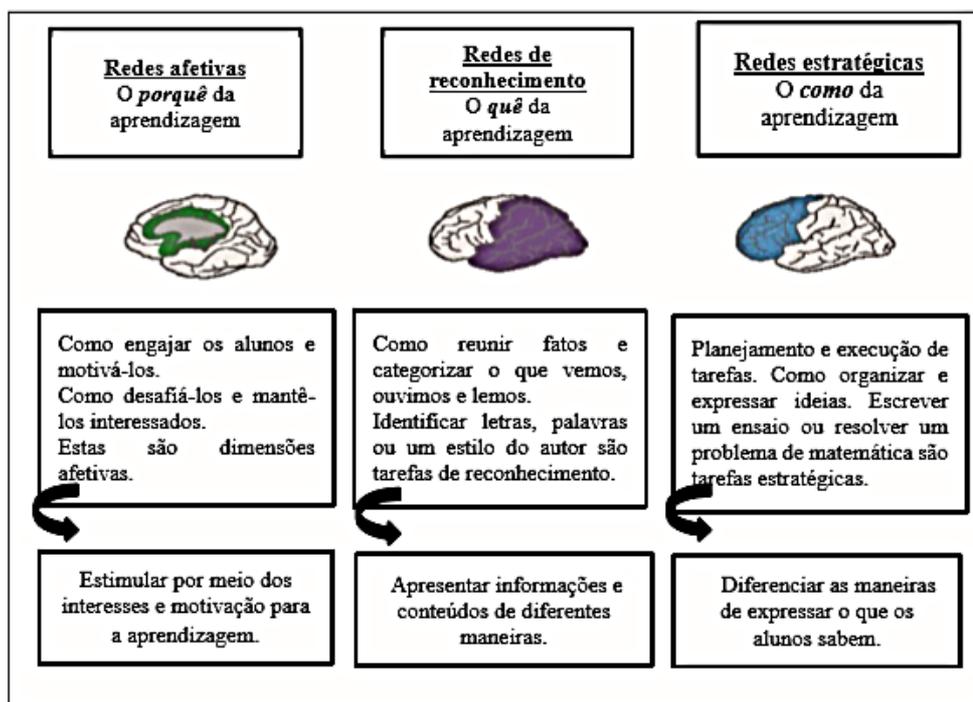
Sendo assim, o planejamento baseado no Desenho Universal de Aprendizagem pretende abranger a diversidade de alunos ao oferecer objetivos, métodos, materiais e avaliação flexíveis de forma a dar-lhes os meios adequados às respectivas necessidades. Respeitando os seguintes princípios, adaptado de CAST (2011):

² Sigla PAEE: Público Alvo da Educação Especial.

- ✓ **Princípio 1** - Proporcionar Modos Múltiplos de Auto envolvimento (o porquê da aprendizagem): afetividade representa um elemento crucial na aprendizagem e os alunos diferem nos modos como se envolvem e motivam para aprenderem. Há uma diversidade de razões que influenciam um indivíduo na aprendizagem, e que incluem aspetos neurológicos, culturais, de personalidade, de subjetividade, background de conhecimentos, assim como outros fatores. Muitos alunos motivam-se por fatores de espontaneidade ou pela novidade enquanto outros se mostram desinteressados, até assustados, por estes fatores, preferindo não sair de determinada rotina. Alguns alunos preferem trabalhar sozinhos, enquanto outros preferem
- ✓ **Princípio 2** - Proporcionar Modos Múltiplos de Apresentação (o quê da aprendizagem): os alunos diferem nos modos como percebem e compreendem a informação como lhes é apresentada. Por exemplo, os alunos com limitações sensoriais (cegueira ou surdez); dificuldades de aprendizagem (dislexia); com língua materna, têm necessidades diferentes de acesso aos conteúdos. Outros poderão absorver a informação de forma mais rápida e eficaz através de formatos visuais ou auditivos do que em formato de texto. De igual modo, a transferência do conhecimento ocorre quando se utilizam modos múltiplos de apresentação, porque permitem que os alunos estabeleçam as relações com e entre conceitos.
- ✓ **Princípio 3** - Proporcionar Modos Múltiplos de Ação e Expressão (o como da aprendizagem): os alunos diferem nos modos como procuram o conhecimento e como expressam o que sabem. Por exemplo, indivíduos com limitações ou limitações motoras (paralisia cerebral), os que se defrontam com dificuldades de organização e estratégia (deficiência funcional de execução); os que não têm o domínio da língua, desempenham de modo diverso as tarefas. Alguns poderão expressar-se bem através da escrita e não da fala, e vice-versa. Tem de se reconhecer que a ação e a expressão requerem capacidade de estratégia, prática e organização, área em que cada um é diferente.

A síntese deste processo pode ser visualizada na figura abaixo.

Figura 7 Estratégias do desenho universal para aprendizagem alinhadas às redes



Fonte: Zerbato e Mendes (2018, p. 151).

Levando em consideração todo este processo descrito anteriormente, ao invés de se pensar numa adaptação específica para um aluno particular, em determinada atividade, se pensa em formas diferenciadas de ensinar o currículo para todos os estudantes (Alves et al., 2013). Com isso, ao planejar a sua aula o professor precisa pensar em estratégias que sejam acessíveis a todos, evitando fazer atividades diferenciadas somente para alunos com deficiência. A escola precisa reconhecer que seus alunos têm diferentes ritmos, interesses, mas que todos podem aprender. Ou seja, entender a real necessidade do que chamamos de **Flexibilização Curricular**, visando atender a todos os alunos.

Contudo, em situações bem específicas, em caso de educandos com deficiência múltipla, por exemplo, quando são oferecidas todas as possibilidades de acessibilidade e estratégias pedagógicas e, mesmo assim, o educando apresenta dificuldade em aprender, é possível recorrer às adaptações razoáveis. Estas adaptações, também estão previstas na Lei Brasileira de Inclusão (2015), que as conceitua da seguinte forma;

Adaptações razoáveis: adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as

demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais (BRASIL, 2015, p.02).

Entretanto, o uso de alguma adaptação razoável deve ser definida após análise em estudo de caso do educando pelos profissionais da equipe pedagógica da unidade escolar, professor do ensino regular, professor de Educação Especial e demais envolvidos com o educando. A esse processo chamamos de **Adaptação Curricular**, ou seja, que se constitui com vistas a atender uma necessidade específica de um aluno frente ao currículo.

Por fim, muito tem se discutido sobre possibilidades metodológicas do ensino a todos os educandos. Ressalta-se que não existem receitas prontas e processos infalíveis, mas sim, existe uma mudança de postura frente ao entendimento da função da escola e do currículo que se pratica nesse contexto. Seja ele o prescrito, previsto nos documentos, assim como o oculto, realizado pelas ações de nós professores. Como dito anteriormente: o desenho do currículo escolar numa escola inclusiva envolve romper com práticas excludentes e concepções pedagógicas conservadoras e inflexíveis.

6.3.6 Avaliação no Ensino Regular numa Perspectiva Inclusiva

No contexto da escola inclusiva, a avaliação também precisa ser repensada. Neste sentido, Eggert *apud* Bayer (2013) nos esclarece que o foco de avaliação deve se modificar junto ao aluno público alvo da educação especial, referindo-se que os focos se delineiam da seguinte forma, contrapondo ações contrárias: a) identificação de necessidades especiais dos mesmos; b) apoio ao aluno no âmbito da escola regular; c) orientação e acompanhamento pedagógico na escola regular; e) descrição qualitativa do processo considerando o contexto ou entorno. Ou seja, a avaliação é para além, se o educando tem ou não diagnóstico, tem ou não algo que justifique a sua possível dificuldade, mas sim, analisasse o sujeito frente as demandas do currículo escolar.

Assim sendo, por meio dos dados coletados no processo de avaliação, é possível decidir quais são as melhores estratégias, metodologias e recursos, bem como quais objetivos e conteúdos devem ser desenvolvidos, de forma a preencher as necessidades e interesses do aluno, dando-lhe uma resposta educativa adequada às suas possibilidades, favorecendo seu pleno desenvolvimento.

Na rede municipal de ensino a avaliação dos alunos com deficiência se dá continuamente, na forma de registro avaliativo dissertativo. É feita bimestralmente pelo

professor regente em conjunto com o professor auxiliar, junto com a nota a qual o relatório a justifica.

Neste mote, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008) referenda que a avaliação deve considerar:

A avaliação pedagógica como processo dinâmico considera tanto o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto às possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual, prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor. No processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns estudantes podem demandar ampliação do tempo para a realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais, de textos em Braille, de informática ou de tecnologia assistiva como uma prática cotidiana. (BRASIL. 2008, p.12,13).

Ou seja, o direito a aprendizagem considera que tanto o planejamento quanto a avaliação estejam em consonância para garantir a acessibilidade aos conhecimentos.

6.3.7 Centro Educacional Municipal de Atendimento Especializado de Tijuca CEMAETI

A Secretaria Municipal de Tijuca, prevê a implementação do Centro Educacional Municipal de Atendimento Especializado de Tijuca - CEMAET que será constituído por espaço adequado e equipe multidisciplinar composta por profissionais de diferentes áreas de conhecimento, com atuação integrada, visando o apoio e o assessoramento por meio de orientações a unidades escolares e a professores. Assim como, atendimento a estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação e transtorno específico de aprendizagem matriculados na Rede Municipal de Ensino, com base na Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de Tijuca.

A equipe do Centro Especializado de Atendimento Educacional será composta pelos serviços de: Atendimento Educacional Especializado – AEE, fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia, terapia ocupacional, fisioterapia, professor de educação física, assistência social, Atendimento Educacional Especializado em libras e tradução e interpretação em libras. Este formará equipe de avaliação de concessão de profissional de apoio, a saber: Auxiliar de Vida Escolar e Professor Auxiliar. Por meio de normativa própria, respeitando a Lei Federal n.º 13.146/15 Lei Brasileira de Inclusão e a Nota Técnica 19/2010 – MEC/SEESP/GAB que trata sobre os profissionais de apoio para

alunos com deficiência e transtornos do espectro autista matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino

O serviço multiprofissional terá a função interdisciplinar, junto ao atendimento de educandos, orientação a professores, demais profissionais e familiares envolvidos no processo educacional dos estudantes público alvo da Educação Especial Inclusiva e com transtornos específicos de aprendizagem. Este Centro será subordinado à Secretaria de Municipal Educação junto a Coordenação de Educação Especial.

7 PROJETOS DIVERSIFICADOS

Os projetos diversificados abrangem diferentes áreas com o intuito de envolver diversas secretarias que compõem o setor público municipal, o envolvimento das escolas, professores, estudantes, pais e a comunidade em geral. Abaixo apresentam-se os projetos desenvolvidos.

7.1 VARAL LITERÁRIO

Tema: contos e histórias.

Público alvo: crianças de 04 a 06 anos.

Justificativa: os contos contribuem para ampliar a visão de mundo da criança, estimular o desejo de outras leituras, exercitar a fantasia e a imaginação; através dela a criança passa a compreender o funcionamento comunicativo da escrita, desenvolver estratégias de leitura, favorecer a aprendizagem das convenções de escrita, além de ampliar o repertório textual, contribuindo para seu senso crítico.

Valorizando cada gesto, cada expressão de cada criança diante da história, sonoridade das rimas e personagens, proporcionamos aos pequenos, momentos de descontração, de surpresas, de alegrias, de atenção. Como cita CARUSO, (2003, p.23);

A literatura é importante para o desenvolvimento da criatividade e do emocional infantil". Quando as crianças ouvem histórias, passam a visualizar de forma mais clara os sentimentos que tem em reação ao mundo. As histórias trabalham problemas existenciais típicos da infância como medos, sentimentos de inveja, de carinho, curiosidade, dor, perda, além de ensinar infinitos assuntos.

Objetivo geral

- Proporcionar momentos de prazer entre família e comunidade escolar através de histórias, ampliando o vocabulário, imaginação e a organização de pensamentos.

Objetivos específicos

- Proporcionar ambiente literário diversificado onde a família tenha acesso;
- Desenvolver e aguçar a estima pela leitura;
- Dramatizar contos infantis;
- Criar intimidade com os livros desde bebês;
- Trocar experiências com a família e ambiente escolar;
- Provocar a curiosidade, o gosto e o hábito pela leitura;
- Desenvolver a linguagem oral e escrita através da história;
- Confrontar realidade e fantasia;
- Desenvolver o senso crítico e a criatividade e oferecer um espaço lúdico com atividades lúdicas, promovendo a oportunidade de aprender brincando;

- Identificar personagens das histórias contadas, marcas temporais presentes, letras e palavras conhecidas presentes nos títulos das histórias e nomes de personagens;
- Ampliar o vocabulário.

Área de conhecimentos:

- O eu, o outro e o nós
- Corpo, gestos e movimentos
- Traços, sons, cores e formas
- Oralidade e escrita
- Espaços, tempos, quantidade, relações e transformações

Operacionalização do projeto:

- Identificar o espaço onde acontecerá o 1º varal literário;
- Placas informativas sobre o projeto;
- Informar a família sobre o projeto, 1º Varal literário;
- Formar uma assembleia entre os profissionais do C.E.I. para escolha da história;
- Apresentar livros para as crianças manusear e conhecer a história;
- Dramatização e registro feito pelas crianças através de desenho e oralidade;
- Definir como dividir as tarefas para cada turma;
- Cada turma ficará responsável em providenciar sua tarefa para construção do cenário, onde acontecerá o 1º varal literário;
- Lista de personagens;
- Trabalhar linguagem oral e escrita;
- Exploração dos personagens e modelagem dos mesmos;

Duração do projeto:

Início: 01/08/19 a 23/10/19

Data exposição: 23/10 a 25/10.

Atividades previstas:

- Conversa informal sobre histórias que gostam;
- Cuidado com os livros;
- Falar sobre autor e ilustrador do livro;
- Ler a história;
- Debate sobre a história;
- Reprodução coletiva da história; dramatização de histórias conhecidas, onde as crianças sejam as personagens;
- Identificação de valores encontrados nas personagens das histórias;
- Modelagem dos personagens;
- Montagem de um espaço na sala de aula com diversos livros para manuseio dos alunos (cantinhos da leitura);
- Identificação de letras através do nome próprio, nome dos personagens, temas de histórias, entre outros.
- Identificação dos personagens da história;

Recursos:

- Biombos;
- Livros;
- Diferentes tipos de papel;
- Cola branca e colorida;
- Lápis de cor, giz de cera;
- Tesoura;
- Massa de modelar;
- Aparelho de DVD e CD;
- Revistas;
- Fantoches e cenários de diversos tipos;
- Tinta guache;
- Vídeos;
- Argila;
- Areia;
- Tecidos;
- Barbantes;
- Prendedor de roupas;
- Fantasias;
- Varal.

Avaliação do projeto: Acontecerá no decorrer do projeto de acordo com a participação das crianças.

Culminância: Dramatização teatral com a história do projeto com a participação das crianças.

7.2 PROJETO HORTA NA CRECHE:

A secretaria de agricultura faz uma parceria com o C.E.I. Zilda Maria Peixer, na construção de uma horta Escolar ” Plantando Inclusão” juntamente com as crianças e comunidade escolar.

O Objetivo é envolver a comunidade escolar do município em práticas relacionadas ao meio ambiente. A intenção é despertar esse olhar de sustentabilidade ambiental e inserir no dia a dia o contato com a natureza. O projeto acontece uma vez por semana com as crianças do jardim.

7.3 FEIRA DO LIVRO

A feira do livro acontece no mês de maio durante três dias, com exposição de livros e jogos educativos e são visitadas por todos os estudantes da rede municipal de

ensino do município de Tijucas. O local é aberto ao público, atendendo durante o período das 9h às 21h.

7.4 FESTA JULINA

Durante o mês de julho acontece no espaço do Casarão Gallotti (Patrimônio Histórico), a Festa Julina integrada, em parceria com a Secretaria da Cultura, durante cinco dias, onde todas as Unidades Escolares participam na venda de comidas típicas e com apresentações de danças das crianças. Todo o lucro adquirido na venda fica para a escola.

7.5 FESTIVAL DE NOVOS TALENTOS

Acontece no mês de junho no Anfiteatro Leda Regina de Souza em comemoração ao dia do município, com a participação das escolas e crianças.

7.6 SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Durante a semana que antecede o dia 20 de novembro, é desenvolvido trabalhos em todas as Unidades Escolares referentes a Consciência negra.

7.7 PROJETO SAÚDE NA ESCOLA

Acontece durante o ano com a parceria da Secretaria de Saúde, onde os profissionais do PSF visitam as Unidades escolares fazendo triagem de peso e medida das crianças.

7.8 PROFESSORES DA ALEGRIA

Programa de prevenção primária em saúde mental com base em evidências científicas, desenvolvido através de intervenções no cenário escolar, denominadas “Oficina da Alegria”. Essas são oficinas que serão implantadas no ensino fundamental no ano de 2020 tendo como finalidade proporcionar suporte social, aumentar a autoestima, a autoconfiança e a capacidade de enfrentamento das crianças, bem como, a socialização, cooperação e a capacidade de expressar amorosidade. O aumento desses fatores de proteção psicossociais resulta em um aumento da resiliência as psicopatologias, promovendo a prevenção primária em saúde mental. Para a execução desse trabalho foram capacitados profissionais da educação através de uma formação denominada Professores da Alegria!!

7.9 HORTA ESCOLAR NAS ESCOLAS

Este projeto será descrito de formas simples, objetiva e detalhada a implantação de hortas e estruturas protegidas nas escolas do município de Tijuca, bem como a viabilidade técnica, a produtividade, as estruturas e a mão de obra, que neste caso será na forma do envolvimento dos alunos com o cultivo de verduras a serem consumidas nas próprias escolas.

Serão também abordadas práticas que vão ao encontro de novas alternativas de agricultura orgânica como a reutilização dos materiais recicláveis.

7.10 JOVENS EMPREENDEDORES PRIMEIROS PASSOS- JEPP

Educar para a vida, empreendedora: este é o lema do JEPP. Empreendedora no sentido de uma vida planejada e refletida, tão premente nas Leis e Diretrizes educacionais, pois são aspectos fundantes da postura cidadã. Uma prática que deve iniciar desde a tenra infância e, é o que propõe o “Jovens Empreendedores Primeiros Passos”.

O JEPP incentiva o desenvolvimento do autoconhecimento, da busca por novas aprendizagens e, principalmente, o espírito de coletividade. Pretende fomentar a educação e a cultura empreendedora e, com isso, uma postura direcionada à gestão da própria vida. Destarte, a Secretaria Municipal de Educação de Tijuca adere o programa nos anos iniciais do ensino fundamental, em todas as suas unidades.

AGRADECIMENTOS

O Projeto Político Pedagógico é um documento que não se encerra, ele deve ser revisitado, avaliado, modificado constantemente.

Este documento é uma construção coletiva e se faz necessário agradecer aos envolvidos.

A equipe da Secretaria de Educação, agradece ao Prefeito Professor Elói Mariano Rocha, por oportunizar a idealização deste documento.

Agradecemos a ex-secretária de educação Neide Maria Reis e atual Deise Juliana Silveira por todo esforço compreendido, priorizando uma educação de qualidade para toda a comunidade escolar.

A equipe da Secretaria Municipal de Educação e as Coordenadoras Pedagógicas, por todo envolvimento, dedicação e tempo disponibilizado para construção deste documento.

Agradecemos de forma especial a ex-coordenadora Viviane Vieira, por seu tempo dedicado ao trabalho na Educação de Tijucas.

Aos gestores das Unidades Escolares e suas equipes, e aos professores da rede nosso agradecimento especial, por toda dedicação e empenho em fazer a educação de Tijucas de excelência.

Nosso obrigada à instituição Univali, a qual foi construída uma parceria para concretização do Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Tijucas.

Agradecer é um ato nobre!

REFERÊNCIAS

ALVES, M.M.; RIBEIRO, J.; SIMÕES, F. 2013. Universal Design for Learning (UDL): Contributos para uma escola de todos. *Indagatio Didactica*, 5(4):122-146.

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.

ALVES, F. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio**. Rio de Janeiro: WAK, 2003.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARCE, Alessandra. Pedagogia da infância ou fetichismo da infância?. In: DUARTE, Newton (org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BRASIL. **Lei n. 13.146**, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm.

_____. **Conferência Nacional de Educação (CONAE)**. Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação, diretrizes e estratégias de ação. Documento final. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final.pdf.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Declaração de Salamanca** e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. **Decreto nº 5.296, de 02 de Dezembro de 2002**. Regulamenta as Leis nos [10.048](#) e [10.098](#), de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos*, Brasília, DF, 02 Setembro. 2002.

_____. **Decreto nº 5.625, de 22 de Dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos*, Brasília, DF, 22 Dezembro. 2005.

_____. **Decreto Legislativo Nº 186, de 09 de julho de 2008**. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

_____. **Decreto nº 6.094, de 24 de Abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das

famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. *Casa Civil*;

Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, abr. 2007. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm.

_____. **Decreto nº 6.571, de 17 de Setembro de 2008.** Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. *Casa Civil*; *Subchefia para Assuntos Jurídicos*, Brasília, DF, set. 2008b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm.

_____. **Decreto nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Casa Civil*; *Subchefia para Assuntos Jurídicos*, Brasília, DF, ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm.

_____. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. *Casa Civil*; *Subchefia para Assuntos Jurídicos*, Brasília, DF, nov., 2011a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm.

_____. **Documento Orientador Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada: Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Políticas de Educação Especial. s.d.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil.** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. **Lei nº 2.678, de 24 de Setembro de 2002.** Dispõe sobre a política de diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille. *Casa Civil*; *Subchefia para Assuntos Jurídicos*, Brasília, DF, 24 Setembro. 2002. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm.

_____. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. *Casa Civil*; *Subchefia para Assuntos Jurídicos*, Brasília, DF, 09 jan. 2001b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de

Sinais – LIBRAS. *Casa Civil*; *Subchefia para Assuntos Jurídicos*, Brasília, DF, 24 Abril. 2002. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. t.

_____. MEC. SEESP. *Política nacional de educação especial*. Brasília, 1994.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

_____. **Ministério da Educação**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008. Disponível em: www.mec.gov.br/seesp. Acesso em: 29.agosto.2010

_____. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. Orientações para implantação da Política de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2015.

_____. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. **Portaria Normativa nº. 13, de 24 de Abril de 2007**. Dispõe sobre a criação do “Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais”. Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, abr. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9935-portaria-13-24-abril-2007&Itemid=30192.

Center for Applied Special Technology [CAST]. Traduzido e adaptado de: CAST (2011). **Universal Design for Learning Guidelines version 2.0**. Wakefield, MA: Author.

CORREIA, M.F.B.; LIMA, A.P.B & ARAÚJO, C. R. As contribuições da psicologia Cognitiva e a Atuação do Psicólogo no Contexto Escolar. **In: Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2001, 14(3), p. 553-561.

CORSARO, William A. **The sociology of childhood**. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1997.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; PALHARES, Marina Silveira (Orgs.) **Educação Infantil Pós-LDB: rumos e desafios**. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001, p.67-97.

FERREIRA, Maria Manuela Martinho. **A gente aqui o que gosta mais é de brincar com os outros meninos: as crianças como actores sociais e a (re)organização social do grupo de pares no quotidiano de um Jardim de Infância**. 2002. Dissertação (Doutoramento em Ciências da Educação). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, Portugal

_____. Do "avesso" do brincar ou... as relações entre pares, as rotinas da cultura infantil e a construção da(s) ordem(ens) social(ais) instituintes(s) das crianças no jardim-de-

infância. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz. **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Porto, Portugal: Edições ASA, 2004.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.

JAMES, Allison; PROUT, Alan. Hierarquia, fronteira e agência: para uma perspectiva teórica sobre a infância. In: FERREIRA, Manuela; SARMENTO, M. J. (orgs.). **Antropologia de textos em sociologia da infância**. Porto: ASA, 2004.

KRAMER, Sônia (org.) **Infância e produção cultural**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1999. p.7-10.

_____. **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.
MANTOAN, M. T. E. (org.). **Pensando e Fazendo Educação de Qualidade**. São Paulo: Moderna, 2001.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS FILHO, Altino José et. al. **Infância plural: crianças do nosso tempo**. Porto Alegre: Mediação, 2006, 120p.

MARTINS FILHO, Altino José (org.). **Criança pede respeito: temas em Educação Infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2005, 160p.

_____. **A "produção cultural" das crianças como indicador para se (re)pensar a prática pedagógica nos contextos educativos de creche**. Anais do II Seminário Internacional: educação intercultural, gênero e movimentos sociais. Florianópolis, UFSC, 2003. Comunicação disponível em www.rizoma.ufsc.br

_____. Viajando nas esteiras das culturas infantis. In: **Poiésis: Revista do curso de pedagogia da Universidade Federal de Goiás**. Campus de Catalão, v. I, n.1, janeiro/dezembro. 2003, p.9-27.

_____. **A vez e a voz das crianças: uma reflexão sobre as produções culturais na infância**. Presença Pedagógica. Belo Horizonte/MG. n. 61, p.35-45, jan./fev.2005.

_____. Crianças como atores sociais nos processos educacionais: por uma reconfiguração da concepção de infância. In: **Abceducatio a revista da educação**. São Paulo, ano 5, n. 41, p.12-16, jan. 2005

MANTOVANI, Susana et al. Uma profissão a ser inventada: o educador da primeira infância. Pro-Posições, v.10, n.1(28), mar.1999, p. 75-98. [Links]

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PARR, T. **Tudo bem ser diferente**. São Paulo: Panda, 2002.

QUINTEIRO, Jucirema. **Infância e escola: uma relação marcada por preconceitos**. 2000. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, SP.

QVORDRUP, Jens. **A Infância na Europa: novo campo de pesquisa social**. Centro de Documentação e Informação sobre a Criança. Instituto de Estudos da Criança. Universidade do Minho. Tradução de Helena Antunes (mimeo).

ROCHA, Eloisa A. Candal. **A pesquisa em Educação Infantil no Brasil: trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma Pedagogia da Educação Infantil**. Florianópolis, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 1999. 290p.

RAMOS, R. **Na minha escola todo mundo é igual**. São Paulo: Cortez, 2004

SASSAKI, Romeu K. Como chamar as pessoas que têm deficiência. **In: Vida independente; História, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo: RNR, 2003, p.12-16.

_____. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para todos..** Rio de Janeiro: WVA, 2003;

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos delimitando o campo. **In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel J.** (coords.) *As crianças: contextos e identidades*. Braga, Portugal: Centro de Estudos da Criança, 1997

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. **In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz.** *Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*. Porto, Portugal: Edições ASA, 2004.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SIROTA, Régine. **Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, FCC, n.112, p.7-31, mar. 2001.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

ZENTI, Luciana. **Uma escola para todos**. **In: Aprende Brasil**. Curitiba, PR. Ano2, Nº.03 fev, 2005. p.38-41 Referências bibliográficas.